

SOPHIA SALES REIS GONÇALVES

**DOIS ENSAIOS SOBRE A SUB-REPRESENTAÇÃO POLÍTICA DE MULHERES NO
BRASIL**

Dissertação apresentada à Universidade Federal de Viçosa, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Economia, para obtenção do título de *Magister Scientiae*.

Orientador: Jader Fernandes Cirino

**VIÇOSA – MINAS GERAIS
2021**

**Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Central da
Universidade Federal de Viçosa - Campus Viçosa**

T

G635d
2021 Gonçalves, Sophia Sales, 1994-
Dois ensaios sobre a sub-representação política das mulheres no
Brasil / Sophia Sales Gonçalves. - Viçosa, MG, 2021.
98 f. : il. (algumas color.) ; 29 cm.

Orientador: Jader Fernandes Cirino.
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Viçosa.
Inclui bibliografia.

1. Mulheres na política - Brasil. 2. Eleições municipais - Brasil.
3. Discriminação de sexo contra mulheres - Aspectos políticos - Brasil.
4. Modelos econométricos. I. Universidade Federal de Viçosa.
Departamento de Economia. Programa de Pós-Graduação em
Economia. II. Título.

CDD 22. ed. 305.40981

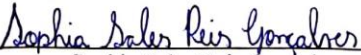
SOPHIA SALES REIS GONÇALVES

**DOIS ENSAIOS SOBRE A SUB-REPRESENTAÇÃO POLÍTICA DE MULHERES NO
BRASIL**

Dissertação apresentada à Universidade Federal de Viçosa, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Economia, para obtenção do título de *Magister Scientiae*.

APROVADA: 01 de abril de 2021.

Assentimento:



Sophia Sales Reis Gonçalves
Autora



Jader Fernandes Cirino
Orientador

AGRADECIMENTOS

Agradeço a minha família, por apoiar que eu continuasse estudando e seguindo meu sonho. Em especial, a minha mãe, Patrícia Sales; minha avó, Maria José; e meu avô, Geraldo Marcos. Nada disso seria possível sem a compreensão e o amor de vocês.

Ao meu companheiro, Diogo Ambrosio, por ter me apoiado tanto, diante de uma situação difícil que passei na reta final do mestrado. Estar do meu lado nesse momento, acolhendo e ajudando-me a encarar o tratamento de forma mais leve, fez com que eu não desistisse.

Aos amigos mais próximos e os que fiz enquanto estava em Viçosa (MG), por me acompanharem nessa jornada.

À Universidade Federal de Viçosa, pela oportunidade de participar do mestrado. Em especial, ao Departamento de Economia, por todo o aprendizado.

A todos que, direta ou indiretamente, contribuíram para que a realização deste trabalho se tornasse possível.

Por fim, o presente trabalho foi realizado com o apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

RESUMO

GONÇALVES, Sophia Sales, M.Sc., Universidade Federal de Viçosa, abril de 2021. **Dois ensaios sobre a sub-representação política de mulheres no Brasil.** Orientador: Jader Fernandes Cirino.

Esforços foram feitos ao longo dos anos para aumentar a participação de mulheres na política, vide a política de cotas. Entretanto, ainda se observa uma grande diferença na inserção de homens e mulheres na política. Tendo isso em vista, a presente pesquisa busca compreender, na realidade brasileira, dois fenômenos em que, respectivamente, o primeiro contribui para aumentar; e, o segundo, diminuir a sub-representação das mulheres: a discriminação por parte dos eleitores e o desempenho eleitoral das mulheres como fator influenciador na participação política de outras mulheres. Especificamente, este trabalho consiste em dois ensaios que tratam sobre os problemas relativos à demanda e oferta de candidatas. O primeiro buscou investigar se os eleitores brasileiros inclinam-se a discriminar candidatas do sexo feminino, mesmo quando elas têm características semelhantes às verificadas nos homens. Para esse fim, empregou-se a metodologia de decomposição de Oaxaca-Blinder, a fim de captar as diferenças de votos entre homens e mulheres. Já o segundo, buscou verificar se mulheres ocupando cargos políticos podem gerar efeitos em termos de maior participação de outras mulheres na política, em eleições subsequentes. De maneira a atender a essa questão, utilizou-se a regressão descontínua (RDD) em eleições com margens eleitorais pequenas. Como resultado, para o primeiro ensaio, constatou-se que existe uma grande diferença de votos entre mulheres e homens, sendo que, entre as eleições de 2012 a 2020, houve um hiato, em média, igual a 177,83% em favor dos candidatos. Partindo para a decomposição dessa diferença, no que tange ao componente explicativo, nas eleições de 2004 a 2016, foi positivo. O sinal muda em 2020, tendo como justificativa, a equiparação das receitas de campanhas para os diferentes gêneros. Em relação ao componente residual, em todos os anos, ele é positivo e elevado, explicando a maior parte do hiato de votos existentes. O sinal positivo e a magnitude apontam que variáveis não possíveis de se captar, como capacidade de expressão oral do candidato, alianças políticas, grau de popularidade no município, assim como uma possível discriminação de gênero, por parte dos eleitores, acabam beneficiando mais os homens do que as mulheres. No segundo ensaio, os resultados denotaram que não existem evidências suficientes para se estabelecer uma relação causal entre uma mulher assumir a prefeitura com uma maior participação de mulheres atuando como candidatas a vereadoras em eleições posteriores. Ademais, à vista de uma

mudança de percepção dos eleitores em relação às candidatas, no sentido de apoiá-las, foi encontrado um impacto limitado na proporção de candidatas eleitas para o cargo de vereadora, correspondendo a um aumento de 1,8% na probabilidade dessas candidatas serem eleitas; e, por fim, as estimativas de RDD referentes a quantidade média de votos nominais recebidos pelas candidatas ao cargo de vereadora foram estatisticamente não significativas. De modo geral, observou-se que o fenômeno da sub-representação feminina é um tema complexo e que, para mitigá-lo, são necessárias investigações que examinam em detalhes os fatores relacionados a elas, assim como este trabalho buscou realizar.

Palavras-chave: Sub-representação política. Discriminação de Eleitores. Eleições Municipais. Decomposição de Oaxaca-Blinder. Regressão Descontínua.

ABSTRACT

GONÇALVES, Sophia Sales, M.Sc., Universidade Federal de Viçosa, April, 2021. **Two essays about the under-representation of women in Brazilian politics.** Adviser: Jader Fernandes Cirino.

Over the years, efforts have been made to increase the participation of women in politics, such as the quotas policy. Nevertheless, there is still a great gap in the insertion of men and women in politics. With this in mind, the present research seeks to understand, in the Brazilian reality, two phenomena. The first contributes to increase, and the second to decrease the under-representation of women, respectively: discrimination by voters and the electoral performance of women as an influential factor in the political participation of other women. Specifically, this work consists of two essays dealing with the issues of demand and supply of women candidates. The first sought to investigate whether Brazilian voters are inclined to discriminate against female candidates, even when they have characteristics similar to those of men. To this end, the Oaxaca-Blinder decomposition methodology was used to capture the differences in votes between men and women. The second one aims to verify whether women holding political positions can generate effects in terms of greater participation of other women in politics in subsequent elections. In order to answer this question, discontinuous regression design (RDD) was used in elections with small electoral margins. As a result, for the first essay it was found that there is a large difference in votes between women and men, with a gap, on average, equal to 177.83% in favour of male candidates between the 2012 and 2020 elections. Looking at the decomposition of this difference, regarding the explanatory component, in the elections from 2004 to 2016, the signal was positive. The sign changes in 2020, justified by the equalization of campaign revenues for the different genders. Regarding the residual component, in all years, it is positive and high, explaining most of the existing gap in votes. The positive sign and its magnitude indicate that variables that are not possible to capture, such as the candidate's speaking ability, political alliances, degree of popularity in the municipality, as well as a possible gender discrimination by voters, end up benefiting men more than women. In the second essay, the results showed that there is insufficient evidence to establish a causal relationship between a woman assuming the mayoralty and a higher participation of women as council candidates in subsequent elections. Moreover, investigating the change in voters' perceptions towards women candidates to support them, a limited impact was found on the proportion of women candidates elected to the city council position, corresponding to a 1.8% increase in the probability of these

candidates being elected; and finally, the RDD estimates that the average number of nominal votes received by women council candidates were not statistically significant. In general, it was observed that the phenomenon of female underrepresentation is a complex issue and that in order to mitigate it, investigations that examine in detail many factors related to them are necessary, as this work aimed to do.

Keywords: Political under-representation. Voters Discrimination. Municipal Elections. Oaxaca-Blinder Decomposition. Discontinuous Regression.

LISTA DE FIGURAS

Figura 2.1 - Proporção de mulheres candidatas e eleitas para o cargo de vereadora no Brasil – 2000 a 2020.	26
Figura 3.1 - Modelo de gráfico genérico que ilustra o resultado de atribuição aos grupos de controle e tratamento desse estudo.	72
Figura 3.2 - Teste de manipulação sobre a densidade da descontinuidade.	80
Figura 3.3 - Análise gráfica da RDD inferindo impacto do gênero no cargo de prefeito na proporção de candidatas ao cargo de vereadora.	83
Figura 3.4 - Análise gráfica da RDD inferindo o impacto do gênero no cargo de prefeito na proporção de candidatas eleitas para o cargo de vereadora.	85
Figura 3.5 - Análise gráfica da RDD inferindo o impacto do gênero no cargo do prefeito na média de votos das candidatas para o cargo de vereadora.	87

LISTA DE QUADROS

Quadro 2.1 - Descrição das variáveis a serem utilizadas no modelo econométrico (contínua).....	35
Quadro 2.1 - Descrição das variáveis a serem utilizadas no modelo econométrico (conclusão).....	36

LISTA DE TABELAS

Tabela 2.1- Características individuais, partidárias e socioeconômicas dos municípios das candidatas que concorreram nas eleições municipais entre 2004 e 2020.....	37
Tabela 2.2 - Características individuais, partidárias e socioeconômicas dos municípios dos candidatos que concorreram nas eleições municipais entre 2004 e 2020 (continua).....	39
Tabela 2.2 - Características individuais, partidárias e socioeconômicas dos municípios dos candidatos que concorreram nas eleições municipais entre 2004 e 2020 (conclusão).....	40
Tabela 2.3 - Receitas campanhas declaradas pelos candidatos(as), por quartis, nas eleições de 2004, 2008, 2012, 2016 e 2020.....	41
Tabela 2.4 - Fatores relacionados ao sucesso eleitoral, considerando as eleições de 2004,2008, 2012, 2016 e 2020 (continua).....	43
Tabela 2.4 - Fatores relacionados ao sucesso eleitoral, considerando as eleições de 2004,2008, 2012, 2016 e 2020 (conclusão).....	44
Tabela 2.5 - Componente explicado, componente não-explicado e interação, através da diferença entre homens e mulheres nas eleições municipais entre 2004 e 2020.....	49
Tabela 2.6 - Componente Explicado: contribuição das variáveis na diferença de votos entre homens e mulheres das eleições de 2004, 2008, 2012, 2016 e 2020 (continua).....	50
Tabela 2.6 - Componente Explicado: contribuição das variáveis na diferença de votos entre homens e mulheres das eleições de 2004, 2008, 2012, 2016 e 2020 (conclusão).....	51
Tabela 2.7 - Componente Não-Explicado: contribuição das variáveis na diferença de votos entre homens e mulheres das eleições de 2004, 2008, 2012, 2016 e 2020 (continua).....	53
Tabela 2.7 - Componente Não-Explicado: contribuição das variáveis na diferença de votos entre homens e mulheres das eleições de 2004, 2008, 2012, 2016 e 2020 (conclusão).....	54

Tabela 3.1 - Características dos prefeitos e municípios: disputa eleitoral com diferentes sexos vs outras disputas.....	79
Tabela 3.2 - Estimativas RDD das características dos prefeitos e municípios considerando disputas eleitorais mistas.....	81
Tabela 3.3 - Estimativas RDD do impacto do gênero no cargo de prefeito na proporção de candidatas ao cargo de vereadora.....	84
Tabela 3.4 - Estimativas RDD do impacto do gênero no cargo do prefeito proporção de candidatas eleitas para o cargo de vereadora.....	86
Tabela 1.5 - Impacto do gênero no cargo do prefeito na quantidade média de votos das candidatas ao cargo de vereadora.....	88
Tabela 3.6 - Teste de robustez: alteração da função de Kernel.....	90

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	14
2	ELEITORES DISCRIMINAM MULHERES EM ELEIÇÕES PARA CÂMARAS MUNICIPAIS?	21
2.1	CONSIDERAÇÕES INICIAIS.....	21
2.2	OBJETIVOS	23
2.3	MULHERES NA POLÍTICA	24
2.3.1	Sistema eleitoral brasileiro	24
2.3.2	Abordagem teórica sobre discriminação	26
2.3.3	Abordagem empírica de demanda de candidatas	27
2.4	METODOLOGIA	30
2.4.1	Decomposição de Oaxaca-Blinder	30
2.4.2	Variáveis e dados	32
2.5	RESULTADOS.....	36
2.5.1	Análise descritiva	36
2.5.2	Fatores relacionados ao sucesso eleitoral	42
2.5.3	Decomposição de Oaxaca-Blinder	48
2.6	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	55
3	PARTICIPAÇÃO DAS MULHERES EM PREFEITURAS E REPRESENTATIVIDADE EM ELEIÇÕES MUNICIPAIS FUTURAS	62
3.1	CONSIDERAÇÕES INICIAIS.....	62
3.2	OBJETIVOS.....	64
3.3	CARGOS PÚBLICOS SOB O COMANDO DE MULHERES	64
3.3.1	Modelo teórico de escolha de candidatas	64
3.3.2	Oferta de candidatas: disposição das mulheres à vida política	67
3.4	METODOLOGIA	70
3.4.1	Regressão Descontínua	70

3.4.2	Validação do projeto da Regressão Descontínua por meio de variáveis e por manipulação no ponto de corte	75
3.4.3	Dados	76
3.5	ANÁLISE DOS DADOS	77
3.5.1	Análise descritiva	77
3.5.2	Manipulação no ponto de corte	79
3.5.3	Balanceamento das variáveis	80
3.6	RESULTADOS	82
3.6.1	Resultados econométricos	82
3.6.2	Teste de robustez	89
3.7	CONSIDERAÇÕES FINAIS	91
	CONCLUSÕES	96

1 INTRODUÇÃO

No decorrer da história, as mulheres obtiveram várias conquistas em relação à ocupação de espaços nas esferas da sociedade, vide o mercado de trabalho. Entretanto, ainda se vê uma inserção bastante desigual no campo da política. No Brasil, em 2020, dos 5.570 municípios, 58,24% deles tinham apenas uma ou nenhuma mulher ocupando um cargo de vereador. Ainda no campo legislativo, apenas 15% dos assentos na Câmara de Deputados eram ocupados por mulheres. Para cargos no executivo, o valor é ainda menor, com 11,9% dos municípios tendo gestoras do sexo feminino e nas unidades federativas, apenas uma mulher foi eleita governadora nas últimas eleições (TSE, 2020). Por meio desses dados, nota-se uma sub-representação latente de gênero na política e tal fato, suscita a necessidade de discussão sobre as barreiras que as mulheres enfrentam ao entrar nesse espaço.

Concernente a um processo de luta, a primeira vitória obtida pelas mulheres em busca de participação política foi em 1928, quando a legislação estadual do Rio Grande do Norte assegurou o direito ao voto para as mulheres naquele estado. Posteriormente, em 1932, a formalização do novo Código Eleitoral certificou esse direito para todas as mulheres brasileiras. Junto a essa conquista, em 1934 foi eleita pelo voto popular, a primeira deputada federal¹ (ORIA, 2009).

Em 1995, mesmo depois de tantos anos do primeiro avanço, a participação de mulheres na política ainda era significativamente inferior à participação masculina. Assim, foi elaborada a Lei 9.100/1995, que estabelecia normas para as eleições de 1996 e previa que os partidos ou coligações preenchessem com, no mínimo, 20% das suas vagas a candidaturas por mulheres (BRASIL, 1996). O objetivo da referida lei era estabelecer uma cota para que os partidos ou coligações destinassem um número mínimo de suas vagas para um determinado gênero.

Em 1997, através da Lei 9.504/1997, houve modificações quanto ao estabelecimento de uma porcentagem maior, para um mínimo de 30% de candidaturas do sexo feminino. A partir de 2018, por unanimidade, o Supremo Tribunal Federal (STF) determinou que fossem distribuídos os recursos financeiros do Fundo Especial de Assistência Financeira aos Partidos Políticos² respeitando um patamar mínimo de 30% a ser destinado às campanhas das candidatas

¹ Em 13 de março de 1934, a médica paulista Carlota Pereira de Queirós foi eleita como deputada federal do Brasil.

² Após o STF determinar a proibição das doações de empresas para os candidatos políticos, em 2017, por meio da Lei 13.487/2017, a Câmara dos Deputados e câmara alta do Congresso Nacional aprovaram a criação do Fundo Especial de Financiamento de Campanha, conhecido como Fundo Partidário, que é constituído por dotações orçamentárias da União, multas, penalidades, doações e outros recursos financeiros. Os valores constituídos nesse fundo são repassados aos partidos políticos (TSE, 2021; MELO, 2018).

(MPF, 2020). Apesar disso, observa-se pelas estatísticas, que essa política ainda não foi capaz de cumprir com seu objetivo social. A lei³ por si só, portanto, não se mostrou suficiente.

Uma recente literatura discute sobre os fatores que causam essa sub-representação. Pode-se enumerar: influências institucionais, recrutamento de partidos políticos, disposição de mulheres a concorrer a uma eleição como candidata, estereótipos de gênero, falta de representatividade, além de discriminação contra as candidatas (DOLAN, 2010; FULTON, 2012; PEARSON e MCGHEE, 2013; LAWLESS, 2015; HOLMAN, 2017; ANZIA e BERNHARD, 2019). Considerando a perspectiva dos possíveis eleitores, para o caso brasileiro, segundo a World Value Survey (2014), 28,4% dos entrevistados concordavam que homens são melhores líderes políticos do que as mulheres.

Respectivo a uma possibilidade de viés de gênero contra as candidatas mulheres, Fulton (2012) argumenta que, apesar das mulheres se saírem tão bem quanto os homens quando competem por um apoio eleitoral, eleitores podem avaliar candidatos com base nos seus estereótipos e ideologias, fazendo com que mulheres tenham que trabalhar mais no desenvolvimento de suas qualidades políticas para atingir resultados semelhantes aos dos homens. Barreiras assim, mostram como a dinâmica, tanto no processo de se candidatar quanto para se eleger, não é igual entre os sexos.

Há diversas vantagens associadas a uma maior paridade de gênero no mundo político. Entre elas, existem evidências de que as legislaturas femininas e masculinas diferem quanto a resolução de demandas estreitamente ligadas às preocupações femininas (CHATTOPADHYAY e DUFLO, 2004; BROLLO e TROIANO, 2016); mulheres têm preferências distintas⁴ das masculinas quanto ao combate do *déficit* orçamentário e na alocação das finanças públicas (SLEGTEN *et al.*, 2018); e uma maior representação feminina impacta de forma negativa e sistemática sobre a corrupção (JHA e SARANGI, 2018).

Outrossim, a participação de mais mulheres também tem o benefício simbólico de quebrar o ruído de que a política é de competência apenas dos homens, podendo contribuir de forma concreta no aumento, tanto da participação política de mulheres, quanto na discussão sobre o assunto. Tal situação pode compensar injustiças passadas e do presente, ao fornecer voz para os interesses das mulheres, os quais foram e, por vezes, ainda são negligenciados,

³ A fim de punir o não cumprimento da Lei, o TSE fiscaliza e pune os desvios, podendo até indeferir todas as candidaturas da chapa (MONTESANTI, 2020).

⁴ Segundo Slegten *et al.* (2018), no combate ao *déficit* orçamentário, enquanto mulheres têm uma preferência por aumentar as receitas públicas, os políticos do gênero masculino preferem reduzir os gastos. Ademais, caso seja decidido ter um aumento nas receitas, mulheres optam pelo princípio de capacidade de pagamento. Em contrapartida, os homens têm preferência pelo princípio do benefício.

contribuindo para a legitimidade das instituições democráticas (WOLBRECHT e CAMPBELL, 2007; HOLMAN, 2017). Portanto, investigar os fatores associados à sub-representação ainda se mostra relevante.

Dados os benefícios de uma maior representatividade, essa dissertação discute, na conjuntura brasileira, a existência de discriminação, por parte dos eleitores, contra as candidatas e como a representatividade de mulheres na política pode interferir na participação de outras mulheres. Compreender esses fenômenos contribui para a criação de políticas públicas que viabilizem uma maior participação feminina, de modo a reduzir a assimetria de atuação entre homens e mulheres na política. Afinal, o atual quadro da política no Brasil ainda não trouxe resultados consideráveis para mudar essa realidade, mostrando que, certamente, ainda há muito o que aperfeiçoar.

Diante disso, a primeira pergunta feita é se o cidadão brasileiro inclina-se a discriminar candidatas do sexo feminino, mesmo quando elas têm características semelhantes às verificadas nos homens. Em outras palavras, procura-se detectar a presença de discriminação por gênero nas eleições brasileiras. Para responder a esse questionamento, recorre-se a uma decomposição de diferencial de votos entre os candidatos do sexo masculino e feminino.

Na literatura nacional, existem algumas evidências que mulheres têm um pior desempenho eleitoral do que os homens. Considerando que a sub-representação feminina tem uma origem multicausal, e dando atenção para o peso institucional do sistema político e como os aspectos socioeconômicos e culturais podem interferir nas chances de sucesso das mulheres, Araújo e Diniz Alves (2007) observaram uma dinâmica diferente entre os sexos, no que tange ao sucesso eleitoral, sendo que os homens teriam mais chances do que as mulheres de ganharem as eleições. Na mesma direção, Sallaberry e Flach (2019) também concluíram que ser do sexo feminino no Brasil influencia negativamente no sucesso eleitoral. Apesar dessa discussão sobre desempenho, ainda são incipientes as evidências de como o viés de gênero, por parte dos eleitores, pode influenciar as eleições no referido país.

Nesse sentido, o primeiro ensaio possui duas contribuições para a literatura nacional do tema: a primeira consiste em utilizar a metodologia da decomposição de Oaxaca-Blinder, que mostra não apenas as diferenças de desempenho eleitoral entre homens e mulheres, mas também, detecta como o hiato pode estar associado às características observáveis ou alheias aos(as) candidatos(as); a segunda é em relação à escolha da amostra, pois ao se restringir aos(as) candidatos(as) que não estão tentando a reeleição, consegue-se uma menor interferência de fatores, como a experiência prévia no campo da política, identificando então, com mais clareza, a diferença de votos que possa existir.

A segunda pergunta deste trabalho é se mulheres ocupando cargos políticos podem gerar efeitos em termos de maior participação de outras mulheres, via candidatura ao cargo de vereador, na política do Brasil. De maneira a atender a essa pergunta, utiliza-se a regressão descontínua (RD) em eleições com margens eleitorais pequenas. Nesse formato, compara-se lugares que um candidato do sexo masculino venceu a eleição para a prefeitura com margem bem pequena, com lugares que um candidato do sexo feminino venceu também, com uma margem estreita. Dessa forma, estabelece-se contrafactuais que possibilitam a investigação de uma relação causal entre o gênero do gestor municipal com a participação política feminina.

No tocante à discussão sobre como a presença de uma mulher em um cargo político pode contribuir para uma maior representatividade futura, segundo Beaman *et al* (2009), para o caso de conselhos de vilarejos na Índia, uma mulher vencedora em eleições anteriores está associada a ganhos eleitorais de outras mulheres e isso aconteceu à conta de uma mudança nas atitudes dos eleitores.

Por outro lado, Broockman (2014) acredita que existe um limite do quanto essa representação pode contribuir para um efeito de derramamento de maior participação. Em um contexto de uma sociedade tradicional, quanto a papéis de gênero, a eleição de uma mulher pode ter um forte efeito empoderador. Entretanto, em lugares que estão mais acostumados com mulheres na política, o impacto de ter mais uma mulher no governo pode não ser suficiente para aumentar a participação delas na política.

Para o caso brasileiro, Aguilar *et al* (2015) encontraram evidências, para as eleições de 2010, que o fato de uma mulher ter assumido a prefeitura municipal contribuiu de forma negativa na parcela de votos das deputadas estaduais. Concomitante a isso, para outras posições disputadas, não foram encontrados nenhum efeito de demonstração dos eleitores para as candidatas mulheres.

Desse modo, as contribuições do segundo ensaio assentam-se: primeiramente, na ampliação do período analisado, em que se considera quatro eleições: 2000 a 2016. Uma avaliação mais extensa institui mais observações, gerando assim, resultados mais robustos para o estabelecimento de uma relação causal. A segunda contribuição é no tocante ao objetivo de estudo, que são as mulheres em governos municipais. Tendo em vista os demais trabalhos⁵ nacionais encontrados, ainda não foi analisado como o fato de uma mulher ter sido eleita como

⁵ Internacionalmente, estudos investigaram governos municipais, como: Holman (2017), Broockman (2014), Ferreira e Gyourko (2014) e Anzia e Bernhard (2019).

prefeita poderia contribuir, tanto na oferta de candidatas (via candidaturas ao cargo de vereador), quanto na demanda de candidatas (via votos dos eleitores) em eleições municipais.

Trabalhando com essas questões, pode-se avaliar se os eleitores discriminam candidatas mulheres e se o bom desempenho eleitoral das candidatas nas eleições aumenta a representatividade numa próxima eleição. Sabe-se que a lacuna entre os gêneros está associada a vários motivos, mas é fundamental entender como um fator pode estar relacionado a outro. Os resultados deste trabalho podem dar luz às barreiras que as mulheres enfrentam para uma igual representação na política brasileira. Assim sendo, essa pesquisa desenvolve dois ensaios que estão alicerçados nos fundamentos da economia da discriminação e na literatura do empoderamento feminino.

O primeiro ensaio, com base nos trabalhos de Dolan e Hansen (2018), Fulton (2012), Holman (2017), Anzia e Bernhard (2019) e Pino (2017), tem a hipótese de que existe viés de gênero contra as candidatas mulheres por parte dos eleitores, quando elas concorrem a cargos legislativos em eleições municipais. Espera-se que, havendo uma diferença de votos entre homens e mulheres, parte desse hiato esteja relacionado a uma possível discriminação dos eleitores contra as candidatas.

O segundo ensaio tem como referencial, os trabalhos de Atkeson (2003), Chattopadhyay e Duflo (2004), Wolbrecht e Campbell (2007), Broockman (2014), Ferreira e Gyourko (2014), Beaman *et al.* (2012), Bhalotra *et al.* (2013) e Brollo e Troiano (2016), tendo como ponto de partida, a hipótese de que a participação política das mulheres pode ser influenciada pela vitória de uma mulher em uma eleição anterior. Dessa forma, espera-se que, quando uma mulher vence o pleito para prefeito, tem-se efeito positivo na participação e no sucesso de candidatas do sexo feminino em cargos legislativos em eleições futuras.

Nesse sentido, a partir de resultados eleitorais do Brasil, este trabalho investiga como fatores relacionados à demanda e oferta de candidatas podem estar relacionados com a sub-representação feminina em cargos políticos. Primeiramente, concentra-se nos eleitores e como os mesmos tratam candidatos(as) que têm características individuais parecidas. Posteriormente, examina-se como a ocupação feminina em um cargo político pode impactar os níveis de participação política de outras mulheres.

REFERÊNCIAS

- ANZIA, S. F.; BERNHARD, R. How Does Gender Stereotyping Affect Women at the Ballot Box? Evidence from Local Elections in California, 1995-2016. **Unpublished manuscript**, 2019.
- ARAÚJO, C.; DINIZ ALVES, J. E. Impactos de Indicadores Sociais e do Sistema Eleitoral sobre as Chances das Mulheres nas Eleições e suas Interações com as Cotas. **Dados - Revista de Ciências Sociais**, vol. 50, núm. 3, pp. 535-577, 2007.
- ATKESON, Lonna Rae. Not all cues are created equal: The conditional impact of female candidates on political engagement. **The Journal of Politics**, v. 65, n. 4, p. 1040-1061, 2003.
- BEAMAN, L.; CHATTOPADHYAY, R.; DUFLO, E.; PANDE, R.; TOPALOVA, P. Powerful women: does exposure reduce bias? **The Quarterly journal of economics**, 124(4), 1497-1540, 2009.
- BHALOTRA, S. R.; CLOTS-FIGUERAS, I.; IYER, L. Path-breakers: how does women's political participation respond to electoral success? **IZA DP**, n. 7771, 2013.
- BRASIL. Lei nº 10.406, de 30 de setembro de 1997. Estabelece normas para as eleições. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, ano CXXXV, n. 189, 1 out. 1997.
- BRASIL. Lei nº 9.100, de 25 de setembro de 1995. Estabelece normas para a realização das eleições municipais. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, v. 10, p. 4185, 2 out. 1995.
- BRASIL. Lei nº 9.504/1997, de 01 de outubro de 1997. Estabelece normas para as eleições. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, ano CXXXV, n. 189, pág. 21801.
- BRASIL. Lei nº 13.487/2017, 06 de outubro de 2017. Altera as Leis nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, e 9.096, de 19 de setembro de 1995, para instituir o Fundo Especial de Financiamento de Campanha (FEFC) e extinguir a propaganda partidária no rádio e na televisão. **Diário Oficial da União**: seção 1, Edição Extra, pág. 1.
- BROLLO, F.; TROIANO, U. What happens when a woman wins an election? Evidence from close races in Brazil. **Journal of Development Economics**, v. 122, p. 28-45, 2016.
- BROOCKMAN, D. E. Do female politicians empower women to vote or run for office? A regression discontinuity approach. **Electoral Studies**, v. 34, p. 190-204, 2014.
- CHATTOPADHYAY, R.; DUFLO, E. Women as policy makers: Evidence from a randomized policy experiment in India. **Econometrica**, v. 72, n. 5, p. 1409-1443, 2004.
- DOLAN, K. The impact of gender stereotyped evaluations on support for women candidates. **Political Behavior**, v. 32, n. 1, p. 69-88, 2010.
- FERREIRA, F.; GYOURKO, J. Does gender matter for political leadership? The case of US mayors. **Journal of Public Economics**, v. 112, p. 24-39, 2014.

FULTON, S. A. Running backwards and in high heels: The gendered quality gap and incumbent electoral success. **Political Research Quarterly**, v. 65, n. 2, p. 303-314, 2012.

HOLMAN, M. R. Women in local government: What we know and where we go from here. **State and Local Government Review**, v. 49, n. 4, p. 285-296, 2017.

JHA, C. K.; SARANGI, S. Women and corruption: What positions must they hold to make a difference? **Journal of Economic Behavior & Organization**, v. 151, p. 219-233, 2018.

LAWLESS, J. L. Female candidates and legislators. **Annual Review of Political Science**, 18, 349-366, 2015.

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL. Participação das mulheres na política: seja um fiscal do povo. Disponível em: < <http://www.mpf.mp.br/pr/sala-de-imprensa/docs/participacao-feminina-na-politica-1.pdf> >. Acesso em: 07 abr. 2021.

MONTESANTI, B. Em ao menos 650 cidades pelo Brasil, partidos não cumprem cota feminina. **UOL**, São Paulo, 28, Outubro, 2020. Disponível em: < <https://noticias.uol.com.br/eleicoes/2020/09/28/ao-menos-480-casos-nao-cumprem-cota-feminina-pelo-brasil.htm?cmpid=copiaecola> >. Acesso em: 11 fev. 2021.

ORIÁ, R. Mulher e Cidadania: a conquista do voto feminino no Brasil. **Cadernos ASLEGIS**, n. 38, 2009.

PEARSON, K.; MCGHEE, E. What it takes to win: Questioning “gender neutral” outcomes in US House elections. **Politics & Gender**, v. 9, n. 4, p. 439-462, 2013.

SALLABERRY, J. D.; FLACH, L. Contemporary economic determinants for the choice of the leaders of the Brazilian public administration. **READ. Revista Eletrônica de Administração (Porto Alegre)**, v. 25, n. 2, p. 119-149, 2019.

SLEGTEN, C.; GEYS, B.; HEYNDELS, B. Sex differences in budgetary preferences among Flemish local politicians. **Acta Política**, p. 01-24, 2018.

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. Repositório de dados eleitorais. Disponível em: < <http://www.tse.jus.br/eleicoes/estatisticas/repositorio-de-dados-eleitorais-1/repositorio-de-dados-eleitorais> >. Acesso em: 04 mai. 2020.

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. Fundo Partidário. Disponível em: < <https://www.tse.jus.br/partidos/fundo-partidario-1> >. Acesso em: 08 abr. 2021.

MELO, K. Pela 1ª vez, campanha eleitoral não terá financiamento de empresas. **Agência Brasil**. Disponível em: < <https://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2018-06/pela-1a-vez-campanha-eleitoral-nao-tera-financiamento-de-empresa> >. Acesso em: 08 abr. 2021.

WOLBRECHT, C.; CAMPBELL, D. E. Leading by example: Female members of parliament as political role models. **American Journal of Political Science**, v. 51, n. 4, p. 921-939, 2007.

WORLD VALUE SURVEY. **World Values Survey Wave 6: 2010-2014**. Disponível em: < <http://www.worldvaluessurvey.org/WVSONline.jsp> >. Acesso em: 04 mai. 2020.

2 ELEITORES DISCRIMINAM MULHERES EM ELEIÇÕES PARA CÂMARAS MUNICIPAIS?

2.1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

O mundo político ainda se configura como representativamente desigual, quanto à participação de homens e mulheres. Tendo em vista que esse problema pode estar associado à baixa demanda por candidatas mulheres, isto é, eleitores e partidos requerem menos a participação de mulheres na política, uma das questões que continua em aberto é: até que ponto essa diferença pode estar relacionada a discriminação contra as mulheres, por parte dos eleitores?

Preferências, estereótipos ou crenças que os eleitores têm acerca de um gênero podem interferir diretamente nas chances de sucesso eleitoral das mulheres. Segundo Fulton (2012), isso acontece porque os eleitores avaliam os candidatos com base em estereótipos sexuais, inferindo traços, competências e ideologias a eles. Esse comportamento do eleitor faz com que mesmo em uma situação de iguais qualificações, as mulheres não tenham a mesma possibilidade de concorrer a cargos políticos com uma igual frequência a dos homens.

Quanto à discriminação contra as candidatas, de acordo com Anzia e Berry (2011) ela pode ser implícita. Se os eleitores forem tendenciosos contra as candidatas, se as mulheres percebem que há uma discriminação sexual no processo eleitoral ou, até mesmo, que suas qualificações são subestimadas, apenas as mulheres mais talentosas, mais trabalhadoras e politicamente ambiciosas surgirão como candidatas, desempenhando inclusive, o cumprimento das obrigações do seu cargo político melhor do que os homens.

A partir de Becker (1971), a teoria econômica tem dedicado esforços para entender o que determina diferenças sistemáticas entre homens e mulheres, em diversos tópicos da sociedade contemporânea, identificando inclusive, que parte dessa diferença pode ocorrer devido à discriminação. Essa discriminação pode ser entendida como o tratamento desigual baseado em critérios alheios aos indivíduos que estão comprometidos em uma mesma atividade. Para Cacciamali e Hirata (2005), devido à valores enraizados, pessoas que tenham os mesmos atributos podem não ser valorizadas igualmente, por conta da raça e/ou gênero.

A discriminação pode ser caracterizada de diferentes formas, sendo ela resumidamente baseada a gosto ou a estatística. A primeira ocorre quando, de forma explícita, indivíduos têm uma utilidade menor de interagir com o outro grupo e, dessa forma, o discrimina. Já a segunda,

ocorre devido a uma assimetria de informação sobre um determinado indivíduo, fazendo com que uma pessoa discrimine outra. No mercado de trabalho, um exemplo seria considerar que a produtividade média do grupo que tem características parecidas com a pessoa analisada seja mais baixa, e por conta disso, inferir que o indivíduo possui uma produtividade baixa (BOHREN *et al.*, 2019).

Ao pensar especificamente no campo da política, se a diferença entre os candidatos se deve às características individuais, como escolaridade e experiência, ou a outros fatores que são importantes para influenciar no seu sucesso eleitoral, espera-se que, em condições iguais, a diferença de votos entre mulheres e homens seja dissipada. Portanto, de acordo com a teoria de Becker (1971) supõe-se que, caso isso não aconteça, pode-se concluir então, que a diferença ocorre devido a características não observáveis, entre as quais, uma possível discriminação por gênero.

Nesse contexto do mundo da política, trabalhos empíricos investigaram sobre discriminação de gênero e racial em eleições primárias⁶ (BROOCKMAN e SOLTAS, 2020); efeito da estereotipagem de gênero na elegibilidade das mulheres (ANZIA e BERNHARD, 2019); viés de gênero entre os próprios eleitores (PINO *et al.*, 2011); habilidades que as mulheres precisam ter para influenciar na formação de apoio por maior representatividade feminina (DOLAN, 2009).

Para o Brasil, estudos foram feitos primordialmente, sobre as cotas e os fatores associados ao resultado eleitoral das mulheres. Eskenazi (2018) analisou o efeito da cota de gênero sobre o percentual de vereadoras do gênero feminino eleitas; Bohn e Catela (2016) analisaram as características dos municípios que eram mais eficientes em obter maior inserção de mulheres na política; Miguel e De Queiroz (2006) investigaram acerca das diferenças regionais e do sucesso relativo de mulheres em eleições municipais; Bohns (2007) examinou se as mulheres conseguem ser tão competitivas quanto os homens no Senado. Apesar disso, pouco foi explorado sobre como os eleitores podem contribuir para a diferença nas chances de sucesso eleitoral entre homens e mulheres.

Portanto, o presente trabalho pretende complementar a literatura nacional que trata sobre os fatores associados a uma sub-representação feminina, sendo este primeiro ensaio focado especificamente na vertente de demanda de candidatas. O principal objetivo é investigar a existência de viés discriminador dos eleitores brasileiros contra as mulheres, quando elas

⁶ Tendo em vista as disputas eleitorais dos Estados Unidos da América, eleições primárias correspondem àquelas em que os eleitores escolhem os delegados responsáveis por votar nas convenções partidárias que tem como objetivo oficializar quem será o candidato do partido para o cargo de presidente.

disputam o cargo de vereadora⁷, durante as eleições municipais de 2004, 2008, 2012, 2016 e 2020⁸. Para esse fim, emprega-se a metodologia comumente utilizada no mercado de trabalho para captar diferenças salariais entre grupos, a decomposição de Oaxaca-Blinder.

Esta pesquisa se distingue de outros trabalhos empíricos por contemplar uma análise temporal. O fato de considerar distintas eleições permite uma identificação mais robusta de como as variáveis consideradas podem influenciar o nível de votos dos candidatos(as) e fornece uma variação dos componentes associados às características observáveis, ou não, ao longo do período analisado. Ademais, considerando a metodologia adotada e o grupo analisado, vereadores (as), contribui-se com algo novo para a literatura econômica.

A análise deste estudo é importante no sentido de entender se as diferenças significativas e sistemáticas nos níveis de participação na política entre homens e mulheres são devidas à diferença de atributos possíveis de serem verificados ou originadas de atributos não-observáveis, dentre os quais, possível discriminação por gênero. Com esse conhecimento, é possível conhecer o comportamento dos eleitores e, por consequência, isso pode possibilitar o norteamento de políticas públicas que sejam mais eficientes em obter maior igualdade em termos de oportunidades entre os gêneros.

Esse ensaio está dividido em quatro seções. Na segunda, discute-se sobre o panorama do contexto político das mulheres no Brasil e os aspectos relativos ao referencial teórico. Em seguida, apresenta-se o referencial empírico. Na terceira, faz-se uma apresentação da metodologia utilizada. Por fim, realiza-se a discussão dos resultados e considerações finais.

2.2 OBJETIVOS

O objetivo geral é comparar candidatos que concorrem a cargos legislativos das câmaras municipais no Brasil que têm características individuais semelhantes e descobrir se o eleitor médio tende a discriminar as candidatas do sexo feminino, quando expostas a candidatos do sexo masculino nas eleições de 2004, 2008, 2012, 2016 e 2020.

Especificamente, são:

- i) Analisar as características associadas ao sucesso eleitoral dos candidatos;
- ii) Mostrar a evolução desse diferencial ao longo do período estipulado.

⁷ Dentro da justificativa para a escolha desse cargo, tem-se que quanto à análise de desempenho eleitoral, nacionalmente foram encontrados apenas estudos que investigavam cargos políticos mais elevados, como de deputados(as) federais e senadores(as), como nos trabalhos de Araújo e Diniz Alves (2007), Sallaberry e Flach (2019) e Bohns (2007).

⁸ O TSE informa que dados anteriores a 2002 estão incompletos. Dessa forma, optou-se por iniciar a análise em 2008 e finalizar em 2020, em função de ser a última eleição que ocorreu até a finalização deste estudo.

2.3 MULHERES NA POLÍTICA

Esta seção está organizada em três subseções secundárias. Na primeira, apresenta-se o sistema eleitoral brasileiro, a fim de evidenciar um panorama do contexto político das mulheres, sendo que o mesmo interfere tanto na demanda quanto na oferta de candidatas. Na segunda, discute-se sobre os aspectos teóricos da detecção de discriminação contra um grupo e, posteriormente, na terceira, há uma discussão sobre as evidências empíricas referente à demanda de candidatas.

2.3.1 Sistema eleitoral brasileiro

No Brasil, o sistema adotado para eleger os vereadores, foco deste trabalho, é o proporcional de lista fechada. Isto é, a representação acontece na mesma proporção da preferência eleitoral pelos partidos políticos, preservando o fato de os eleitores escolherem diretamente seus candidatos (TORRES, 2014).

No sistema proporcional, faz-se duas contas⁹ para saber quais são os candidatos eleitos para o cargo de vereador. Primeiramente, é computado o valor do quociente eleitoral (QE), que corresponde ao somatório de todos os votos válidos (votos atribuídos aos partidos políticos e votos nominais aos candidatos), dividido pelo número de vagas de vereadores do município. Posteriormente, calcula-se o quociente partidário (QP), que é igual à soma dos votos válidos obtidos pela coligação ou partido, dividido pelo quociente eleitoral. O resultado dessa última conta confere a quantidade de vereadores que cada partido elegeu. Portanto, a partir desse número, os candidatos mais votados dentro do partido são eleitos (ROSA, 2013).

Dentro desse sistema, e a fim de obter uma maior pluralidade através de novos sujeitos nas instituições políticas, o Brasil, em 1995, introduziu uma lei¹⁰ de cotas. Essa lei estabelecia normas para as eleições municipais de 1996 e previa que 20%, no mínimo, das vagas de cada partido ou coligação, deveriam ser preenchidas por candidatas mulheres.

O formato dessa legislação logo foi modificado, e em 1997, foi sancionada uma nova lei, com diversas diretrizes para as próximas eleições. Diante do número total de candidatos,

⁹ Imagina-se uma disputa eleitoral em que um município hipotético elege 10 candidatos e tenha três partidos: X, Y e Z. Os dois primeiros formam uma coligação chamada XY. Suponha um total de votos válidos no município igual a 10.000, em que a coligação XY teve 7.000 votos e o partido Z teve 3.000. Considerando esses dados, o QE é igual a 1.000 e o QP de XY é igual a 7 e o de Z é igual a 3. Dessa maneira, os sete candidatos mais votados da coligação XY e os três mais votados de Z serão eleitos.

¹⁰ Lei 9.100/1995, que estipula normas para as eleições de 3 de outubro de 1996 e outras provisões (BRASIL, 1995).

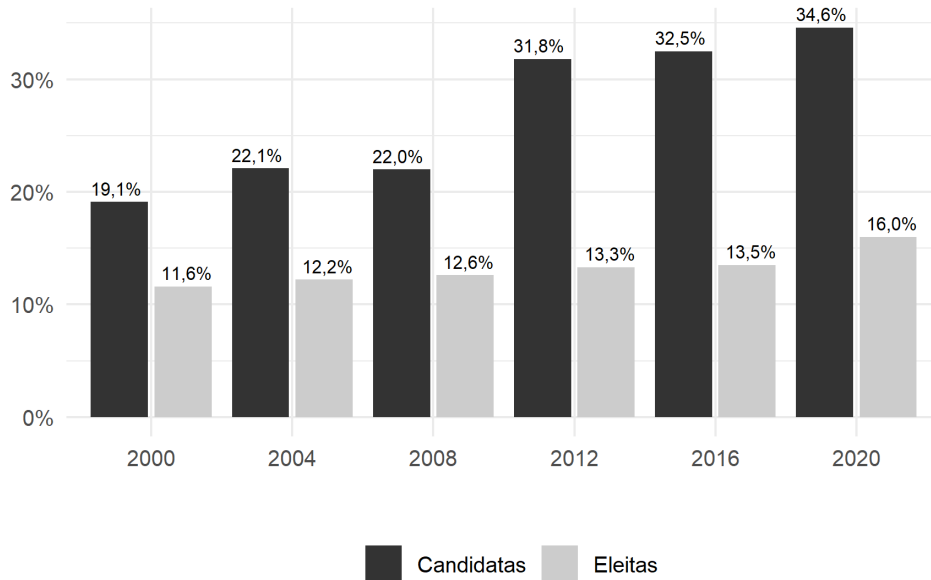
deveria ser preenchido o mínimo de 30% e máximo de 70% para cada sexo. Essa lei¹¹ referenciava as futuras votações e partia do princípio de que as candidaturas eram um meio para a concretização de uma maior representação feminina nas Câmaras Municipais, Assembleias Legislativas, Câmara Legislativa e Câmara dos Deputados.

Após dez anos, tendo em vista que os recursos às campanhas são importantes no sucesso eleitoral e os mesmos não chegavam às mulheres, em 2017 houve mais uma modificação na lei e a implementação de uma nova instrução para os partidos, em relação às candidaturas das mulheres. A alteração correspondia a uma destinação monetária de, no mínimo, de 5% do fundo partidário e 30% do Fundo Especial de Financiamento de Campanha. Além disso, haveria para elas, a destinação de 30% do tempo de televisão.

Na Figura 2.1 apresenta-se a evolução da proporção de candidatas com situação de candidatura deferida e as que conseguiram ser eleitas, durante as eleições municipais dos últimos 20 anos. Percebe-se que, no início, beneficiando-se de uma não fiscalização assídua do TSE, os partidos não respeitavam, de fato, a lei proposta e, por isso, a proporção de candidatas mulheres, nos anos de 2000 a 2008, ficou em torno de 21,06%. A partir de 2012, tem-se que os partidos respeitaram a lei de cotas e a participação das mulheres, correspondeu, em média, entre 2012 e 2020, a 32,96% do total. Quanto às candidatas eleitas, percebe-se que a proporção ainda é baixa, apesar de crescente. Em 2016 a 2020, em média, apenas 14,75% das mulheres ocupavam o cargo de vereadora nos municípios, enquanto comparativamente em 2000, tal valor era de 11,6%.

¹¹ A Lei nº 9.504/97 estabelece orientações gerais sobre as próximas eleições (BRASIL, 1997).

Figura 2.1 - Proporção de mulheres candidatas e eleitas para o cargo de vereadora no Brasil – 2000 a 2020.



Fonte: Elaboração própria a partir de dados do TSE considerando eleições de 2000 a 2020.

Em suma, percebe-se que as mudanças institucionais, feitas ao longo desse tempo, foram inicialmente, eficientes em atingir o seu principal objetivo, que era aumentar o percentual das mulheres candidatas. Apesar disso, o efeito indireto de aumentar o número de mulheres eleitas não se mostrou expressivo.

2.3.2 Abordagem teórica sobre discriminação

A discriminação, entendida neste estudo, é aquela que ocorre quando homens e mulheres têm igualmente as mesmas características, mas, mesmo assim, pode existir preferência pelos homens para cargos políticos. Tal discussão é inspirada na teoria clássica de Becker (1971) e Phelps (1972), que explicavam a discriminação e as suas formas de manifestação no mercado de trabalho.

Para Becker (1971), as diferenças salariais de gênero não eram totalmente explicadas por diferenças na produtividade, e sim pelo fato de que existem empregadores, trabalhadores ou clientes que discriminam as mulheres no mercado de trabalho. Para compensar a desutilidade de interagir com mulheres, empregadores que as contratam pagam um salário abaixo da sua produtividade e assim, elas acabam recebendo um salário menor que o dos homens. Essa

preferência pelo sexo masculino no mercado de trabalho é caracterizada por discriminação baseada no gosto.

Outro tipo de discriminação que também pode ocorrer é a estatística. Segundo Phelps (1972), essa categoria ocorre devido a informações imperfeitas e incerteza. Muitas vezes, para os empregadores, obter informações individuais sobre candidatos pode ser muito custoso. Sendo assim, se o mesmo já tiver tido uma experiência negativa, seja ela relativa à produtividade, com os grupos minoritários, ou terem crenças sociológicas que esses grupos estão em desvantagem, acaba-se tendo discriminação por raça ou sexo, por espelhar essas informações a um indivíduo específico. Assim, mesmo que muitas vezes um indivíduo não branco ou uma mulher tenha qualificações tão boas quanto homens brancos, o primeiro grupo acaba sendo discriminado e recebe menos.

Atualmente, há evidências sobre distinção da discriminação estatística em precisa e imprecisa, respectivamente, baseada em crenças corretas e incorretas. Segundo Bohren *et al.* (2019), muitas vezes observa-se, de fato, que existem diferenças de distribuições de produtividade entre os grupos, confirmando a crença dos indivíduos. Outras vezes, o que falta é informação, isto é, os empregadores só continuam reforçando alguns estereótipos por não terem dados acerca das distribuições de produtividade dos grupos. Caso tenham, eles revertem imediatamente as suas crenças. Portanto, identificar se a discriminação somente ocorre por dados estatísticas incorretos é fundamental para a execução de políticas públicas mais incisivas.

2.3.3 Abordagem empírica de demanda de candidatas

Esta seção tem como objetivo apresentar estudos relacionados aos fatores associados a uma sub-representação feminina, sob a abordagem de demanda de candidatas. Segundo Dolan e Hansen (2018), as explicações da demanda tendem a examinar como o contexto social e político podem limitar as oportunidades de mulheres a concorrerem a um cargo. Dentro desse ambiente, discute-se como os eleitores percebem as candidatas mulheres, além de como os partidos e elites políticas deixam de ver as mulheres como candidatas viáveis, não destinando às mesmas uma quantidade adequada e similar de recursos para campanhas, em comparação aos homens.

Atentando-se aos eleitores e tratando de discriminação a gosto por gênero e raça, Broockman e Soltas (2020) exploraram um experimento natural¹² acontecido nas eleições

¹² Os autores chamam de experimento natural, devido às características únicas do ambiente institucional nas eleições presidenciais republicanas em Illinois. Os eleitores, para expressar sua preferência ao candidato presidencial,

primárias para candidatos a presidente do Partido Republicano, em Illinois, nos Estados Unidos, de 2000 a 2016. Nesse caso, os eleitores votavam nos delegados para que os mesmos votassem em seu candidato preferido à presidência, sendo possível votar em um ou até três delegados. Os resultados indicaram que delegados não-brancos recebiam 9% de votos a menos do que os brancos. Outrossim, os autores não encontraram evidências de discriminação contra as mulheres.

Pensando na discriminação estatística que é causada por crenças imprecisas, há evidências que os eleitores costumam usar de estereótipos de gênero para avaliar seus candidatos, aferindo sobre eles competências em cargos e em questões sociais. Dessa maneira, a formação desses estereótipos pode dificultar ou até mesmo beneficiar os resultados das mulheres que se candidatam (DOLAN, 2009).

Anzia e Bernhard (2019) analisaram o efeito da estereotipagem de gênero na elegibilidade das mulheres. Utilizando os dados das eleições municipais para cargos executivos e legislativos e dos conselhos escolares de 1995 a 2016 do estado da Califórnia, nos Estados Unidos, empregou-se um modelo de probabilidade linear e foram encontrados resultados que os estereótipos de gênero influenciaram negativamente para mulheres que concorreram a cargos executivos e que, dentro do gabinete legislativo, eles contaram a favor das mulheres, quando os mesmos estavam ligados à educação e não ao desenvolvimento econômico ou crime. Outros resultados foram que as mulheres ficaram em desvantagem nos círculos eleitorais mais conservadores, devido aos estereótipos formados de que as mulheres são, muitas vezes, mais liberais do que os homens.

A preferência por homens nas eleições nem sempre é tão clara. Mesmo quando as mulheres vencem as eleições com as mesmas taxas de sucesso que os homens, pode existir um viés negativo do eleitor, disfarçado ou compensado por qualificações superiores das mulheres (ANZIA e BERRY, 2011).

No contexto das eleições americanas, Fulton (2012) analisa o quanto à paridade de gênero, no sucesso eleitoral, se deve a uma diferença de qualidade dos candidatos. Com os dados sobre a percepção que os eleitores tinham sobre os políticos, que tentavam a reeleição nas eleições de 1998, empregou-se o método de Mínimos Quadrados Ordinários (MQO). Os

devem votar nos candidatos a delegados que estão vinculados ao seu presidente favorito, podendo votar até em 3 deles. Os delegados mais votados são obrigados a votar no seu candidato presidencial. O que diferencia esse formato de outras eleições é que os nomes dos delegados aparecem na célula com as informações da sua raça e gênero e para maximizar a chance do seu candidato presidencial preferido ganhar as primárias, necessita-se que o eleitor vote na maior quantidade de delegados vinculados ao presidente.

resultados foram que, ao considerar a qualidade política dos titulares, o sexo tornava-se um preditor negativo e significativo para votos, representando uma desvantagem de 3% para as mulheres. Isso mostra que para ter os mesmos resultados eleitorais, as mulheres titulares precisavam ter uma maior escala de qualidades, quando comparadas com os seus homólogos masculinos.

Uma outra pergunta que pode ser feita é como o sexo dos eleitores pode estar relacionado com a lacuna de gênero. Por conta de uma identificação, mulheres, por exemplo, poderiam votar mais em mulheres ou homens poderiam não votar em mulheres.

Pino (2017) analisou se existe viés de gênero entre os eleitores e, principalmente, se as mulheres votam com maior frequência em candidatas do que os homens. Considerando os dados de votação para a Câmara dos Deputados nas eleições chilenas de 1989 a 2009, os resultados foram no sentido contrário ao esperado. Isto porque, no contexto analisado, as mulheres votaram com menos frequência em candidatas mulheres do que os homens. Apesar das eleitoras mulheres serem mais favoráveis do que os homens às candidatas da centro-esquerda, o mesmo não aconteceu quando as candidatas eram da centro-direita. Mulheres eleitoras que viviam nos municípios onde os papéis tradicionais de gênero eram mais fortes apresentaram leve preferência por candidatos masculinos, fazendo então com que esse viés de gênero fosse negativo para a eleição das candidatas.

No Brasil, também foram realizados experimentos de escolha de políticos. Aguilar *et al.* (2015) realizou dois deles: um em São Paulo, no ano de 2011, quando foram apresentados a 600 indivíduos adultos, perfis de candidatos hipotéticos, atribuindo de forma aleatória, o gênero e a raça; e outro realizado em 2013, abrangendo amostra nacional de 4.000 eleitores, que foram recrutados em uma plataforma de pesquisa *online*. Nos dois experimentos, os eleitores preferiram candidatas mulheres aos homens. Além disso, detectaram que os respondentes que davam relevância maior a questões que são tradicionalmente dominadas por homens, tinham também uma preferência mais fraca por candidatas. Segundo os autores, esse comportamento pode estar associado a uma formação de estereótipos.

Considerando eleições reais no Brasil, Araújo e Alves (2006), com os dados de 2002 para candidatos(as), empregaram uma regressão logística e investigaram os fatores associados ao sucesso eleitoral. Entre os resultados, foi encontrado que a chance das mulheres diminui nos estados que tem maiores IDH e em distritos maiores, ao passo que a probabilidade de se eleger aumenta em partidos com orientação à esquerda e em partidos maiores. Além disso, foi encontrado que, mesmo quando as mulheres conseguem se eleger, os homens têm 26,96 vezes de chances a mais de reeleger contra 16,65 para elas.

Os resultados empíricos mostram que não é tão claro o quanto a sub-representação das mulheres na política está intrinsecamente ligada a uma discriminação dos eleitores. Diferentes contextos, principalmente por características socioeconômicas e culturais dos países, e como a sociedade enxerga as mulheres, podem gerar diferentes resultados. Tudo isso corrobora a importância de se entender como a percepção de gêneros dos eleitores influencia nas eleições na realidade brasileira. É pertinente ressaltar que esta seção não pretende exaurir todos os trabalhos sobre a literatura de demanda por candidatas políticas, especialmente os de discriminação dos eleitores, mas sim de mostrar como diversos fatores podem estar relacionados na detecção desse viés.

2.4 METODOLOGIA

2.4.1 Decomposição de Oaxaca-Blinder

A fim de verificar se um dos motivos da sub-representação de mulheres em cargos políticos é devido a uma discriminação por parte dos eleitores, utiliza-se a decomposição proposta por Oaxaca e Blinder (1973). Esse método permite decompor as diferenças médias dos grupos analisados em duas partes: uma relacionada com as características observáveis (componente explicado) e a outra, com as características que não são observáveis (componente não-explicado), que geralmente é chamada de discriminação.

Amplamente baseado em Jann (2008), exceto nos pontos em que são citados outros estudos, segue a explicação da decomposição de Oaxaca-Blinder (1973): Primeiramente, estima-se, via MQO, a equação (1), em que, no presente estudo, $\ln Y$ é o vetor do logaritmo da quantidade de votos do candidato, X é a matriz das variáveis explicativas, β são os vetores parâmetros a serem estimados e ε_{im} corresponde ao termo de erro aleatório com média 0 e variância constante. A seguir, a equação estimada em forma matricial:

$$\ln(Y) = \beta X' + \varepsilon \quad (1)$$

Partindo da equação (1), tem-se a equação para cada grupo, isto é, para os candidatos do gênero masculino e do gênero feminino, respectivamente, representados pelos subscritos M e F :

$$\ln(Y_M) = \beta_M X'_M + \varepsilon_M \quad (2)$$

$$\ln(Y_F) = \beta_F X'_F + \varepsilon_F \quad (3)$$

Assumindo que $E(\beta) = \beta$ e que $E(\varepsilon_i) = 0$, a diferença do \ln da quantidade média de votos entre candidatas(as) pode ser expressa da seguinte forma:

$$D = E(\ln Y_M) - E(\ln Y_F) = E(X_M)' \beta_M - E(X_F)' \beta_F \quad (4)$$

Para encontrar a diferença que é devida a características observáveis ou não, soma-se e subtraí-se o termo $\beta_M E(X_F)$ na equação (4):

$$D = E(X_M)' \beta_M - E(X_F)' \beta_F + \beta_M E(X_F) - \beta_M E(X_F) \quad (5)$$

Reorganizando a equação (5), a decomposição de Oaxaca apresenta-se como:

$$D = \beta_M [E(X_M) - E(X_F)]' + E(X_F)' (\beta_M - \beta_F) \quad (5.1)$$

O primeiro termo da equação corresponde ao efeito dotação que mede as diferenças de votos, devido às características observáveis dos candidatos do sexo feminino e masculino, como escolaridade, ativos financeiros declarados, ideologia partidária, entre outros. Já o segundo termo representa os efeitos não observáveis, dentre os quais, uma possível discriminação. A equação (5.1) é conhecida como a decomposição *two-fold*.

Autores como Winsborough e Dickinson (1971) e Daymont e Andrisani (1984) propuseram um novo termo para compreender as diferenças entre características conhecidas e as que não são explicadas de forma simultânea entre os grupos, chamado termo de interação.

Portanto, considerando que $E(X_M)' = E(X_F)' + [E(X_M) - E(X_F)]'$ e $B_M = \beta_F + (\beta_M - \beta_F)$ e substituindo esses termos na equação (4) tem-se que:

$$D = (E(X_F)' + [E(X_M) - E(X_F)]') (\beta_F + (\beta_M - \beta_F)) - E(X_F)' \beta_F \quad (6.1)$$

$$D = \beta_F E(X_F)' + \beta_F [E(X_M) - E(X_F)]' + (\beta_M - \beta_F) E(X_F)' + (\beta_M - \beta_F) E(X_F)' + (\beta_M - \beta_F) [E(X_M) - E(X_F)]' - E(X_F)' \beta_F \quad (6.2)$$

Eliminando os termos repetidos da equação (6.2), chega-se na decomposição *three-fold*, representada pela expressão (6.3), em que na sua direita são apresentados, respectivamente, o efeito dotação, o efeito discriminação e o termo de interação.

$$D = \beta_M [E(X_M) - E(X_F)]' + E(X_F)' (\beta_M - \beta_F) + [E(X_M) - E(X_F)]' (\beta_M - \beta_F) \quad (6.3)$$

Conforme Jann (2008), a equação (6.3) decompõe os resultados de diferença entre os grupos em três partes. O primeiro termo, efeito dotação ou componente explicado, é capaz de representar a diferença na quantidade média de votos entre os candidatos(as), tendo em vista as características individuais e socioeconômicas dos municípios de cada grupo, isto é, de cada gênero.

O efeito discriminação ou componente não-explicado, corresponde a contribuição das diferenças nos coeficientes dos grupos analisados, incluindo o intercepto. Esse termo é normalmente atribuído à discriminação, mas também capta todos os efeitos potenciais das diferenças em variáveis não observadas (JANN, 2008). Por fim, o terceiro termo calcula, de

forma simultânea, as diferenças nas dotações e nos coeficientes que possam existir entre os candidatos(as).

Ademais, ainda sobre a metodologia, na decomposição de Oaxaca-Blinder (1973), existe o chamado problema de indeterminação, que aparece no componente não explicado, ao incluir-se variáveis *dummies* no modelo. Ao se incluir uma variável categórica, tem-se que o resultado da decomposição depende da escolha da categoria que irá ser omitida. O resultado disso é que o coeficiente associado a cada variável binária pode mudar de acordo com a escolha feita da categoria omitida, e a troca da categoria omitida provoca resultados diferentes no intercepto calculado no componente não explicado.

Portanto, para solucionar isso no presente trabalho, é adotada a solução de normalização da equação estimada pelo modelo, proposto por Yun (2005). Nela, os coeficientes estimados¹³ para as variáveis categóricas são expressos pelo resultado médio das contribuições de cada grupo das variáveis *dummies*. Isso faz com que os resultados da decomposição de Oaxaca-Blinder (1973) sejam insensíveis à escolha da categoria omitida. Salienta-se também que as previsões geradas por essa solução são idênticas aos resultados obtidos pelo modelo original.

2.4.2 Variáveis e dados

Para a execução desse estudo, são utilizados os dados do Tribunal Eleitoral Superior (TSE), que tem informações sobre os candidatos e o eleitorado das eleições no Brasil, com abrangência nacional. Apesar do TSE ter um repositório de dados eleitorais sobre os candidatos desde 1994, as informações estão incompletas até 2002. Portanto, optou-se por analisar as eleições de 2004, 2008, 2012, 2016 e 2020. Ademais, apesar do banco de dados do TSE possuir, a depender da eleição, outras¹⁴ variáveis importantes para o sucesso eleitoral e que não foram incluídas no modelo, escolheu-se por considerar apenas variáveis que estavam presentes em todas as bases, a fim de dar uma comparabilidade nos resultados. Assim sendo, são estimadas equações para cada eleição municipal, de acordo com as variáveis disponíveis para todas as eleições analisadas.

Para a realização do estudo econométrico proposto neste ensaio, faz-se necessário um resumo sobre a seleção das variáveis utilizadas. É importante salientar que a amostra nesse primeiro ensaio é composta pelos vereadores que estão tentando a eleição pela primeira vez.

13 Vale ressaltar que todas as estimações desse ensaio são feitas no ambiente de programação Stata, em que para se calcular a Decomposição de Oaxaca-Blinder (1973) foi utilizado o pacote “oaxaca”. As demais análises foram realizadas no ambiente de programação R.

14 Exemplo disso é que só a partir de 2008 passou a ser divulgada a informação relativa aos bens dos candidatos(as), assim como em 2012 passou a ser divulgada a informação sobre raça/cor do candidato(a).

Algumas justificativas são passíveis para explicar isso. A primeira é que os estereótipos de gênero podem diminuir para o caso de uma reeleição, já que nessa situação os eleitores têm melhores informações sobre os candidatos e o trabalho feito por eles (FULTON, 2012; PEARSON e MCGHEE, 2013; ANZIA e BERNHARD, 2019).

Além disso, considera-se também que a vantagem histórica sistematicamente exclui os grupos marginalizados. Isso acontece pelo fato da maioria dos titulares buscarem a reeleição, sendo altas suas taxas de sucesso, o que acaba dificultando ainda mais para os novatos (ARAÚJO e ALVES, 2006; LAWLESS, 2015). Dessa forma, se existe discriminação por parte dos eleitores contra as candidatas mulheres, espera-se que esse efeito seja mais forte justamente para com as candidatas não-titulares.

Diante ao exposto, segue-se as equações propostas para a decomposição de Oaxaca-Blinder (1973):

$$\begin{aligned} \ln Y_{Mi} = & \beta_1 + \beta_2 \text{Ideol } 1_i + \beta_3 \text{Ideol } 2_i + \beta_4 \text{Ideol } 3_i + \\ & \beta_5 \text{Ideol } 4_i + \beta_6 \text{Ideol } 5_i + \beta_7 \text{Coligação}_i + \beta_8 \text{Bens}_i + \\ & \beta_9 \text{Receita}_i + \beta_{10} \text{Escol } 1_i + \beta_{12} \text{Escol } 2_i + \beta_{11} \text{Escol } 3_i + \\ & \beta_{12} \text{Escol } 4_i + \beta_{13} \text{Escol } 5_i + \beta_{14} \text{Escol } 6_i + \beta_{15} \text{Escol } 7_i + \\ & \beta_{16} \text{Idade}_i + \beta_{17} \text{Casado}_i + \beta_{18} \text{IDHM Baixo}_i + \\ & \beta_{19} \text{IDHM Médio}_i + \beta_{20} \text{IDHM Alto}_i + \varepsilon_i \end{aligned} \quad (7)$$

$$\begin{aligned} \ln Y_{Fi} = & \beta_1 + \beta_2 \text{Ideol } 1_i + \beta_3 \text{Ideol } 2_i + \beta_4 \text{Ideol } 3_i + \\ & \beta_5 \text{Ideol } 4_i + \beta_6 \text{Ideol } 5_i + \beta_7 \text{Coligação}_i + \beta_8 \text{Bens}_i + \\ & \beta_9 \text{Receita}_i + \beta_{10} \text{Escol } 1_i + \beta_{12} \text{Escol } 2_i + \beta_{11} \text{Escol } 3_i + \\ & \beta_{12} \text{Escol } 4_i + \beta_{13} \text{Escol } 5_i + \beta_{14} \text{Escol } 6_i + \beta_{15} \text{Escol } 7_i + \\ & \beta_{16} \text{Idade}_i + \beta_{17} \text{Casado}_i + \beta_{18} \text{IDHM Baixo}_i + \\ & \beta_{19} \text{IDHM Médio}_i + \beta_{20} \text{IDHM Alto}_i + \varepsilon_i \end{aligned} \quad (8)$$

em que $\ln Y_{Mi}$ e $\ln Y_{Fi}$ são as variáveis explicadas, respectivamente, para o gênero masculino e feminino, e correspondem ao logaritmo do total de votos obtidos no pleito para vereador no ano t ; β_j ($j = 1$ a 20) são os parâmetros a serem estimados e i representa o indivíduo.

As variáveis utilizadas são apresentadas a seguir e descritas no Quadro 1, que também contém a referência literária e os sinais esperados, de acordo com estudos realizados sobre o tema.

Quadro 2.1 - Descrição das variáveis a serem utilizadas no modelo econométrico (continua).

Variável	Descrição	Sinal Esperado
$\ln Y$	logaritmo natural do total de votos obtido no pleito para vereador no ano t . Os candidatos do gênero masculino e feminino são representados pelos subscritos M e F .	Variável Dependente
$Ideol\ k$	são <i>dummies</i> que indicam a ideologia ¹⁵ do partido político ¹⁶ . Sendo $k = 1$ a 5 e respectivamente, representando os partidos de esquerda, centro-esquerda, centro, centro-direita, direita e outros, sendo estabelecido partido de esquerda como de base.	Segundo Araújo e Diniz Alves (2007), Bohn e Catela (2016) e Dolan (2009), os partidos mais voltados às pautas da esquerda são mais acolhedores quanto a garantirem a participação de mulheres e por também ampliarem as chances delas de se elegerem.
$Coligação^{17}$	variável binária que indica se o partido do candidato a vereador participou da coligação do presidente em exercício na eleição federal anterior; assumindo o valor 1 para caso de participação e 0, caso contrário.	Para Cavalcante (2015) e Sallaberry e Flach (2019), estar ligado ao presidente ao mesmo tempo que influencia no sucesso do candidato, também mostra aos eleitores uma apreciação da ideologia dominante.

¹⁵ Como exemplo, tem-se que para eleições de 2016 foram considerados as seguintes orientações ideológicas - Esquerda: PCB, PCO, PSOL, PT, PSTU, PC do B; Centro-Esquerda: PDT, PPL, PPS, PROS, PSB; Centro: DEM, DC, PHS, PMB, PSD, PSL, AVANTE, PATRI, MDB, PRP, PSDC, PTC, PV, PODE, PSDB, Centro-Direita: NOVO, PRB, PSC; Direita: PP e Outros: REDE, PTB, PMN, PRTB, PR, SOLIDARIEDADE.

¹⁶ Essa divisão tem como base o trabalho de Araújo e Diniz Alves (2007) e Bohn e Catela (2016).

¹⁷ Reforça-se que as coligações formadas nas eleições municipais são diferentes das estabelecidas em eleições federais. Portanto, como são consideradas as coligações firmadas nas eleições federais, acredita-se que a inclusão dessa variável contribui no sentido de como os eleitores estão avaliando os candidatos que estão indiretamente ligados ao presidente em exercício. Não é pretensão avaliar como os eleitores percebem as coligações criadas a nível municipal.

Quadro 2.1 - Descrição das variáveis a serem utilizadas no modelo econométrico (conclusão).

Variável	Descrição	Sinal Esperado
<i>ln Receita</i>	logaritmo natural do somatório, em reais, de todas as receitas declaradas pelo candidato.	Conforme Sacchet (2018) e Borba e Cervi (2017), receitas de campanha expressam poder econômico e, por isso, contribuem positivamente para um maior número de votos.
<i>Escol k</i>	variáveis <i>dummies</i> relativas ao grau de instrução. Sendo $k = 1$ a 7 e respectivamente indicando lê ou escreve, fundamental incompleto, fundamental completo, médio incompleto, médio completo, superior incompleto e superior completo. Sendo estabelecido como grupo base Escol 1.	Segundo Araújo e Diniz Alves (2007), o perfil dos eleitos a cargos políticos, principalmente os mais elevados, é marcado por uma maior escolaridade. Outros trabalhos, como Bohn (2007) e Jones <i>et al.</i> (2012) também incluíram a educação do candidato. Entretanto, nesses estudos específicos, a variável escolaridade não apresentou significância estatística.
<i>Idade</i>	indica a idade em anos do candidato, incluída para captar a construção de uma carreira política	Para Araújo e Diniz Alves (2007), independente do gênero, os candidatos que tinham idade superior a 35 anos possuíam maiores chances de sucesso na eleição. Entretanto, no trabalho de Sallaberry e Flach (2019), a idade influenciou negativamente na probabilidade de vencer.
<i>Casado</i>	<i>dummy</i> para captar a situação conjugal declarada pelo candidato; com o valor igual a 1 se o indivíduo declarou-se como casado e valor 0, caso contrário.	De acordo Sallaberry e Flach (2019) e Araújo e Diniz Alves (2007), essa variável identifica a situação conjugal dos candidatos, sendo que em tais estudos, ser casado interfere positivamente no sucesso eleitoral.
<i>IDHM</i>	são <i>dummies</i> que indicam o valor relativo ao resultado do índice de desenvolvimento humano obtido pelo município, sendo $k = 1$ a 3 e respectivamente, indica se o nível de desenvolvimento é baixo, médio e alto. O grupo base estabelecido corresponde ao IDHM baixo.	Holman (2017), em uma revisão de literatura internacional, descobriu que as mulheres têm maior probabilidade nas cidades onde a população tem maiores rendimentos e educação. Por outro lado, Bohn e Silva (2018) apontaram que, no Brasil, cidades com menores índices estavam correlacionadas com maior participação política feminina.

Fonte: Elaboração própria.

Apesar dessas variáveis serem insuficientes para o entendimento completo do sucesso eleitoral de um candidato(a), e como é delimitada a diferença de votos entre mulheres e homens, acredita-se que a inclusão delas no modelo empírico proposto pode tanto orientar novas abordagens no futuro como esclarecer sobre o peso que essas variáveis têm para candidatos(as) na quantidade de votos daqueles que concorreram em eleições municipais, tendo em vista um cargo de vereador.

2.5 RESULTADOS

2.5.1 Análise descritiva

A análise deste trabalho compreende os candidatos a vereador que não estão tentando a reeleição e que foram identificados nos dados do TSE em 2004, 2008, 2012, 2016 e 2020. O TSE possui bases que contemplam informações sobre características pessoais e partidárias dos candidatos, dados relativos à votação, declarações de receitas de campanhas, entre outros. Portanto, a partir do levantamento dessas bases foi feita a combinação das bases através de uma chave identificadora. Para mais, a análise foi restringida a candidatos com situação de candidatura deferida e que estavam na faixa etária¹⁸ de 18 a 100 anos.

Para os fins descritos, primeiramente analisou-se na Tabela 2.1, contendo a distribuição das candidatas de acordo com as características individuais, partidárias e socioeconômicas dos municípios, a depender do ano em que a eleição foi disputada. Dessa maneira, para os anos de 2004, 2008, 2012, 2016 e 2020, as amostras do grupo feminino foram formadas por, respectivamente, 39.956, 57.751, 81.238, 111.101 e 125.150 observações. Considerando a amostra total, composta por homens e mulheres, esses valores representam 20,81%, 21,09%, 27,92%, 30,71% e 34,69%, respectivamente, à ordem cronológica estipulada anteriormente.

¹⁸ Esse filtro da idade foi necessário uma vez que nas bases continham erros de digitação nessa variável. Por exemplo, em 2008 tinham candidatos que nasceram em 2012.

Tabela 2.1- Características individuais, partidárias e socioeconômicas dos municípios das candidatas que concorreram nas eleições municipais entre 2004 e 2020.

	2004	2008	2012	2016	2020
Orientação Ideológica (%)					
Esquerda	13,90	12,90	14,00	8,84	9,50
Centro-Esquerda	16,50	16,80	15,70	16,80	15,30
Centro	42,70	42,30	44,10	46,20	44,40
Centro-Direita	1,77	5,65	6,11	6,87	3,25
Direita	7,90	7,39	7,02	5,94	7,42
Outros	17,20	15,00	13,20	15,40	20,20
Coligação (%)					
Sim	21,80	13,50	46,40	36,00	4,75
Não	78,20	86,50	53,60	64,00	95,20
Escolaridade (%)					
Analfabeto ou Lê ou Escreve	2,32	1,37	2,33	2,35	2,52
Ensino Fundamental Incompleto	16,20	13,30	12,80	12,20	9,80
Ensino Fundamental Completo	12,30	12,10	11,70	11,50	9,77
Ensino Médio Incompleto	6,49	5,29	4,65	4,77	4,63
Ensino Médio Completo	31,70	34,30	36,40	38,80	38,50
Ensino Superior Incompleto	6,74	6,45	5,25	4,95	5,02
Ensino Superior Completo	24,30	27,30	26,90	25,40	29,80
Estado Civil (%)					
Casado	58,00	54,10	50,60	45,80	42,40
Não – Casado	42,00	45,90	49,40	54,20	57,60
IDHM (%)					
Baixo	23,66	28,20	0,08	0,35	0,41
Médio	76,21	71,71	95,02	94,40	95,13
Alto	0,12	0,09	4,89	4,27	4,45
Idade (média)					
	43,30	44,20	44,30	44,00	44,30
Total de Observações	39.925	57.751	81.238	111.101	125.150

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do TSE considerando eleições de 2004 a 2020.

Consoante com o exposto anteriormente, a proporção de candidaturas foi aumentando ao longo do tempo, apesar da lei de cotas definir um mínimo de participação de 30% desde 1997. Essa ampliação na proporção deve-se, principalmente, à uma fiscalização do TSE

conjuntamente com punição¹⁹ aos partidos e coligações ao não cumprimento da lei de cotas. Além disso, atualmente percebe-se uma movimentação nas mídias de comunicação, a fim de informar sobre a importância da participação de mulheres na política.

Relativo às características partidárias das candidatas, percebe-se que, independentemente das eleições, na maioria delas as mulheres estavam concentradas em partidos classificados como de Centro, em que a média da proporção dos cinco anos foi igual a 43,94%. Por outro lado, os partidos de Centro-Direita e Direita tiveram a menor proporção de candidatas ao longo das eleições, com valores, em média, respectivamente, iguais a 4,73% e 7,13%. Ademais, nota-se que os partidos de Esquerda foram perdendo espaço na participação de candidatas mulheres. Enquanto em 2012, 14,00% das mulheres encontravam-se nos partidos de esquerda, em 2020, esse valor era 9,50% do total.

Relativo à coligação, em todas as eleições a maioria das mulheres não estavam em partidos que participaram da coligação do presidente em exercício. O maior valor de proporção foi na eleição de 2012, sendo igual a 46,40%. Tal valor é justificado por aquela coligação possuir um total de 10 partidos. Por outro lado, em 2020, com o menor valor de proporção, igual a 4,75%. Novamente, o valor dessa proporção é devido ao tamanho da coligação, que possuía apenas dois partidos.

No tocante à escolaridade, percebe-se que a maioria das candidatas estavam concentradas em níveis maiores de escolaridade. Considerando a média da proporção dos cinco anos, cerca de 35,94% e 26,74% das candidatas tinham, respectivamente, Ensino Médio e Ensino Superior.

Outra característica individual relevante a ser analisada é a situação conjugal das mulheres. Foi observado que a proporção de mulheres não casadas foi aumentando ao longo do tempo. Enquanto em 2004 elas representavam cerca de 42% do total, em 2020 o valor da proporção foi igual a 57,60%. Por fim, faz-se a análise da idade, e foi observado um padrão em que a idade média, das cinco eleições, foi igual a 44,02 anos.

À vista dessas variáveis para as mulheres, na Tabela 2.2 faz-se o mesmo levantamento de informações para o grupo masculino, tendo como fim uma análise quanto à diferença entre os dois grupos. No tocante à amostra, tem-se em 2004, 2008, 2012, 2016 e 2020,

¹⁹ Como exemplos de punição, segue duas notícias publicadas pelo TSE, respectivamente, no ano de 2012 e 2020: < <https://www.tse.jus.br/imprensa/noticias-tse/2012/Novembro/indeferido-o-registro-de-coligacao-que-nao-respeitou-cotas-de-candidaturas-femininas?SearchableText=puni%C3%A7%C3%A3o%20coliga%C3%A7%C3%A3o%20cotas> > e < <https://www.tse.jus.br/imprensa/noticias-tse/2020/Agosto/tribunal-pune-coligacao-por-uso-fraudulento-de-candidaturas-femininas-no-pleito-de-2016-em-imbe-rs?SearchableText=puni%C3%A7%C3%A3o%20coliga%C3%A7%C3%A3o%20cotas> >.

respectivamente, 151.843, 216.001, 209.722, 250.565 e 235.550 observações. Proporcionalmente, considerando o grupo feminino e masculino, esses valores representam, seguindo a ordem cronológica apresentada, 79,18%, 78,90%, 72,07% e 69,28% e 65,30% do total.

Primeiramente, percebe-se que assim como para as mulheres, homens também estão concentrados em partidos de Centro, tendo uma proporção, ao longo das cinco eleições, com valor igual a 43,90% do total. Comparativamente com as mulheres, existe uma proporção menor de homens concentrados em partidos de esquerda, sendo igual, ao longo das eleições, a 8,83% do total. Novamente, é percebido um decréscimo de participação em partidos de esquerda ao longo do tempo. Outra questão partidária, é se o partido participou da coligação do presidente atual e foi observado o mesmo padrão de participação das candidatas mulheres.

Tabela 2.2 - Características individuais, partidárias e socioeconômicas dos municípios dos candidatos que concorreram nas eleições municipais entre 2004 e 2020 (continua).

	2004	2008	2012	2016	2020
Orientação Ideológica (%)					
Esquerda	12,30	12,10	13,20	8,01	8,83
Centro-Esquerda	16,90	17,20	16,30	17,40	15,40
Centro	42,80	42,30	43,80	45,90	44,70
Centro-Direita	1,96	5,51	6,35	7,18	3,39
Direita	8,36	7,64	3,88	5,68	7,16
Outros	17,60	15,50	13,50	15,80	20,50
Coligação					
Sim	20,50	12,70	45,80	35,20	5,10
Não	79,50	87,30	54,20	64,80	94,90
Escolaridade (%)					
Analfabeto ou Lê ou Escreve	4,71	2,94	3,06	2,78	3,03
Ensino Fundamental Incompleto	26,90	23,80	19,70	17,40	14,50
Ensino Fundamental Completo	14,90	16,20	15,70	15,00	13,30
Ensino Médio Incompleto	6,88	5,81	5,27	5,29	5,06
Ensino Médio Completo	26,80	31,00	34,70	37,30	38,10
Ensino Superior Incompleto	5,16	5,00	4,39	4,13	4,38
Ensino Superior Completo	14,60	15,30	17,20	18,20	21,60
Estado Civil (%)					
Casado	71,00	66,70	63,70	58,70	55,60
Não – Casado	29,00	33,30	36,30	41,30	44,70

Tabela 2.2 - Características individuais, partidárias e socioeconômicas dos municípios dos candidatos que concorreram nas eleições municipais entre 2004 e 2020 (conclusão).

	2004	2008	2012	2016	2020
IDHM (%)					
Baixo	26,68	30,64	0,10	0,41	0,38
Médio	73,23	69,31	95,25	95,40	94,91
Alto	0,08	0,05	4,65	4,17	4,90
Idade (média)	43,40	44,30	44,70	44,90	45,70
Total de Observações	151.843	216.001	209.722	250.565	235.550

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do TSE considerando eleições de 2004 a 2020.

Partindo do nível de escolaridade, observa-se que os homens estão em menor proporção nos níveis de Ensino Médio e Superior completo do que as mulheres. Os valores médios, ao longo das cinco eleições foram respectivamente iguais a 33,58% e 17,38% do total. Enfim, os dados descritivos, no geral, indicam que as mulheres são mais escolarizadas do que os homens.

A proporção de pessoas casadas no grupo masculino também é maior, sendo que em 2008 esse grupo representava 71% da amostra. Entretanto, assim como para as mulheres, essa proporção foi rareando ao longo do tempo e, em 2020, apesar dos homens casados ainda serem a maioria, eles representavam 55,20% do total. Por fim, no que concerne à idade, homens são um pouco mais velhos do que as mulheres, em que a média, ao longo das cinco eleições, foi igual a 44,60 anos.

Autores como Sacchet (2018) e Borba e Cervi (2017) destacaram a importância das variáveis financeiras para o sucesso eleitoral dos candidatos. Levando isso em consideração, a Tabela 2.3 mostra a distribuição da variável receita de campanhas declaradas (R\$) pelos candidatos(as) ao longo das eleições, por quartis.

Tabela 2.3 - Receitas campanhas declaradas pelos candidatos(as), por quartil, nas eleições de 2004, 2008, 2012, 2016 e 2020.

	1º Quartil		2º Quartil		3º Quartil	
	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens
2004	461,20	576,5	1.199,20	1.583,10	3.032,50	3.884,40
2008	598,00	792,00	1.774,00	2.274,00	4.574,00	5.807,00
2012	493,00	874,00	1.652,00	2.762,00	4.873,00	7.060,00
2016	486,80	738,70	1.217,00	2.008,00	3.130,00	4.705,60
2020	500,00	573,00	1.318,00	1.400,00	3.372,00	3.350,00

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do TSE considerando eleições de 2004 a 2020. Nota: Os valores de 2004, 2008, 2012 e 2016 foram corrigidos pelo Índice de Preços ao Consumidor, com base em novembro de 2020, período da última eleição.

Com exceção de 2020, observa-se que em todas as outras eleições, mulheres receberam menores valores de receitas de campanhas do que os homens, independentemente do quartil analisado. Para os anos de 2004, 2008, 2012 e 2016, é interessante notar que a diferença de receitas de campanhas foi aumentando ao longo do tempo. Enquanto em 2004 as mulheres que se encontravam dentro dos 50% menores valores recebiam 80% do valor recebido pelos 50% menores valores dos homens, em 2016 essas mulheres recebiam 59,11% do valor recebido pelos 50% menores valores recebidos dos homens.

Esse padrão de diferença também foi encontrado em outros quartis. Enquanto em 2008 as mulheres no terceiro quartil recebiam cerca de 78,76%, igual a R\$4.574,00, em comparação aos valores recebidos pelos homens do terceiro quartil, valor igual a R\$5.807,00, tem-se que em 2016, elas recebiam 66,66% do valor recebido pelos homens nesse quartil.

Em detalhe a eleição de 2020, percebe-se que mulheres e homens receberam valores parecidos ao longo dos quartis. No 1º quartil, homens receberam 12,73% a mais do que as mulheres, isto é, uma diferença de R\$73,00; no 2º quartil a diferença entre homens e mulheres foi igual a R\$82,00; por fim, no 3º quartil, mulheres receberam 0,65% a mais do que os homens, ou seja, uma diferença de R\$22,00. Essa distribuição mais igualitária é provavelmente devida à nova instrução do STF, relativo que a distribuição dos recursos financeiros fosse correspondente à proporção do gênero dos candidatos(as). Apesar disso ser um caminho de maior igualdade entre as receitas de campanhas recebidas, os dados descritivos mostram que nos outros anos não existia uma destinação de receita igualitária entre os sexos.

2.5.2 Fatores relacionados ao sucesso eleitoral

Com o intuito de investigar os fatores relacionados ao sucesso eleitoral dos candidatos(as), foi estimada, separadamente, para cada eleição, 2004, 2008, 2012, 2016 e 2020; e para cada gênero, masculino e feminino, uma regressão linear múltipla. Inicialmente, para a detecção de multicolinearidade foi realizado o teste do fator de inflação da variância (VIF) e verificou-se ausência de multicolinearidade em todos os modelos; em relação à qualidade de ajuste do modelo, através do teste LR (Razão de Verossimilhança) observou-se que houve um ajustamento correto; por fim, foi detectado a existência de heterocedasticidade pelo teste de Breusch-Pagan e todos os modelos foram reestimados, considerando erros padrões robustos. Os resultados das estimações dos modelos são apresentados na Tabela 2.4 e os coeficientes estimados foram, em geral, estatisticamente significativos.

Tabela 2.4 - Fatores relacionados ao sucesso eleitoral, considerando as eleições de 2004,2008, 2012, 2016 e 2020 (continua).

	2004		2008		2012		2016		2020	
	Feminino	Masculino	Feminino	Masculino	Feminino	Masculino	Feminino	Masculino	Feminino	Masculino
Casado	0,2156*** (0,0113)	0,2074*** (0,0064)	0,1948*** (0,0093)	0,1792*** (0,0051)	0,1890*** (0,0088)	0,2039*** (0,0051)	0,1941*** (0,0083)	0,2192*** (0,0046)	0,3043*** (0,0070)	0,2833*** (0,0048)
IDHM médio	-0,777*** (0,0132)	-0,0828*** (0,0060)	-0,1171*** (0,0105)	0,0170*** (0,0049)	0,2548 (0,1737)	-0,1229** (0,0620)	0,3780*** (0,0881)	0,0424 (0,0356)	0,0762 (0,0597)	0,0256 (0,0413)
IDHM alto	-0,5324*** (0,1637)	-0,1628*** (0,0823)	-1,0179*** (0,0156)	-0,5041*** (0,0947)	0,6859*** (0,1746)	0,4491*** (0,0628)	1,0741*** (0,0899)	0,6821*** (0,0370)	0,6341*** (0,0619)	0,4389*** (0,0426)
Idade	0,0115*** (0,0005)	0,0020*** (0,0002)	0,0095*** (0,0004)	0,0001 (0,0002)	0,0097*** (0,0004)	-0,0040*** (0,000)	0,0132*** (0,0003)	-0,0364*** (0,0002)	0,0070*** (0,0004)	-0,0048 (0,0002)
Escol 2	0,1460*** (0,0401)	0,0846*** (0,0136)	0,1033** (0,0439)	0,1029*** (0,0148)	0,1112*** (0,0319)	0,0926*** (0,0151)	0,2707*** (0,0296)	0,1493*** (0,0150)	0,0567** (0,0246)	0,1173*** (0,0155)
Escol 3	0,3572*** (0,042)	0,2405*** (0,0145)	0,2797*** (0,0469)	0,2663*** (0,0152)	0,2852*** (0,0323)	0,2216 (0,0153)	0,4550*** (0,0299)	0,2684*** (0,0152)	0,2627*** (0,0248)	0,2284*** (0,0156)
Escol 4	0,3423*** (0,0436)	0,3051*** (0,0166)	0,2945*** (0,0469)	0,2869*** (0,0170)	0,3031*** (0,0360)	0,2171*** (0,0176)	0,4884*** (0,0331)	0,2666*** (0,0172)	0,2780*** (0,0275)	0,3938*** (0,0148)
Escol 5	0,5569*** (0,0391)	0,4132*** (0,0139)	0,4824*** (0,0430)	0,3864*** (0,0148)	0,5020*** (0,0307)	0,3327*** (0,0148)	0,7284*** (0,0283)	0,4086*** (0,0146)	0,5934*** (0,0231)	0,5248*** (0,0180)
Escol 6	0,7446*** (0,0438)	0,6484*** (0,0178)	0,657*** (0,0462)	0,5312*** (0,0176)	0,7043*** (0,0358)	0,4610*** (0,0181)	1,003*** (0,0334)	0,5580*** (0,0177)	0,9114*** (0,0277)	0,7005*** (0,0152)
Escol 7	0,8981*** (0,0397)	0,7465*** (0,0148)	0,7050*** (0,0433)	0,6035*** (0,0154)	0,8102*** (0,0310)	0,5385*** (0,0154)	1,215*** (0,0287)	0,6910*** (0,0151)	1,2403*** (0,0232)	0,3902*** (0,0099)

Tabela 2.4 - Fatores relacionados ao sucesso eleitoral, considerando as eleições de 2004,2008, 2012, 2016 e 2020 (conclusão).

	2004		2008		2012		2016		2020	
	Feminino	Masculino	Feminino	Masculino	Feminino	Masculino	Feminino	Masculino	Feminino	Masculino
Centro- Esquerda	0,0584*	0,2320***	0,1077***	0,2360***	0,0235	0,1101***	0,0490***	0,1391***	0,1047***	0,3918***
	(0,0330)	(0,0161)	(0,0361)	(0,0180)	(0,0157)	(0,0084)	(0,0170)	(0,0092)	(0,0142)	(0,0087)
Centro	0,0943***	0,2771***	0,1039***	0,2419***	-0,0180	0,1035***	0,0215	0,1343***	0,0588***	0,3941***
	(0,3121)	(0,0153)	(0,0396)	(0,0171)	(0,0139)	(0,0075)	(0,0152)	(0,0084)	(0,0124)	(0,0087)
Centro-Direita	0,0075	0,3131***	0,1121***	0,2694***	0,0269	0,0700***	0,0636***	0,1200***	0,1283***	0,3527***
	(0,0522)	(0,0250)	(0,0342)	(0,0198)	(0,0216)	(0,0114)	(0,0210)	(0,0112)	(0,0221)	(0,0148)
Direita	0,12073***	0,2841***	0,1493***	0,2690***	-0,0269	0,1434***	-0,0305	0,1726***	0,0719***	0,4584***
	(0,0354)	(0,0171)	(0,0380)	(0,0189)	(0,0216)	(0,0112)	(0,0224)	(0,0118)	(0,0168)	(0,0114)
Outros	0,0998***	0,25100***	0,1118***	0,2434***	-0,0073	0,1133***	0,0398*	0,1301***	0,0579***	0,3725***
	(0,0242)	(0,0119)	(0,0364)	(0,0181)	(0,0171)	(0,0090)	(0,0175)	(0,0095)	(0,0136)	(0,0095)
Coligação	-0,0406	0,0051	0,0477	0,0814***	-0,0103	0,0289***	-0,0236***	0,0140***	-0,1870***	-0,2883***
	(0,0264)	(0,0126)	(0,0337)	(0,0169)	(0,0103)	(0,0053)	(0,0089)	(0,0046)	(0,0163)	(0,0108)
ln Receita	0,4166***	0,4413***	0,4538***	0,4769***	0,4562***	0,4222***	0,5186***	0,4632***	0,3488***	0,4112***
	(0,0046)	(0,0220)	(0,0036)	(0,0017)	(0,0030)	(0,0016)	(0,0035)	(0,0018)	(0,0163)	(0,0019)
Constante	0,6674***	1,2486	0,3269	0,9329***	-0,5619	1,4776***	-1,838***	0,8291***	-0,032	0,978***
	(0,0616)	(0,0264)	(0,0619)	(0,0268)	(0,1786)	(0,0656)	(0,0971)	(0,0418)	(0,0699)	(0,0470)
R^2 Ajustado	0,3183	0,3481	0,3417	0,3749	0,3205	0,3378	0,2904	0,3151	0,2911	0,283
Teste LR	14.797,80	63.955,86	23.412,39	99.892,70	30.635,07	84.753,56	36.898,34	91973,41	40.754,83	75.023,35
P - Valor LR	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000
Observações	39.925	151.843	57.751	151.843	81.238	209.722	111.101	250.565	125.150	235.550

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do TSE considerando eleições de 2004 a 2020. Nota: Em parênteses são apresentados os erros padrão robustos. * Estatisticamente significativo a 10%, ** Estatisticamente significativo a 5%, *** Estatisticamente significativo a 1%.

Relativo à variável casado, observa-se que o fato de ser casado aumenta as chances de obter mais votos. Ao longo das cinco eleições, em média, mulheres e homens casados, receberam, respectivamente, 21,95% e 22,11% mais votos do que os não casados. Relativamente superior à média, em destaque tem-se 2020, onde que essa variável provocou um aumento igual a 30,43% e 28,33% de votos, respectivamente, para homens e mulheres. Resultados como esses foram encontrados em Sallaberry e Flach (2019) e Araújo e Diniz Alves (2007) em que, respectivamente, os casados possuíam razão de chances de 1,195 e 1,38 vezes maiores do que os não-casados.

Concernente ao nível de desenvolvimento dos municípios, resultados diferentes foram apresentados ao longo das eleições tanto para homens quanto para as mulheres. Em 2004 e 2008, mulheres e homens localizados em cidades com um nível de desenvolvimento maior do que 0,799, IDHM alto, recebiam menos votos em comparação a municípios que tinham um IDHM baixo. Apesar disso, mulheres recebiam proporcionalmente muito menos votos do que os homens. Como exemplo disso, tem-se que, em 2008, mulheres em cidades com IDHM alto recebiam menos 101,79% de votos em comparação a mulheres em cidades com IDHM baixo, enquanto os homens recebiam menos 50,41%, em comparação a homens em municípios com um baixo nível de desenvolvimento.

Os resultados para esse período, 2004-2008, vão ao encontro dos estudos realizados por Araújo e Alves (2007) e Miguel e Queiroz (2006), nos quais mulheres tendiam a ter desempenhos melhores em regiões com menores níveis de desenvolvimento. Para Araújo e Alves (2007), uma das explicações para os resultados de cidades com menores índices contribuírem com maior quantidade de votos para mulheres pode-se dever ao fato de que esses locais podem exigir menos recursos, assim como trajetórias políticas menos sólidas, o que facilitaria para as candidatas, diante a uma exclusão histórica.

A partir de 2012, tem-se uma reversão desses resultados. Mulheres e homens começam a receber mais votos em cidades com maiores níveis de desenvolvimentos, sendo que municípios com IDHM alto contribuem com uma maior quantidade de votos para as mulheres do que para os homens. Em 2016, tem-se que mulheres ganharam 107,4% votos a mais em municípios com um nível de desenvolvimento alto em comparação a um nível baixo, enquanto os homens recebiam 68,21% de votos a mais.

A literatura internacional indica que cidades com maiores níveis de rendimentos e educação favorecem mais na probabilidade de mulheres se elegerem (HOLMAN, 2017). Segundo Inglehart e Norris (2003), a modernização leva seus cidadãos a serem mais igualitários

sobre questões de gênero. Portanto, cidades mais desenvolvidas poderiam contribuir mais com uma maior participação de mulheres na política.

Esses resultados divergentes ao longo das eleições reforçam a importância de uma análise temporal. Afinal, o que a literatura nacional indicava como dado, isto é, que candidatas brasileiras tendem a ter maiores chances em municípios menos desenvolvidos, não foi observado ao decorrer do tempo. Portanto, apesar do presente trabalho trazer um novo olhar sob o índice de desenvolvimento de uma região na quantidade de votos recebidos pelas mulheres, isto é, quanto maior o nível de desenvolvimento, maiores as chances de sucesso eleitoral para as mulheres. No entanto, não se pode concluir que isso vai continuar sendo verificado no longo prazo.

Referente à variável idade, além de não ser estatisticamente significativo nas eleições de 2008 e 2020 para o gênero masculino, influenciou pouco no sucesso eleitoral, para mulheres e homens ao longo das eleições, em comparação as outras variáveis. Considerando apenas as eleições onde a variável idade se mostrou estatisticamente significativa para os dois gêneros, foi observado, em média, que cada ano a mais de idade contribuía para mulheres em 1,02% a mais e para homens 1,28% a menos em votos.

No tocante a escolaridade, ao longo das cinco eleições, quanto maior o nível, mais votos os candidatos ganham, independentemente do sexo. Em média, considerando todo o período estipulado, mulheres e homens com Ensino Superior completo recebiam cerca de, respectivamente, 97,37% e 59,39% votos a mais do que candidatos(as) que só leem ou escrevem ou analfabetos.

Segundo Araújo e Diniz Alves (2007), tendo em vista que a maior parte da população brasileira não chega aos maiores níveis de escolaridade (como Ensino Superior completo), o fato de candidatos com níveis de escolaridades mais altos ganharem mais votos acaba revelando o peso que a escolaridade tem para os eleitores, assim como mostra que esses candidatos fazem parte de uma “elite política”.

Concernente à ideologia partidária dos candidatos(as), na maioria das vezes, as variáveis foram estatisticamente significativas a 1%. A exceção ocorre no modelo estimado para o gênero feminino em 2012, em que todas as *dummies* foram estatisticamente não significantes. Apesar disso, para os homens, foi observado que os candidatos de partido de direita são os que recebem mais votos, consolidando a importância desses partidos, como exemplo o PP (Progressistas) em eleições municipais. Esses candidatos receberam, em média, considerando as cinco eleições, 26,55% de votos a mais do que candidatos em partidos de esquerda.

Para as mulheres, apesar da literatura indicar que partidos de esquerda contribuem para uma maior quantidade de votos, haja vista os estudos de Araújo e Diniz Alves (2007), Bohn e Catela (2016) e Dolan (2009), obteve-se que outras ideologias partidárias contribuíram em mais votos, em comparação aos partidos de esquerda. Apesar disso, quando comparado com os homens, a diferença da quantidade de votos recebidas por outros partidos é menor. Um exemplo disso é que mulheres de direita, em 2004, recebiam 12,07% de votos a mais do que em partidos de esquerda, enquanto os homens recebiam 28,41% a mais. Já em 2020, enquanto as mulheres recebiam 7,19% a mais, homens de direita recebiam 45,84% em comparação aos de esquerda. Dessa forma, apesar de partidos de esquerda gerarem menos votos para mulheres e homens, existe um indicativo que mulheres desses partidos são mais bem vistas do que os homens.

Referente à variável coligação, que denota se o partido do candidato participou da coligação do presidente em exercício, foi notado que, em muitas eleições, essa variável não foi estatisticamente significativa. O destaque vai para as eleições de 2020, em que tanto para homens quanto para mulheres, o partido ter feito parte da coligação do presidente em exercício contribuiu de forma negativa na quantidade de votos recebidos. Respectivamente, homens e mulheres dos partidos do PSL ou PRTB receberam menos 18,70% e 28,83% de votos em comparação com aqueles que não estavam filiados a esses partidos. Portanto, diferente das eleições de 2018, em que vários candidatos elegeram-se devido à popularidade de Bolsonaro e o PSL cresceu consideravelmente, tornando-se a segunda maior bancada na Câmara de Deputados, para as eleições municipais não foi revelado o mesmo comportamento, indicando assim, uma possível insatisfação dos eleitores com a ideologia dominante.

Por fim, tem-se a variável receita de campanha, que indica a disponibilidade financeira do candidato para gastar com a sua campanha. Observa-se que para homens e mulheres essa variável foi importante, aumentando de forma semelhante a quantidade de votos recebidos. Ao longo das cinco eleições, 1% no aumento da receita para homens e mulheres, respectivamente, aumentavam em 0,438% e 0,442% a quantidade de votos recebidos. Tal resultado, além de reforçar os resultados encontrados por Sacchet (2018), Borba e Cervi (2017) e Sallaberry e Flach (2019), mostram a importância da igualdade da destinação financeira para homens e mulheres, uma vez que, mesmo recebendo uma proporção de dinheiro menor em comparação aos homens, mulheres fazem com que o dinheiro recebido lhes assegure um estímulo igual na quantidade de votos.

2.5.3 Decomposição de Oaxaca-Blinder

Com o intuito de analisar as variáveis que influenciaram na diferença de votos entre mulheres e homens para o cargo de vereador(a), foi estimada a Decomposição de Oaxaca-Blinder para cada eleição. Os resultados²⁰ dessa estimação são apresentados na Tabela 2.5, em que consta a diferença de votos entre os grupos, quanto dela pode ser explicada por através do componente explicado e quanto pelo componente não-explicado.

Percebe-se que, independentemente do ano, há uma diferença substancial de votos entre mulheres e homens, sendo que os segundos sempre obtiveram mais votos do que as primeiras. Tem-se que os anos iniciais analisados são responsáveis pelas menores diferenças de votos por gênero, decorrendo que em 2004 e 2008, homens receberam, respectivamente, 70,72% e 73,68% de votos a mais do que as mulheres. Por outro lado, a partir da eleição de 2012, o valor da diferença aumenta substancialmente, e dentro do período de 2012 a 2020, homens receberam, em média, 177,83% de votos a mais do que as mulheres.

Uma das possíveis explicações para esse substancial aumento na diferença de votos é que, conjuntamente a ele, é percebido um aumento na taxa de participação feminina como candidatas. Portanto, dadas as denúncias²¹ de candidatas laranjas para o preenchimento da cota de um mínimo de 30%, pode se supor que esse aumento no hiato de votos é devido justamente ao fato de partidos estarem nomeando candidatas sem chances reais de sucesso, isto é, apenas para atingir suas estatísticas de gênero. Se isso acontece e são nomeados homens com maiores chances a ganhar as eleições e que atendem melhor as preferências do eleitor, é de se esperar que a diferença de votos entre homens e mulheres realmente aconteça.

²⁰Devido aos valores de votos estimados encontrarem-se em logaritmos naturais, para chegar ao efeito exato da diferença, conforme sugerido por Wooldridge (2010), foi feito o seguinte cálculo: $(\exp(x) - 1)$, em que x corresponde ao valor do coeficiente em logaritmo.

²¹ Ressalta-se que existem investigações, em andamento, contra partidos ou coligações por conta de candidatas laranjas, isto é, recrutamento de mulheres candidatas apenas para cumprir a cota e/ou para desviar verbas que seriam destinadas às campanhas delas. Haja visto, notícias como essa: < <https://www.correiobraziliense.com.br/politica/2020/11/4891306-eleicoes-mp-investiga-denuncias-de-candidaturas-laranjas-de-mulheres.html> > e < <https://valor.globo.com/politica/noticia/2020/11/25/suspeitas-de-candidaturas-laranjas-comecam-a-ser-investigadas-pelo-pais.ghtml> >.

Tabela 2.5 - Componente explicado, componente não-explicado e interação, através da diferença entre homens e mulheres nas eleições municipais entre 2004 e 2020.

	Diferença	Componente Explicado	Componente Não-Explicado	Interação
2004	0,7072*** (0,0073)	0,0334*** (0,0051)	0,6280*** (0,0063)	0,0145*** (0,0034)
2008	0,7368*** (0,0062)	0,0556*** (0,0045)	0,6185*** (0,0052)	0,0163*** (0,0029)
2012	1,6164*** (0,0060)	0,1792*** (0,0042)	1,2007*** (0,0051)	0,0080*** (0,0028)
2016	2,2427*** (0,0055)	0,1939*** (0,0038)	1,7214*** (0,0048)	-0,0020*** (0,0026)
2020	1,4759*** (0,0048)	-0,0232*** (0,0030)	1,4492*** (0,0042)	0,0349*** (0,0018)

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do TSE considerando eleições de 2004 a 2020. Nota: Em parênteses são apresentados os erros padrão robustos. * Estatisticamente significativo a 10%, ** Estatisticamente significativo a 5%, *** Estatisticamente significativo a 1%.

Partindo para a decomposição dessa diferença, no que tange ao componente explicado, com exceção da eleição de 2020, em todas as outras ele foi positivo, apesar de não possuir o maior peso na diferença de hiato de votos entre homens e mulheres. O valor positivo desse componente mostra que, se mulheres tivessem igualmente na mesma proporção dos homens em relação às características incluídas no modelo, como situação conjugal, receita de campanha, ideologia partidária, as mesmas iriam obter uma maior quantidade de votos.

Ainda sobre o componente explicado positivo, tem-se que as eleições de 2012 e 2016, que apresentaram os maiores valores do componente explicado, onde mulheres poderiam receber 17,92% e 19,39% de votos a mais, caso tivessem as mesmas características produtivas dos homens. Por outro lado, tem-se a eleição de 2020, em que o componente explicado apresentou um sinal negativo. Para esse ano, caso a diferença de votos dependesse apenas do componente explicado, mulheres receberiam 2,32% de votos a mais do que os homens.

Em relação ao componente não explicado, em todos os anos, ele é positivo e elevado, explicando a maior parte do hiato de votos existente. Posto isso, esse sinal aponta que variáveis não possíveis de capturar, como capacidade de expressão oral do candidato, alianças políticas, grau de popularidade no município, assim como possível discriminação de gênero por parte dos eleitores, acabam beneficiando mais os homens do que as mulheres.

A eleição de 2008 teve o menor valor referente ao componente não-explicado, ou seja, devido a ele, os homens tiveram 61,85% de votos a mais do que as mulheres. Por outro lado, a eleição de 2016 possuiu o maior valor, sendo que os homens receberam 172,14% de votos a

mais devido ao componente não-explicativo. Acredita-se que o valor tão expressivo para essa eleição possa estar associado à figura da ex-presidente Dilma. Diante do processo de *impeachment* e da crise econômica no país, muitos eleitores poderiam ter associado a habilidade de governar da presidente com a capacidade de outras mulheres em cargos públicos.

Corroborando essa interpretação, em 2020, o valor do componente residual voltou ao patamar parecido com o de 2012, em que, respectivamente, os homens receberam 120,07% e 144,92% votos a mais, devido a características não explicadas. Ainda assim, novamente sublinha-se que, apesar do componente não-explicado ter o maior peso na diferença de votos, no cenário estudado não se pode concluir que ele representa, por total, a discriminação dos eleitores contra candidatas mulheres. Infelizmente, existem outras habilidades produtivas que não foram possíveis de serem incluídas no modelo e que podem contribuir para que esse componente residual seja alto.

Em seguimento com essa análise, as Tabelas 2.5 e 2.6 apresentam a contribuição de cada variável no hiato de votos entre homens e mulheres, tendo em vista, respectivamente, as eleições de 2004, 2008, 2012, 2016 e 2020, e respectivamente, o componente explicado e não-explicado. Essa investigação permite dizer quanto o coeficiente estimado de determinada variável, seja ele no componente explicado ou não-explicado, representa na diferença total de votos entre homens e mulheres.

Tabela 2.6 - Componente Explicado: contribuição das variáveis na diferença de votos entre homens e mulheres das eleições de 2004, 2008, 2012, 2016 e 2020 (continua).

	2004	2008	2012	2016	2020
Casado	0,0525*** (0,003)	0,0443*** (0,0023)	0,0257*** (0,0013)	0,0213*** (0,001)	0,0441*** (0,0012)
IDHM baixo	0,0114*** (0,0032)	0,01671*** (0,0027)	0,0000 (0,0000)	-0,0002*** (0,000)	0,0000 (0,0000)
IDHM médio	-0,0069** (0,0031)	-0,0114*** (0,0025)	-0,0001 (0,0001)	0,0000 (0,0000)	0,0004*** (0,0001)
IDHM alto	0,00033* (0,0001)	0,0005*** (0,0002)	-0,0009** (0,0004)	-0,0005 (0,0004)	0,0011*** (0,0003)
Receita	0,1843*** (0,0058)	0,2009*** (0,0052)	0,2175*** (0,003)	0,1833*** (0,0022)	0,0243*** (0,0018)
Escol 1	-0,0195*** (0,0017)	-0,0102*** (0,0011)	-0,0029*** (0,0003)	-0,0022*** (0,0003)	-0,0027*** (0,0003)
Escol 2	-0,0582*** (0,0032)	-0,0489*** (0,0027)	-0,0197*** (0,001)	-0,0142*** (0,0006)	-0,0221*** (0,0008)
Escol 3	-0,0038*** (0,0008)	-0,006*** (0,0011)	-0,0043*** (0,0006)	-0,0041*** (0,0004)	-0,0084*** (0,0005)

Tabela 2.6 - Componente Explicado: contribuição das variáveis na diferença de votos entre homens e mulheres das eleições de 2004, 2008, 2012, 2016 e 2020 (conclusão).

	2004	2008	2012	2016	2020
Escol 4	-0,0007** (0,0003)	-0,0006*** (0,0002)	-0,0005*** (0,0001)	-0,0005*** (0,0001)	-0,0009*** (0,0002)
Escol 5	-0,0112*** (0,0012)	-0,0072*** (0,0008)	-0,002*** (0,0003)	-0,0017*** (0,0002)	-0,0005** (0,0002)
Escol 6	-0,0091*** (0,001)	-0,0078*** (0,0008)	-0,0028*** (0,0003)	-0,0028*** (0,0003)	-0,0030*** (0,0004)
Escol 7	-0,0834*** (0,0034)	-0,0750*** (0,0029)	-0,0423*** (0,0013)	-0,0384*** (0,001)	-0,0693*** (0,0016)
Coligação	0,0009 (0,0006)	-0,0007 (0,0005)	0,0001 (0,0001)	0,0002** (0,0001)	-0,0007*** (0,0002)
Idade	0,0025** (0,0012)	0,0021** (0,0008)	0,0037*** (0,0005)	0,0101** (0,0005)	0,0111*** (0,0008)
Esquerda	0,0019** (0,0008)	0,0014*** (0,0005)	0,0000 (0,0001)	0,0002* (0,0001)	0,0005*** (0,0001)
Centro Esquerda	0,000 (0,0001)	0,0001 (0,0001)	0,0001* (0,0001)	0,0001 (0,0001)	0,0001 (0,0001)
Centro	0,0000 (0,0002)	-0,0001 (0,0001)	0,000 (0,0000)	0,0000 (0,0000)	0,000 (0,0000)
Centro Direita	-0,0002 (0,0002)	0,0000 (0,000)	0,0001 (0,0001)	0,0001** (0,0000)	0,0001 (0,0000)
Direita	0,0005** (0,0002)	0,0002* (0,0001)	0,000 (0,0000)	0,0001** (0,0001)	0,0000 (0,0000)
Outros	0,0003 (0,0002)	0,0001 (0,0001)	0,000 (0,0000)	0,0001 (0,0000)	0,0000 (0,0000)
Total	0,0616*** (0,0093)	0,0983*** (0,0077)	0,1715*** (0,004)	0,1507*** (0,0030)	-0,026*** (0,0034)

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do TSE considerando eleições de 2004 a 2020. Nota: Em parênteses são apresentados os erros padrão robustos. * Estatisticamente significativo a 10%, ** Estatisticamente significativo a 5%, *** Estatisticamente significativo a 1%.

No que tange ao componente explicado, tem-se que a variável que denota a receita de campanha dos candidatos(as) é responsável pela maior contribuição na diferença total de votos, explicando assim o sinal positivo desse componente. Percebe-se que durante as eleições de 2004 a 2016, tal variável contribuiu no mínimo em 18% para aumentar o hiato de votos entre homens e mulheres. Em destaque, tem-se que, na eleição de 2016, tal variável contribuiu em 21,75% na diferença total de votos. Em contrapartida, na eleição de 2020, a mesma variável contribuiu apenas em 2,43%.

A explicação para esses valores é devido à estatística descritiva. Conforme apresentado, foi verificado que as receitas de campanha dos homens eram bem superiores às das mulheres durante o período de 2004 a 2016 e equiparou-se nos valores recebidos em 2020. Portanto, tendo em vista que a variável contribui positivamente para uma maior quantidade de votos obtidos, se as mulheres recebem menos dinheiro para suas campanhas, parte considerável da diferença de votos entre homens e mulheres é respectiva a essa variável.

Esse resultado é de extrema relevância e reforça o quão importante é uma divisão justa entre os sexos, no tocante à receita de campanha. Em 2020, ano que tal igualdade ocorreu, os resultados mostraram que houve uma redução substancial na contribuição do componente explicado na diferença de votos entre homens e mulheres. Em outras palavras, pelos valores dessa variável nos outros anos, a diferença de votos justificada pelo componente explicado positivo nos outros anos (2004 a 2016) se deve principalmente pela diferença de receita recebida por homens e mulheres.

Ainda no efeito explicado, outras duas variáveis destacaram-se: Casado e Escol 7. Primeiramente, tem-se que o fato de ser casado, ao longo das cinco eleições, contribuiu positivamente para aumentar a diferença total de votos, em cerca de 3,75%, a favor dos homens. Esse resultado converge com o estudo de Araújo e Alves (2007), que aponta que candidatas(os) casadas(os) possuíam mais chances de se elegerem do que os(as) não-casados(as); e a estatística descritiva mostra que mulheres casadas representavam menor porcentagem do que os homens. Para Sallaberry e Flach (2019), pessoas casadas estão mais alinhadas às características comuns à família tradicional, causando, possivelmente, uma impressão de família paternalista.

Em relação à escolaridade, a circunstância do(a) candidato(a) ter Ensino Superior completo foi a característica que mais atuou de forma a diminuir a diferença entre homens e mulheres. Durante as cinco eleições, a diferença total de votos entre homens e mulheres diminuiu em 6,168%. Mais uma vez, esse resultado converge com a estatística descritiva que mostra que as mulheres tiveram maior porcentagem em níveis mais altos de escolaridade. Ademais, conforme observado nos modelos estimados separadamente, mais anos de estudos influenciam positivamente a quantidade de votos recebidos para os dois grupos.

Partindo para uma descrição detalhada das variáveis que influenciaram o componente residual e, conseqüentemente, a diferença total de votos entre homens e mulheres, tem-se a Tabela 2.7, que apresenta esses resultados.

Tabela 2.7 - Componente Não-Explicado: contribuição das variáveis na diferença de votos entre homens e mulheres das eleições de 2004, 2008, 2012, 2016 e 2020 (continua).

	2004	2008	2012	2016	2020
Casado	-0,0088 (0,0141)	-0,0154 (0,0104)	0,0078 (0,0054)	0,0098*** (0,0037)	-0,0098** (0,004)
IDHM baixo	-0,0781 (0,0272)	-0,1103*** (0,0313)	0,0001*** (0,0000)	0,0007*** (0,0001)	0,0003* (0,0002)
IDHM médio	-0,0229 (0,0874)	-0,1062 (0,0792)	-0,1708** (0,06126)	-0,0754*** (0,0264)	-0,0328 -0,026
IDHM alto	0,0005 (0,0003)	0,0004*** (0,0023)	-0,0016 (0,0032)	-0,0054*** -0,0012	-0,0055*** -0,0013
Receita	0,288*** (0,0606)	0,2805*** (0,0488)	-0,2426*** (0,0251)	-0,3254*** (0,0232)	0,4935*** (0,0268)
Escol 1	0,0038** (0,0015)	0,0012 (0,001)	0,0030*** (0,0007)	0,0052*** (0,0006)	0,0046*** (0,0007)
Escol 2	0,0076* (0,0046)	0,0118*** (0,0034)	0,0137*** (0,0018)	0,0144*** (0,0013)	0,0244*** (0,0013)
Escol 3	-0,0069* (0,0039)	0,0078** (0,0033)	0,0071*** -0,0017	0,0072*** (0,0013)	0,0141*** (0,0013)
Escol 4	0,006** (0,0027)	0,004** (0,002)	0,0017* (0,001)	0,0015** (0,0008)	0,0056*** (0,0009)
Escol 5	-0,0338*** (0,0075)	-0,029*** (0,007)	-0,018*** (0,0039)	-0,0197*** (0,0031)	-0,0146*** (0,0036)
Escol 6	-0,0012 (0,0029)	-0,009*** (0,0023)	-0,0066*** (0,0011)	-0,0078*** (0,0008)	-0,0123*** (0,001)
Escol 7	-0,0294*** (0,0066)	-0,0258*** (0,0062)	-0,0419*** (0,0032)	-0,0572*** (0,0024)	-0,1231*** (0,0031)
Coligação	0,0186 (0,012)	0,0083 (0,0092)	0,0190*** (0,0056)	0,0116*** (0,0031)	-0,0053*** (0,001)
Idade	-0,769*** (0,0539)	-0,7526*** (0,0436)	-0,633*** (0,0227)	-0,6311*** (0,0166)	-0,5801*** (0,0256)
Esquerda	-0,0424*** (0,0072)	-0,0263*** (0,0076)	-0,0130*** (0,0018)	-0,0069*** (0,0011)	-0,027*** (0,0014)
Centro Esquerda	0,0033 (0,0053)	0,0048 -0,0041	-0,0006 (0,002)	-0,0003 (0,0016)	0,0047*** (0,0017)
Centro	0,016 (0,0114)	0,0132* (0,0078)	0,0145*** (0,0041)	0,0081** (0,0032)	0,038*** (0,0038)
Centro Direita	0,0047*** (0,0013)	0,0054*** (0,002)	-0,0031*** (0,0012)	-0,0021** (0,0009)	-0,0012** (0,0007)
Direita	0,0001 (0,0031)	0,001 (0,0023)	0,0059*** (0,0013)	0,0056*** (0,0009)	0,0105*** (0,0011)
Outros	-0,0037 (0,0054)	0,0052 (0,0038)	0,0042** (0,0018)	-0,0002 (0,0015)	0,0127*** (0,0021)

Tabela 2.7 - Componente Não-Explicado: contribuição das variáveis na diferença de votos entre homens e mulheres das eleições de 2004, 2008, 2012, 2016 e 2020 (conclusão).

	2004	2008	2012	2016	2020
Constante	1,5592*** (0,1409)	1,6031*** (0,1280)	1,8745*** (0,0733)	1,9185*** (0,0397)	1,1259*** (0,0459)
Total	0,9113*** (0,0078)	0,8722*** (0,0065)	0,8201*** (0,0031)	0,851** (0,0022)	0,9881*** (0,0028)

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do TSE considerando eleições de 2004 a 2020. Nota: Em parênteses são apresentados os erros padrão robustos. * Estatisticamente significativo a 10%, ** Estatisticamente significativo a 5%, *** Estatisticamente significativo a 1%.

A variável idade influenciou de forma acentuada a diferença total de votos entre mulheres e homens, no sentido de diminuir a diferença a favor das mulheres. Observa-se que, apesar da sua importância diminuir ao longo do tempo, ela sempre foi elevada. Em 2004, tem-se que ela diminuiu a diferença total em 76,90%, enquanto em 2020, o valor foi no sentido de diminuir a diferença em 58,06%. Considerando que essa característica indica uma construção de carreira política (ARAÚJO e ALVES, 2007), isso significa que mulheres em pontos de carreiras iguais aos homens foram mais valorizadas pelos eleitores, dadas as eleições analisadas.

Dando contribuições marginais, tendo em vista o componente não-explicado, tem-se a variável Escol 7, que foi estatisticamente significativa a 1% em todas as eleições e foi no sentido de diminuir a diferença total entre homens e mulheres. Em destaque, tem-se a eleição de 2020, onde esta variável diminuiu a diferença total em 12,31%. O sinal negativo apresentado representa que as mulheres com Ensino Superior são mais valorizadas pelos eleitores, em comparação a um homem com a mesma escolaridade.

O mesmo aconteceu com a ideologia partidária de esquerda. Em todas as eleições, a contribuição desta variável foi estatisticamente significativa e negativa, indicando que uma mulher estar em um partido de esquerda é mais apreciado pelo eleitor, do que um homem estar em um partido da esquerda. Na eleição de 2004, a variável esquerda diminuía a diferença total a favor das mulheres em 4,24%. Ademais, apesar da variável não contribuir com uma maior quantidade de votos para as mulheres (conforme visto na seção anterior), observa-se que as mulheres são vistas de forma diferente pelos eleitores quando estão nesses partidos.

Por fim, observa-se que a diferença do intercepto entre os(as) candidatos(as) foi responsável pela maior contribuição na diferença total, ao longo das cinco eleições (em média, 161,62%). Sabe-se que a constante representa o valor da variável dependente quando todas as variáveis independentes incluídas no modelo são nulas. Dado que o valor da diferença foi

positivo, isso significa que, quando considera-se todas as variáveis de controle como zero, homens recebem mais votos do que as mulheres. Além dessa interpretação usual, acredita-se que a constante também estaria representando o impacto de outras variáveis que não foram incluídas no modelo, como qualidades inatas aos candidatos e, por isso, estaria expressando esse valor tão elevado.

A partir desse debate, percebe-se que as características explicativas não conseguem esclarecer totalmente o porquê de as candidatas mulheres receberem quantidade de votos menor que os homens. Quando se tem uma igualdade na receita de campanha recebida por homens e mulheres, observa-se que, se fosse devido aos atributos e características dos candidatos(as) que foram considerados no modelo, mulheres receberiam mais votos do que os homens, haja vista a eleição de 2020.

Conforme captado na decomposição, o componente não explicado responde pela maior parte da diferença total entre homens e mulheres. Esse fato sugere, então, que as diversas variáveis não possíveis de se captar, inclusive discriminação dos eleitores, contribuem positivamente a favor dos homens nas eleições.

Além disso, segundo Anzia e Berry (2011), muitas vezes a discriminação não é explícita. Quando eleitores são tendenciosos contra as mulheres, apenas as mais habilidosas conseguem atingir o sucesso eleitoral, enquanto não é exigido um nível de habilidade tão alto dos homens. Em outras palavras, tal fato faz com que, provavelmente, mulheres, precisem ter atributos mais elevados para concorrer em pé de igualdade com os candidatos homens numa corrida eleitoral.

2.6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A sub-representação de mulheres em cargos políticos fomenta a discussão dos fatores relacionados à discrepância na participação entre homens e mulheres. Atentando à vertente de demanda por candidatas, este estudo investigou se existe viés de gênero contra as candidatas mulheres, por parte dos eleitores, quando elas concorrem a cargos legislativos em eleições municipais.

Primeiramente, para entender os fatores que influenciam o sucesso eleitoral dos(as) candidatos(as), foram estimadas regressões separadamente para cada grupo. Dentre as correlações encontradas, tem-se que, quanto maior a escolaridade, maior a quantidade de votos que os(as) candidatos(as) recebem; o ativo financeiro e receita de campanha foram importantes para explicar o sucesso eleitoral dos(as) candidatos(as) ao cargo de vereador; mulheres filiadas em

partidos de esquerda, variável importante na literatura, não tiveram resultados melhores do que outras, filiadas em partidos com orientações ideológicas diferentes; e que, considerando uma análise temporal mais extensa, não se pode concluir que quanto menor o nível de desenvolvimento de município, maior a quantidade de votos recebidos por mulheres, conforme indicava a literatura brasileira.

Posterior a isso, procedeu-se com uma decomposição de Oaxaca-Blinder, para separar os componentes do hiato de votos entre os gêneros e determinar qual parcela é devida às diferenças nas características observáveis e qual parte é justa às características não-explicadas, que está atrelada à existência de uma possível discriminação. Para acompanhar a evolução desses componentes, foram consideradas as eleições municipais de 2004 a 2020.

Assim sendo, foram apresentados os coeficientes do diferencial total de votos e como cada variável, no componente explicado e não-explicado, contribuía para esse hiato. Os resultados denotam que existe uma grande diferença de votos entre mulheres e homens, sendo que houve um aumento considerável nessa diferença a partir de 2012. Conjuntamente a esse resultado, tem-se um aumento considerável na taxa de participação de mulheres como candidatas a vereadoras. A coincidência desses dados deve-se ao fato de partidos indicarem mulheres apenas para preencher a porcentagem exigida mínima das candidatas e que não tem real intenção de disputar as eleições. Esse fator aumenta a diferença de qualidade percebida pelos eleitores entre homens e mulheres.

Decompondo a diferença apresentada, no tocante ao componente explicado ao longo das eleições, no geral, tem-se que ele contribuiu positivamente para a diferença total. Duas variáveis tiveram destaque nessa análise: fato de ser casado e ter concluído o Ensino Superior. Para o primeiro caso, destaca-se que a proporção de mulheres casadas é menor do que homens; por outro lado, mais candidatas completam o Ensino Superior em maior proporção do que os candidatos.

Foi observado também que a receita de campanha dos candidatos(as) é responsável pela maior contribuição no componente explicado para aumentar a diferença de votos entre homens e mulheres. Novamente, a explicação disso é pode ser encontrada nos dados descritivos. Foi observado que homens receberam valores maiores de receitas ao longo de 2004 a 2016; entretanto, em 2020, os valores foram praticamente iguais entre os gêneros. Essa diferença de valor explica por quase totalmente o valor positivo do componente explicado apresentado entre 2004 e 2016. Isto é, quando os partidos destinam o mesmo valor para as mulheres, é observado

uma pequena diferença entre homens referente ao componente explicado e negativo, conforme observado em 2020.

Em relação ao componente não-explicado, atrela-se a ele uma maior contribuição na diferença de votos. Diante da impossibilidade de antecipar e levar em consideração todos os fatores importantes para o sucesso eleitoral, tem-se a dificuldade de isolar por completo o efeito discriminação. De qualquer maneira, os valores grandes apresentados são um indicativo de um possível viés de gênero dos eleitores contra as candidatas mulheres.

Dentre as contribuições das variáveis no componente não-explicado para a diferença total de homens e mulheres, foi observado que a variável idade atuou no sentido de diminuir o hiato de votos, mostrando em que pontos iguais de carreiras, eleitores valorizam mais as mulheres. Além disso, mulheres em partidos de esquerda são mais preferidas do que homens de partidos de esquerda.

Por fim, resultados como os apresentados mostram que existe um longo caminho a percorrer para se atingir um nível adequado de representação das mulheres no mundo político. Diante dessa diferença de valorização dos eleitores para com os candidatos e candidatas, precisa-se ter um melhor delineamento nas políticas públicas que buscam a equiparação entre homens e mulheres em cargos políticos para acontecer uma reversão do presente cenário.

O que é exigido dos partidos dentro da política de cotas, atualmente, é muito pouco para mudar a realidade. Também seria valiosa uma maior discussão sobre a importância de mulheres na política, de forma a conscientizar os eleitores. Outrossim, é possível supor que, uma vez que a diferença de votos aumenta consideravelmente a taxa de participação de mulheres, isso reforça o quão prejudicial é a candidatura de mulheres não competitivas. São fartas as notícias sobre investigações e denúncias de candidatas laranjas, e o combate dessas práticas nos partidos se faz extremamente importante. É necessário que os partidos sejam provocados a buscar candidatas femininas não apenas para o preenchimento da cota, mas sim que realmente sejam competitivas politicamente.

Para trabalhos futuros, seria recomendável discutir essas diferenças, não com base apenas no valor médio, e sim considerando os quantis na distribuição de votos. Dessa forma, seria possível observar como os eleitores valorizam os(as) candidatos(as), a depender do seu nível de votos. Outra análise interessante caberia à investigação da evolução desses componentes, tendo em vista as macrorregiões brasileiras. Afinal, considerando que o Brasil possui dimensões continentais e elevada heterogeneidade regional, esses resultados podem variar drasticamente, a depender da situação locacional dos candidatos. Por fim, as principais limitações no trabalho devem-se, justamente, a não conseguir isolar por completo o efeito

discriminação, dada a impossibilidade de incluir todas as variáveis importantes para explicar o sucesso eleitoral.

REFERÊNCIAS

- AGUILAR, R.; CUNOW, S.; DESPOSATO, S. Choice sets, gender, and candidate choice in Brazil. **Electoral Studies**, v. 39, p. 230-242, 2015.
- ANZIA, S. F.; BERNHARD, R. How Does Gender Stereotyping Affect Women at the Ballot Box? Evidence from Local Elections in California, 1995-2016. **Unpublished manuscript**, 2019.
- ANZIA, S. F.; BERRY, C. R. The Jackie (and Jill) Robinson effect: why do congresswomen outperform congressmen? **American Journal of Political Science**, v. 55, n. 3, p. 478-493, 2011.
- ANZIA, S. F.; BERRY, C. R. The Jackie (and Jill) Robinson effect: why do congresswomen outperform congressmen? **American Journal of Political Science**, v. 55, n. 3, p. 478-493, 2011.
- ARAÚJO, C.; DINIZ ALVES, J. E. Impactos de Indicadores Sociais e do Sistema Eleitoral sobre as Chances das Mulheres nas Eleições e suas Interações com as Cotas. **Dados - Revista de Ciências Sociais**, vol. 50, núm. 3, pp. 535-577, 2007.
- BECKER, G. S. **The economics of discrimination**. University of Chicago Press. Chicago, 1971.
- BLINDER, A. S. Wage discrimination: reduced form and structural estimates. **Journal of Human Resources**, v. 8, n. 4, p. 436-455, 1973.
- BOHN, L.; CATELA, E. Y. Inserção política das mulheres nos municípios brasileiros: a eficiência da cota de gênero na eleição de 2012. **Encontro Nacional de Economia**, 44, 2016.
- BOHNS, S. R. Women and candidate quality in the elections for the Senate: Brazil and the United States in comparative perspective. **Brazilian Political Science Review (Online)**, v. 2, n. SE, p. 0-0, 2007.
- BOHREN, A.; HAGGAG, K.; IMAS, A.; POPE, D. G. Inaccurate statistical discrimination. **National Bureau of Economic Research**, 2019.
- BORBA, F; CERVI, E. U. Relação entre propaganda, dinheiro e avaliação de governo no desempenho de candidatos em eleições majoritárias no Brasil. **Opinião Pública**, Campinas, v. 23, n. 3, p. 754-785, 2017.
- BRASIL. Lei nº 10.406, de 30 de setembro de 1997. Estabelece normas para as eleições. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, ano CXXXV, n. 189, 1 out. 1997.
- BRASIL. Lei nº 9.100, de 25 de setembro de 1995. Estabelece normas para a realização das eleições municipais. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, v. 10, p. 4185, 2 out. 1995.
- BROOCKMAN, D. E.; SOLTAS, E. J. A natural experiment on discrimination in elections. **Journal of Public Economics**, v. 188, p. 104201, 2020.

CACCIAMALI, M.; HIRATA, G. A influência da raça e do gênero nas oportunidades de obtenção de renda-uma análise da discriminação em mercados de trabalho distintos: Bahia e São Paulo. **Estudos Econômicos (São Paulo)**, v. 35, n. 4, p. 767-795, 2005.

CAVALCANTE, P. Vale a pena ser um bom prefeito? Comportamento eleitoral e reeleição no Brasil. **Opinião Pública**, v. 21, n. 1, p. 87-104, 2015.

DAYMONT, T. N.; ANDRISANI, P. J. Job preferences, college major, and the gender gap in earnings. **Journal of Human Resources**, p. 408-428, 1984.

DOLAN, K. The impact of gender stereotyped evaluations on support for women candidates. **Political Behavior**, v. 32, n. 1, p. 69-88, 2010.

DOLAN, K.; HANSEN, M. Blaming Women or Blaming the System? Public Perceptions of Women's Underrepresentation in Elected Office. **Political Research Quarterly**, v. 71, n. 3, p. 668-680, 2018.

ESKENAZI, D. F. Eleições legislativas de 2012 e a política de cotas para mulheres no Brasil: uma análise da reforma da Lei 9.504/97. Dissertação de Mestrado. PUCRS, 2018

FULTON, S. A. Running backwards and in high heels: The gendered quality gap and incumbent electoral success. **Political Research Quarterly**, v. 65, n. 2, p. 303-314, 2012.

HOLMAN, M. R. Women in local government: What we know and where we go from here. **State and Local Government Review**, v. 49, n. 4, p. 285-296, 2017.

Indeferido o registro de coligação que não respeitou cotas de candidaturas feminina. **Tribunal Superior Eleitoral**, 2012. Disponível em: < <https://www.tse.jus.br/imprensa/noticias-tse/2012/Novembro/indeferido-o-registro-de-coligacao-que-nao-respeitou-cotas-de-candidaturas-femininas?SearchableText=puni%C3%A7%C3%A3o%20coliga%C3%A7%C3%A3o%20cotas> >. Acesso em: 21 mar. 2021.

INGLEHART, R.; NORRIS, P.; RONALD, I. Rising tide: Gender equality and cultural change around the world. **Cambridge University Press**, 2003

JANN, B. A Stata implementation of the Blinder-Oaxaca decomposition. **ETH Zurich Sociology**, Working Paper, Zurich, Switzerland, n. 5, may, 2008.

LAWLESS, J. L. Female candidates and legislators. **Annual Review of Political Science**, 18, 349-366, 2015.

MARTINS, L. Suspeitas de candidaturas laranjas começam a ser investigadas pelo país. **Valor Econômico**, 2020. Disponível em: < <https://valor.globo.com/politica/noticia/2020/11/25/suspeitas-de-candidaturas-laranjas-comecam-a-ser-investigadas-pelo-pais.ghtml> >. Acesso em: 30 mai. 2021.

MIGUEL, L. F.; DE QUEIROZ, C. M. Diferenças regionais e o êxito relativo de mulheres em eleições municipais no Brasil. **Revista Estudos Feministas**, v. 14, n. 2, p. 363, 2006.

OAXACA, R. L. Male-female differentials in urban labor market. **International Economic Review**, v. 14, n. 3, p. 693-709, oct. 1973.

OLIVEIRA, W. Eleições: MP investiga denúncias de candidaturas “laranjas” de mulheres. **Correio Braziliense**, 2020. Disponível em: < <https://www.correiobraziliense.com.br/politica/2020/11/4891306-eleicoes-mp-investiga-denuncias-de-candidaturas-laranjas-de-mulheres.html> >. Acesso em: 30 mai. 2021.

PEARSON, K; MCGHEE, E. What it takes to win: Questioning “gender neutral” outcomes in US House elections. **Politics & Gender**, v. 9, n. 4, p. 439-462, 2013.

PHELPS, E. S. The Statistical Theory of Racism and Sexism. **American Economic Review**, 62, p. 659-661, 1972

PINO EMHART, F. Is there gender bias among voters? Evidence from the Chilean congressional elections. **ECARES**, 2017.

ROSA, P. Como funciona o sistema proporcional?. **Revista Eletrônica EJE/Tribunal Superior Eleitoral**, Brasília, Ano III, n. 5, p 19-21, ago./set. 2013. Disponível em: < https://www.justicaeleitoral.jus.br/arquivos/tse-revista-eletronica-eje-n-5-ano-iii-agosto-setembro-2013-1379347075996/rybena_pdf?file=https://www.justicaeleitoral.jus.br/arquivos/tse-revista-eletronica-eje-n-5-ano-iii-agosto-setembro-2013-1379347075996/at_download/file >. Acesso em: 12 fev. 2021.

SACCHET, T. Why gender quotas don’t work in Brazil? The role of the electoral system and political finance. **Colomb.int.**, Bogotá, n. 95, p. 25-54, 2018.

SALLABERRY, J. D.; FLACH, L. Contemporary economic determinants for the choice of the leaders of the brazilian public administration. **READ. Revista Eletrônica de Administração (Porto Alegre)**, v. 25, n. 2, p. 119-149, 2019.

TORRES, D. Sistemas eleitorais brasileiros. **Revista Eletrônica EJE/Tribunal Superior Eleitoral**, Brasília, Ano IV, n.4, p 19-21, jun./jul. 2014. Disponível em: < https://www.justicaeleitoral.jus.br/arquivos/tse-revista-eletronica-da-eje-ano-4-numero-4-junho-julho-2014pdf/rybena_pdf?file=https://www.justicaeleitoral.jus.br/arquivos/tse-revista-eletronica-da-eje-ano-4-numero-4-junho-julho-2014-pdf/at_download/file >. Acesso em: 12 fev. 2021.

Tribunal pune coligação por uso fraudulento de candidaturas femininas no pleito de 2016 em Imbé (RS). **Tribunal Superior Eleitoral**, 2020. Disponível em: < https://www.tse.jus.br/impressa/noticias-tse/2020/Agosto/tribunal-pune_coligacao-por-uso-fraudulento-de-candidaturas-femininas-no-pleito-de-2016-em-imbem?Searchable-Text=puni%C3%A7%C3%A3o%20coliga%C3%A7%C3%A3o%20cotas >. Acesso em: 21 mar. 2021.

YUN, M. S. A simple solution to the identification problem in detailed wage decompositions. **Economic Inquiry**, v. 43, n. 4, p. 766-772, oct., 2005.

WINSBOROUGH, H.; DICKINSON, P. Components of negro-white income differences. **Age**, v. 25, n. 34, p. 35-44, 1971.

WOOLDRIDGE, J. M. Econometric analysis of cross section and panel data. **MIT press**, 2010.

3 PARTICIPAÇÃO DAS MULHERES EM PREFEITURAS E REPRESENTATIVIDADE EM ELEIÇÕES MUNICIPAIS FUTURAS

3.1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

As pequenas taxas de participação das mulheres no mundo político provocam uma discussão sobre os fatores relacionados à sub-representação feminina. Dentre as razões, tem-se a baixa representatividade, que retroalimenta a não participação de mulheres na política, isto é, poucas mulheres em cargos políticos podem gerar um ruído que a atuação na arena política é de responsabilidade predominante dos homens. Se isso é verdade, uma maior representação descritiva poderia ter efeito de derramamento para um empoderamento político entre as mulheres.

A decisão de concorrer a um cargo político depende de uma variedade de considerações, e a socialização tradicional de gênero fornece amplas razões para lançar suspeitas que as disposições das mulheres e dos homens, quanto a serem candidatas políticas, seja diferente. Mulheres acabam assumindo responsabilidades pela maioria das tarefas da casa, incluindo o cuidado dos filhos, escolhem profissões distantes do mundo político (LAWLESS, 2015) e, por consequência, acabam menos dispostas a ofertarem a sua participação em eleições.

Diante a essa realidade, ao participarem do mundo político, mulheres podem contribuir para mostrar a outras mulheres que existe uma possibilidade real de combinar a carreira política com a vida privada. Beaman *et al.* (2012) acreditam que a exposição à líderes políticas pode quebrar os estereótipos de gênero em relação aos papéis que homens e mulheres tradicionalmente assumem. Portanto, mulheres em posições de lideranças podem melhorar as aspirações e a propensão de outras mulheres a participarem de áreas que são geralmente controladas por homens.

Segundo Wolbrecht e Campbell (2007), a participação ativa de mulheres na política afeta o envolvimento psicológico de outras mulheres, de forma que a maior representação descritiva pode contribuir em dois níveis: discussão política entre familiares e amigos; e participação política, via ingresso em uma atividade correlacionada.

Outras análises empíricas exploraram como a exposição de mais mulheres podem contribuir, ou não, para mitigar uma sub-representação nos cargos políticos. Atkeson (2003) analisou como a imagem de uma candidata realmente competitiva se relaciona com engajamento político; Dolan (2010) investigou se as candidatas podem mobilizar o interesse público; Broockman (2012), Aguilar *et al.* (2015) e Eggers (2011) investigaram o impacto

causal de gestoras mulheres na votação de outras mulheres em diferentes países; e Beaman *et al.* (2009) investigou como uma exposição de líderes contribui na diminuição de estereótipos e uma maior chance de sucesso eleitoral.

Atentando para a importância de um vereador como um agente político²² e que o prefeito(a) é a maior representação política dentro de um município, podendo servir como exemplo para os cidadãos, este trabalho supre uma lacuna na literatura brasileira, quanto a eleições municipais. No Brasil, ainda não foi investigado como uma mulher ao assumir a prefeitura pode contribuir para a oferta de outras mulheres em eleições municipais futuras. Portanto, o presente estudo busca compreender se, dentro da realidade brasileira, o fato de uma mulher ganhar uma eleição pode incentivar outras mulheres a participar da atividade política, assim como deixar os eleitores mais seguros para votar em uma candidata mulher em uma futura eleição.

Através de uma abordagem de regressão descontínua e considerando pleitos para a prefeitura, nos quais uma mulher concorreu contra um homem, estima-se o efeito causal de uma mulher ser eleita para o cargo executivo na propensão das mulheres concorrerem para o cargo de vereadora nas eleições subsequentes. Conjuntamente a isso, investiga-se o impacto de gênero do prefeito(a) nos resultados eleitorais das mulheres candidatas, via proporção de candidatas eleitas e quantidade média de votos recebidos pelas candidatas a vereadoras. Foram utilizados dados do TSE para as eleições municipais mais recentes com dados das variáveis de interesse entre os anos de 2000 e 2016.

Estudar as eleições locais e como se estabelece a relação da mulher com a política nos municípios brasileiros é de extrema importância. Se as mulheres estão sub-representadas ao nível local, provavelmente isso tende a se reproduzir ao nível estadual e federal. Nesse sentido, portanto, entender os mecanismos que podem influenciar ou não, a oferta e demanda de candidatas, pode subsidiar informações para que as políticas públicas sejam mais assertivas e capazes de diminuir as assimetrias de participação política entre homens e mulheres. Em posse de evidências sobre as eleições municipais e representação descritiva de mulheres, governos poderão focalizar melhor as ações no combate à uma baixa participação feminina da política.

Este ensaio está dividido em cinco seções. Na primeira, apresenta-se esta introdução; na segunda, tem-se uma revisão teórica e os trabalhos empíricos sobre o impacto da representação descritiva das mulheres em cargos políticos; na terceira, é apresentada a metodologia da pesquisa; na quarta seção, é feita a análise descritiva dos dados, assim como a discussão sobre

²² Vereadores atuam no âmbito municipal e dentre seus deveres com os eleitores, são responsáveis por implementar e fiscalizar diversas políticas públicas importantes (MEIRELES e RUBIM ANDRADE, 2017).

as condições de validade da RDD; na quinta, os resultados e teste de robustez são discutidos; e, por fim, na sexta e última seção, são apresentadas as considerações finais.

3.2 OBJETIVOS

O objetivo geral é estimar o impacto que uma mulher eleita para um cargo executivo gera na participação política de mulheres em eleições subsequentes para o cargo de vereadora, considerando os dados eleitorais dos anos de 2000 a 2016.

Especificamente, são:

- i) Investigar se pode existir um efeito de maior participação feminina, considerando a proporção de candidatas ao cargo de vereadora no município;
- ii) Investigar se mais mulheres foram eleitas para o cargo de vereadora em eleições subsequentes, dada a participação feminina em eleições passadas;
- iii) Investigar o impacto que uma mulher eleita como prefeita em uma eleição anterior gera na quantidade de votos nominais recebida pelas candidatas ao cargo de vereadora.

3.3 CARGOS PÚBLICOS SOB O COMANDO DE MULHERES

Esta seção está organizada em duas subseções. Na primeira, apresenta-se o referencial teórico do ensaio, discutindo os aspectos da teoria microeconômica sobre a seleção de candidatas mulheres, abordando tanto a perspectiva dos eleitores, quanto dos partidos. Posteriormente, apresentam-se as evidências empíricas de como a participação política de mulheres em cargos públicos pode engajar outras mulheres.

3.3.1 Modelo teórico de escolha de candidatas

Baseado no trabalho de Casas-Arce e Saiz (2011), exceto quando houver uma citação explicitada, segue-se um modelo de escolha de candidatas. Dentre os fatores que podem contribuir para uma sub-representação, no modelo, dois são considerados: discriminação por parte dos eleitores e discriminação por parte dos partidos.

Primeiramente, considera-se que existem apenas dois partidos, com posições políticas exógenas, localizadas nos extremos do intervalo $[0,1]$. Cada partido pode escolher uma lista de candidatos finita e do mesmo tamanho, sendo que a proporção de candidatos eleitos é determinada pela fração de votos que cada partido ganhou.

Os eleitores, diante de um quadro eleitoral, prezam pelas posições políticas dos partidos, as habilidades médias e o gênero dos candidatos. Existe uma sequência contínua de eleitores

localizados de forma uniforme entre $[0,1]$. A localização do eleitor nessa sequência representa a sua preferência política. Apresenta-se na equação 1 a preferência do eleitor, localizado em $x \in (0,1)$ como:

$$U(x, p) = C - \frac{\gamma}{2} |p - x| + A_p - d_v W_p \quad (1)$$

Sendo que $U(x, p)$ representa a utilidade do eleitor com uma preferência política x em votar no partido $p \in [0,1]$, C é uma constante, $\frac{\gamma}{2} |p - x|$ mensura a extensão em que os eleitores penalizam os desvios de ideologia do partido em relação a sua, γ mede o grau de competição entre os partidos, isto é, o quão substituível os partidos são para os eleitores, A_p é a habilidade média dos candidatos do partido p , W_p é igual a um, se o partido p tem uma candidata mulher e $d_v \geq 0$ corresponde ao desgosto do eleitor x em votar numa mulher. Um eleitor vota quando a utilidade líquida ultrapassa o custo de oportunidade de votar.

Segundo Casas-Arce e Saiz (2011), apesar das ideologias políticas dos partidos serem exógenas, a ideologia dos candidatos não é. Portanto, os partidos escolhem seus candidatos de acordo com a sua ideologia política, de forma simultânea. Existe um conjunto de candidatos para cada partido escolher. Considere f_{pm} e f_{pf} , como as funções de densidade da habilidade dos possíveis candidatos do partido p , respectivamente, sendo do sexo masculino e feminino.

É assumido que existe uma constante a_{pg} de tal modo que: $f_{pg}(x) = f_g(x - a_{pg})$ por $p \in \{0,1\}$, $g \in \{m, f\}$. Isso corresponde à distribuição de habilidade, que é a mesma para ambos os partidos. Sabe-se que os partidos escolhem os candidatos para a lista de tal modo que maximizem o seu objetivo, representado na equação (2):

$$\max \pi^p = \frac{V_p}{(V_0 + V_1)} - d_p W_o \quad (2)$$

Em que V_p é o número de votos recebidos pelo partido p e d_p é o desgosto do partido por incluir uma mulher na sua lista. Conforme é observado, os partidos ao mesmo tempo que podem querer aumentar a sua porcentagem de votos, podem também querer diminuir a porcentagem de mulheres em sua lista.

Respeitando as preferências dos eleitores e tendo em vista que vários eleitores não estarão nos pontos extremos de ideologia política em que os partidos estão, tem-se que os eleitores que votam no partido 0 são aqueles localizados no ponto 0, os que votam no partido 1 são aqueles localizados no ponto extremo 1, enquanto os outros eleitores, que se encontram em outros pontos da sequência contínua, se abstém. Quando o custo de oportunidade é muito baixo, esses eleitores votam em um dos partidos e são apresentados como o eleitor marginal do partido p , leia-se x_p .

Os partidos estão interessados em maximizar a habilidade média dos seus candidatos, já que isso é importante para o eleitor. Portanto, eles vão escolher os melhores candidatos, independentemente do sexo, entre os possíveis candidatos da lista. Como resultado disso, tem-se que:

$$A_p = \int_{a_{pm}}^{\infty} a f_{pm}(a) da + \int_{a_{pf}}^{\infty} a f_{pf}(a) da \quad (3)$$

e

$$W_p = \int_{a_{pf}}^{\infty} f_{pf}(a) da = 1 - F_{pf}(a_{pf}) = F_{pm}(a_{pm}) \quad (4)$$

Conforme Casas-Arce e Saiz (2011), a última igualdade se mantém pelo somatório do número de homens e mulheres terem um valor igual a 1 unidade. Ressalta que, desde que as listas tenham um tamanho fixo, o padrão de habilidade determinado para mulheres também é para homens. De fato, $\frac{da_{pm}}{da_{pf}} = -\frac{f_{pf}(a_{pf})}{f_{pm}(a_{pm})}$ e o partido p tem apenas um a_{pf} para maximizar a sua função objetivo.

Considerando que o custo de oportunidade é baixo o suficiente para que todos os eleitores compareçam à votação, Casas-Arce e Saiz (2011) definem a equação do eleitor marginal como:

$$x_p = \frac{1}{2} + \frac{1}{\gamma} [(A_o - A_1) - d_v(x_p)(W_o - W_1)] \quad (5)$$

A partir disso, o resultado da função objetivo do partido é

$$\max_{a_{pf}} V_p - d_p W_p \quad (6)$$

A condição de primeira ordem é:

$$\frac{dV_p}{da_{pf}} - d_p \frac{dW_p}{da_{pf}} = 0 \quad (7)$$

Aplicando o teorema da função indireta para a equação que define o eleitor marginal e diferenciando A_p e W_p em respeito a a_{pf} , a condição de primeira ordem pode ser reescrita como:

$$a_{pf} - a_{pm} = d_v(x_p) + d_p [\gamma + d'_v(x_p)(W_o - W_1)] \quad (8)$$

A equação 8 define o nível de habilidade que os candidatos do sexo masculino e feminino devem ter. Quando nem os partidos nem os eleitores discriminam, tem-se que $a_{pf} = a_{pm}$. Isto é, partidos apenas maximizam a habilidade dos candidatos, independentemente do sexo.

Concomitante a isso, suponha que eleitores discriminam, enquanto os partidos não. Dado que quando os partidos maximizam sua função objetivo, eles indiretamente estão maximizando a utilidade do eleitor marginal, tem-se que a escolha por uma mulher ocorrerá

quando a diferença entre as habilidades das mulheres menos as dos homens for menor do que $d_v(x_p)$.

Por outro lado, quando os eleitores não discriminam, mas os partidos sim, tem-se que os benefícios para os partidos tirarem uma mulher da lista tem que ser maior do que o custo com votos. Nesse ponto, então, γ é importantíssimo. Quando γ é grande, isto é, a eleição é pouco competitiva, os resultados eleitorais são menos sensíveis ao número de mulheres na lista e, portanto, o partido seleciona uma quantidade de candidatas de acordo com o seu gosto de discriminação. O mesmo não acontece quando γ é baixo, isto é, as eleições são bastante competitivas e os partidos não podem responder fortemente suas preferências de discriminação, já que isso pode acarretar uma perda na média de qualidade dos candidatos e, conseqüentemente, uma perda de votos.

Por fim, essa intuição mostra como a discriminação por parte do eleitor e pelos partidos pode ser considerada dentro de um contexto eleitoral. A existência da discriminação exige que exista uma diferença de habilidades entre homens e mulheres para que estas sejam incluídas na política.

Ademais, ainda considerando o modelo de escolhas de candidatas, para Bhalotra *et al.* (2013), um número maior de candidatas mulheres pode provocar mudanças na utilidade do eleitor, assim como na função objetivo do partido. Entre eles, tem-se primeiro uma queda em d_p , que corresponderia à menor desutilidade do partido em ter uma mulher como candidata, já que haveria casos de eleições ganhas por mulheres. O segundo ponto é que d_v pode diminuir, pelo fato de os eleitores se acostumarem com mais mulheres dentro do mundo da política à medida em que as mesmas passam a vencer as eleições. Por fim, pode haver mudança na distribuição de habilidades das candidatas, ocorrendo entrada de mulheres mais aptas, à medida em que vão adquirindo cada vez mais experiência na atuação política.

3.3.2 Oferta de candidatas: disposição das mulheres à vida política

Os trabalhos que pesquisam sobre a oferta de candidatas consideram que existem elementos da vida das mulheres que podem diminuir a sua participação, como aspectos familiares que podem limitar sua capacidade de combinar uma candidatura, níveis mais baixos de ambição política quando comparado à dos homens, ou, até mesmo, opções de carreiras que as colocam fora das ocupações tradicionais que estão associadas a um sucesso eleitoral.

A literatura de gênero procura entender quais fatores poderiam estar associados à disposição de mulheres a entrarem na esfera política e mecanismos que poderiam atenuar esse

hiato de disposição. No tocante à disposição, Lawless (2015) acredita que a socialização tradicional de gênero pode contribuir fortemente para uma diferença de ambição política entre homens e mulheres. Por outro lado, Kanthak e Woon (2014) encontraram que as lacunas de disposição a se candidatar diferem de forma significativa entre homens e mulheres, mesmo na ausência de forças externas, como obrigações familiares, acesso a dinheiro ou socialização política.

Referente aos mecanismos que poderiam diminuir o hiato de inclinação à participação na vida política, trabalhos empíricos investigaram como a construção de exemplos, isto é, como o sucesso eleitoral de mulheres poderia contribuir na motivação de outras mulheres a participarem do mundo político.

Atkeson (2003) analisou como a imagem de uma candidata realmente competitiva se relaciona com o engajamento político de outras mulheres. No estudo, utilizou-se informações sobre os concursos em que candidatos de diferentes sexos disputavam uma vaga para Senado nos Estados Unidos, nos anos de 1990 a 1998. A conclusão foi que quando as cidadãs observavam um concurso intergênero competitivo, elas discutiam mais sobre política, tentavam convencer os outros e comentavam sobre os partidos políticos. Além disso, concluiu que a representação simbólica por si só não é suficiente, sendo necessário que a mulher candidata seja visível e competitiva, para reforçar o engajamento político feminino, e assim aumentar a representação substantiva.

Wolbrecht e Campbell (2007), a fim de analisar como uma maior representação descritiva pode contribuir na discussão política entre familiares e amigos e na participação política via ingresso em uma atividade correlacionada, utilizaram três conjuntos de dados transnacionais: *European Values Survey* (EVS), realizado em 1999-2002; *European Social Survey* (ESS) realizado em 2004; e *Civic Education* (CES) feito em 1999-2000. Os resultados apontam que onde há mais deputadas do sexo feminino, existe efeito maior de discussão política, tanto entre as mulheres adultas, quanto para as meninas adolescentes e que a presença dessas mulheres tem impacto muito maior na atividade política das meninas mais jovens.

Beaman *et al.* (2012) estudaram como a liderança feminina pode gerar aspirações a nível de carreira e de educação. Para tanto, os autores realizaram pesquisa com perguntas para adolescentes e seus pais em 495 aldeias, localizadas na Índia, sobre educação, idade de casamento, ocupação de trabalho e o desejo de se tornar *pradhan* (líder político do vilarejo). Os resultados apontaram que nas aldeias que tiveram uma líder feminina, as aspirações de liderança do sexo feminino foram 20% e 32% maiores, respectivamente, para os pais e os adolescentes, em comparação com aldeias que nunca tiveram tal tipo de liderança.

Tendo em vista que a análise da Regressão Descontínua (ou RDD, do inglês *Regression Discontinuity Designs*) é usada quando a probabilidade de receber tratamento muda de forma descontínua, dado um valor limite de uma variável contínua, alguns trabalhos utilizaram dessa metodologia para investigar o impacto dos resultados eleitorais em políticas de interesse (EGGERS *et al.*, 2015).

Conforme Eggers *et al.* (2015), o desenho da regressão descontínua é um instrumento notável para identificar os efeitos eleitorais, quando os atores participantes do jogo eleitoral não têm controle sobre os seus resultados. Um padrão de situações que tem uma probabilidade muito alta de garantir isso é aquele em que a diferença entre as margens de votos entre os participantes é pequena. Dessa forma, consegue-se criar grupos comparáveis e avaliar o impacto, sem o viés de variáveis omitidas que outros métodos podem incorrer.

Tendo isso em vista, trabalhos utilizaram essa metodologia e investigaram o impacto do gênero em variáveis de participação de política. Entre eles, Bhalotra *et al.* (2013), considerando os dados das eleições legislativas estaduais de 1980 a 2007 na Índia, investigaram o efeito da vitória eleitoral de uma mulher sobre a participação política via candidatura. Os resultados foram que a vitória de uma mulher resulta em aumento de 9,2 pontos percentuais na fração de mulheres candidatas em eleições e isso acontece, principalmente, por maior probabilidade de as candidatas tentarem a reeleição. Vale ressaltar que, diferentemente de outros países, na Índia um número substancial de titulares não tenta concorrer a uma segunda eleição. Dessa forma, as mulheres estariam se sentindo à vontade para quebrar um costume, ao tentar participar pela segunda vez.

Broockman (2014) procurou entender como mulheres no governo influenciam outras mulheres. Utilizando dados das eleições legislativas estaduais dos Estados Unidos nos anos de 2002 a 2006, os resultados demonstram que não existe um efeito causal significativo na participação de mais eleitoras mulheres nas votações, nem na probabilidade de outras mulheres concorrerem ou conquistarem cargos em outros distritos próximos. Para o autor, a explicação é que existe um teto para os ganhos de modelos femininos e que, para o caso dos Estados Unidos, que já estão familiarizados com uma série de mulheres políticas, esse aumento provocado pela representação descritiva pode ter se exaurido.

Para o Brasil, Aguilar *et al.* (2015) também aproveitaram da estratégia de eleições competitivas e analisaram se a experiência de ter uma mulher como prefeita, em 2008, influenciou na quantidade de votos para candidatas nas eleições federais de 2010. Os resultados foram que não houve demonstração significativa do efeito na quantidade de votos para candidatas mulheres, com exceção para o cargo de deputadas estaduais. Entretanto, essa

diferença foi negativa, isto é, os eleitores mais propensos em votar em uma deputada estadual eram aqueles dos municípios com um gestor masculino.

Nestes termos, não é evidente como o desempenho eleitoral pode influenciar outras mulheres a participarem da vida política. Em resumo, é observado que a depender do contexto, os resultados podem ser diferentes. Isso mostra, portanto, que a representação descritiva como um mecanismo de diminuição no hiato de disposição de mulheres e homens não é algo trivial.

Para mais, essa seção teve o objetivo de apresentar evidências empíricas e teóricas relativas à literatura de mulher e política, a fim de suscitar alguns fatores associados a lacuna de gênero, tanto do lado da demanda por candidatas, quanto do lado da oferta. Diante disso, a seção a seguir define os modelos metodológicos utilizados na pesquisa.

3.4 METODOLOGIA

3.4.1 Regressão Descontínua

Neste ensaio, interessa saber como a participação de mulheres na política, medida pela proporção de candidatas mulheres em relação ao total de candidatos concorrentes ao cargo de vereador, está relacionada ao fato de uma mulher ter se tornado prefeita naquele município em uma eleição anterior.

Para observar se o resultado da participação política de mulheres, Y , em um município i e no período t , está associado a vitória de um candidato, seja ele do sexo masculino ou feminino, tem-se a seguinte equação:

$$Y_{it} = \alpha + \beta_1 F_{i,t-1} + \varepsilon_{it} \quad (9)$$

Em que $F_{i,t-1}$ é uma *dummy* para o caso de uma mulher ter sido eleita no período anterior, β_1 captura o efeito de eleger uma mulher e ε_{it} termo de erro aleatório.

Entretanto, nesse formato a equação incorre em um problema de identificação do real impacto de eleger uma mulher. Sabe-se que várias características, observáveis ou não, podem afetar o resultado dessa variável de interesse. Exemplo disso, são as preferências dos eleitores, podendo determinar diretamente na participação das mulheres como candidata nas eleições subsequentes. Portanto, comparar diretamente cidades com prefeitos de gênero distinto e estimar uma equação por Mínimos Quadrados Ordinários (MQO) pode gerar estimativas tendenciosas (BHALOTRA *et al.*, 2013).

Para conseguir lidar com o problema de endogeneidade apresentado acima, implementa-se uma estratégia de Regressão Descontínua (ou RDD, do inglês *Regression Discontinuity Design*), uma manipulação quase-experimental dos dados observacionais que consegue

delinear o estabelecimento de uma relação de causalidade. O modelo de RDD é um método de avaliação de impacto usado em situações em que se tem um índice de elegibilidade contínuo com um ponto de corte claramente definido para determinar a elegibilidade de determinado grupo (GERTLER *et al.*, 2015).

Segundo Gertler *et al.* (2015), essa estratégia estima impactos médios locais em torno do corte de elegibilidade. Isto é, explora-se a descontinuidade em torno de um ponto de corte, para estimar um cenário contrafactual. Ao aproximar-se do ponto de corte, as unidades à esquerda e à direita do ponto são tão parecidas que a comparação entre essas observações será tão boa quanto uma alocação aleatória para a definição de grupos de controle e de tratamento, possibilitando assim, a medição da diferença nos resultados pós-intervenção entre as observações.

No presente trabalho, para a estimação de um impacto de gênero, concentra-se em uma amostra de corridas eleitorais mistas, em que um homem e uma mulher concorreram a uma eleição municipal, que foram decididas por margens de voto (ou vitória) bem estreitas. Nessa configuração, a atribuição de tratamento é definida a partir de uma função determinística da margem de vitória, em que o índice de elegibilidade corresponde à margem de vitória dos candidatos e o ponto de corte associado a esse índice é igual a zero.

O trabalho seminal que propôs essa estimação e a utilização de margens de vitória no limiar igual a zero foi desenvolvido por Lee (2008). Segundo o autor, o fenômeno das eleições possui dois componentes: um, que é influenciado pelos atores políticos, devido às suas características; e um outro, que é aleatório, parcialmente determinado pelo acaso e que está além do controle de qualquer agente.

Tratando de corridas eleitorais em que os candidatos venceram por margens bem pequenas, é plausível esperar que a força aleatória seja a fonte de vitória do candidato. À vista disso, como em um experimento randomizado²³, a seleção dessa amostra garante que as diferenças nos resultados pós-atribuição de um tratamento não sejam confundidas por variáveis, devido às características endógenas da cidade, nem por viés relativo a diferenças de habilidades entre candidatos do sexo masculino ou feminino (BHALOTRA *et al.*, 2013; LEE, 2008). Portanto, diante ao contexto eleitoral brasileiro e da utilização da metodologia de RDD em eleições apertadas, tem-se as condições necessárias para a identificação de um efeito causal de uma mulher ganhar a eleição.

²³ Para ver em detalhes todas as propriedades de uma atribuição aleatória, a partir de seleção não aleatória em uma regressão descontínua, consultar Lee (2008).

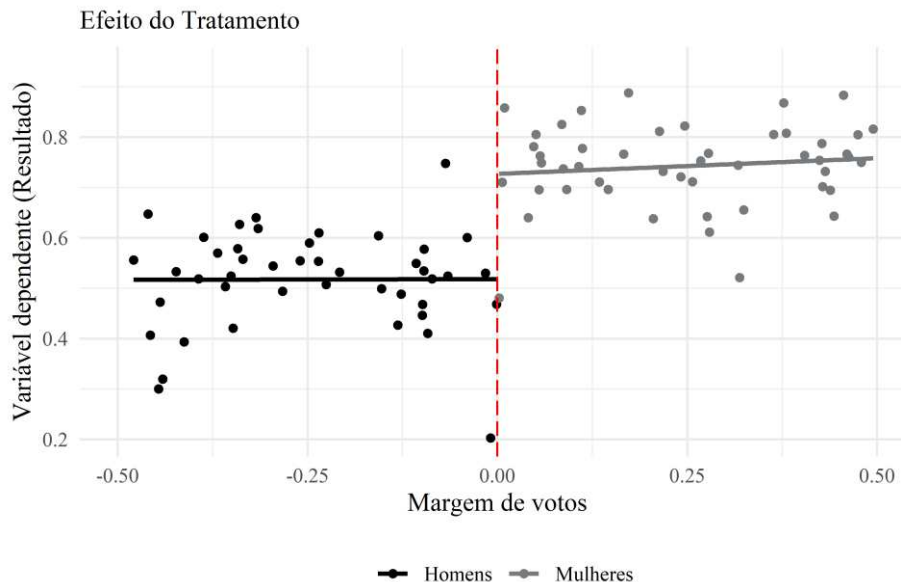
Como dito anteriormente, em um projeto de regressão descontínua, a atribuição de um tratamento é dada quase, ou totalmente, por um valor de um preditor que esteja em ambos os lados de um limite fixo. Neste trabalho, o índice para indicar a elegibilidade corresponde à margem de votos (MV_{it}), que é igual a diferença entre a porcentagem de votos de uma candidata mulher e de um candidato homem, sendo que o ponto de corte (limite fixo) é igual a zero. Na equação (10) é definido formalmente o cálculo da margem de votos:

$$MV_{it} = Prop_Votos_M - Prop_Votos_H \quad (10)$$

Portanto, quando a margem de votos é positiva, tem-se que uma mulher ganhou uma eleição contra um homem; por outro lado, quando a margem de votos é negativa, tem-se que um candidato homem ganhou uma eleição contra uma mulher. Assim, o grupo de tratamento corresponde a todas as observações que têm margem maior do que zero (mulheres ganharam as eleições) e o grupo de controle é composto por todas as observações que têm uma margem de votos menor do que zero (homens ganharam as eleições).

Para exemplificar, a Figura 3.1, a seguir, apresenta um modelo genérico, ilustrando os resultados da atribuição aos grupos de controle e de tratamento. Quando o tratamento gera algum efeito, é possível enxergar uma descontinuidade perto do ponto de corte.

Figura 3.1 - Modelo de gráfico genérico que ilustra o resultado de atribuição aos grupos de controle e tratamento desse estudo.



Fonte: Elaboração própria.

Assim, partindo para uma definição mais formal, haja vista Imbens e Lemieux (2008), para encontrar o efeito do tratamento médio, suponha que $F_i \in 0,1$ é a variável de tratamento,

em que $F_{it} = 1$ representa que uma candidata do sexo feminino ganhou a eleição no período t para o cargo de prefeita e $F_{it} = 0$, caso contrário.

Considere também que $Y_{it}(F_{it} = 0)$ e $Y_{it}(F_{it} = 1)$, na devida ordem, são os resultados potenciais da participação de mulheres na política quando o prefeito é homem e quando é uma mulher. Por não ser possível observar os dois resultados ao mesmo tempo, o efeito do tratamento se dá pelo efeito médio, isto é, $Y_{it}(1) - Y_{it}(0)$ dividido pela população da amostra. O resultado observado está representado na equação 11:

$$Y_i = (1 - F_i)Y_i(0) + F_iY_i(1) \quad (11)$$

Em que o grupo de tratamento é formalmente descrito na equação:

$$F_{it} = 1[MV_{it} \geq 0] \quad (12)$$

Assim, conforme Imbens e Lemieux (2017), a atribuição ao tratamento ocorre em função do valor assumido por MV_{it} , sendo que $1\{\cdot\}$ é função indicadora igual a 1, quando o argumento for verdadeiro e 0, caso contrário.

Dado que uma das suposições na Regressão Descontínua é que os resultados potenciais devem ser uma função contínua da variável que determina os grupos de controle e de tratamento em execução no limite, isto é, assume-se que as esperanças são contínuas no ponto de corte, para identificar o efeito médio de tratamento, (γ_{EMT}), segue-se a equação 13:

$$\gamma_{EMT} \equiv \lim_{MV \downarrow 0} E[Y_{it}|MV = 0] - \lim_{MV \uparrow 0} E[Y_{it}|MV = 0] \quad (13)$$

Segundo Imbens e Lemieux (2017), a equação (13) pode ser representada como o efeito causal médio no ponto de descontinuidade da seguinte forma:

$$\gamma_{EMT} = E[Y_{it}(1) - Y_{it}(0)|MV = 0] \quad (14)$$

Diante dessas considerações, sobre o cálculo do efeito do tratamento médio, e agora ajustando controles flexíveis para a margem de votos, a formalização do modelo a ser estimado é:

$$Y_{it} = \alpha + \beta F_{i,t-1} + f(MV_{i,t-1}) + \varepsilon_{it} \quad (15)$$

em que Y_{it} é a proporção de candidatas mulheres no município i , do e no ano t , $F_{i,t-1}$ é a *dummy* que representa que uma mulher ganhou uma eleição contra um homem numa eleição anterior, β representa o impacto causal da vitória feminina, $f(MV_{i,t-1})$ a função polinomial de ordem p que interage com a margem de votos, definido como a diferença entre a porcentagem de votos obtidos pelas mulheres e pelos homens, e ε_{it} o termo de erro aleatório.

Relativo à função polinomial, segue-se um exemplo da apresentação da equação 15, quando se considera um polinômio de ordem 2:

$$Y_{it} = \alpha + \beta_1 F_{i,t-1} + \beta_2 MV_{i,t-1} + \beta_3 MV_{i,t-1}^2 + \varepsilon_{it} \quad (16)$$

À vista disso, nesse ensaio, em um primeiro momento é estimada²⁴ uma regressão linear local, estimativa não paramétrica e para maior robustez, assim como nos trabalhos de Brollo e Troiano (2012), Bhalotra *et al.* (2013) e Broockman (2014), foram utilizados polinômios de ordem 2 e 3, estimativas paramétricas.

Ademais, tem-se que γ_{EMT} , estimador do efeito de tratamento, é obtido a partir da diferença entre as médias da variável dependente para os subconjuntos que estão situados acima e abaixo do ponto de corte a uma distância h , largura da banda (*bandwidth*), do ponto de descontinuidade (ponto de corte).

No que concerne à largura da banda (*bandwidth*) é essencial selecionar uma janela que equilibre a proximidade da descontinuidade e o número de observações (MEIRELLES, 2019). Segundo Lee e Lemieux (2010), uma largura de banda maior, isto é, com mais observações, produz estimativas mais precisas, porém, possivelmente mais enviesadas. O contrário acontece quando h é menor, isto é, considerando apenas as observações mais próximas do ponto de corte, a estimação do efeito médio de tratamento será menos enviesada, mas também, menos precisa. Para resolver esse dilema, foi utilizado o método de otimização de h , de Cattaneo e Vazquez-bare (2014). Essa especificação determina quantas observações serão utilizadas antes e depois do ponto de corte, conforme segue:

$$h = C_{MSE} \cdot n^{-1/(2p+3)} \quad (17)$$

em que n corresponde ao total de observações na amostra, p denota a ordem do polinômio utilizado para estimar a regressão e C_{MSE} envolve fatores conhecidos e desconhecidos que dependem de objetos como o tipo de função de Kernel, p , o viés assintótico, a variância do estimador, pontos de cortes (quando são adotados mais de um) e se outras variáveis pré-intervenção adicionais foram incluídas na estimativa. Concernente a função de Kernel, os resultados principais terão a especificação *Triangular*, que atribui uma ponderação linear descente às observações e que, de acordo com Cheng *et al.* (1997), no contexto de uma Regressão Descontínua, apresenta propriedades relevantes.

Para garantir que as estimativas são estatisticamente significantes, isto é, não são sensíveis a diferentes especificações, foi aplicado um teste de robustez adicional, concernente ao tipo de função de Kernel. Para isso, foram consideradas estimativas, especificando a função de Kernel como *Uniform*, que pondera igualmente todas as observações que estão dentro da

²⁴ Todas as estimações e as demais análises deste ensaio são feitas no ambiente de programação R. Especificamente, para calcular o teste de manipulação proposto por Cattaneo *et al.* (2020) e as regressões descontínuas são utilizadas, respectivamente, os pacotes “*rddensity*” e “*rdrobust*”.

banda ótima; e *Epanechnikov*, que tem uma variância mínima. Espera-se que os resultados apresentados continuem apresentando significância estatística, caso isso ocorra.

3.4.2 Validação do projeto da Regressão Descontínua por meio de variáveis e por manipulação no ponto de corte

Assim como em experimentos aleatórios, neste ensaio também foi feita uma avaliação da comparabilidade do grupo tratado e de controle, que no presente caso são, respectivamente, mulheres e homens gestores, através de características de base pré-determinadas, antes da atribuição do tratamento. Segundo Lee (2008), quando esses dois grupos estão na vizinhança da margem de votos igual a 0, eles possuem a mesma distribuição das características. Dessa forma, para verificar se a randomização funcionou, o pesquisador pode examinar se existem diferenças entre os grupos, de acordo com a distribuição da característica.

Vale lembrar também que é o resultado da atribuição aleatória que fornece justificativa teórica para esperar que as estimativas de impacto não sejam sensíveis à essas características. Portanto, essas variáveis pré-determinadas servem tão somente para validar a randomização, isto é, não é esperado que exista alguma relação dessas variáveis com a variável margem de votos (responsável pela atribuição). Esse procedimento consiste em fazer uma estimativa de RDD para cada característica, igualmente como é apresentado na seção anterior.

Para isso, e de acordo com Brollo e Troiano (2016) e Meireles (2019), as variáveis para essa verificação de aleatoriedade serão divididas pelas características municipais e dos prefeitos. Portanto, para os municípios tem-se: *população* da cidade, que corresponde ao número total de residentes daquele município; *idhm*, relativo ao resultado do índice de desenvolvimento humano obtido pelo município e; *regiões*, correspondendo a divisão dos municípios, de acordo com as macrorregiões brasileiras. Respectivo às características dos prefeitos, tem-se: *político* igual a 1, se o candidato a prefeito ocupa algum cargo político no ano da eleição e 0, caso contrário e; *Ensino Fundamental completo* igual a 1, se o prefeito tiver, no máximo, esse nível de escolaridade e 0, caso contrário; *Ensino Médio completo* igual a 1, se o prefeito tiver no, no máximo, esse nível de escolaridade e 0, caso contrário; *Ensino Superior completo* igual a 1, se o prefeito tiver, no máximo, esse nível de escolaridade e 0, caso contrário; e a variável *maiores partidos* que é igual a 1, se o candidato à prefeitura pertence aos partidos que mais elegeram ao longo das eleições estudadas e 0, caso contrário. Reitera-se, novamente, que a variável citada corresponde a uma variável dependente na estimativa de RDD, ao fazer o teste de balanceamento.

Outro teste feito para assegurar a validade da Regressão Descontínua é a verificação da continuidade da variável de atribuição de tratamento no ponto de corte, proposto por Cattaneo *et al.* (2020). Esse teste de manipulação é baseado em um estimador de densidade polinomial, que emprega métodos corrigidos de viés robusto.

Neste ensaio, é verificado se existe um número desproporcional de candidatas situadas acima do ponto de corte ($MV = 0$), contra os candidatos que estão abaixo do ponto de corte. Caso aconteça, seria um apontamento que as candidatas seriam capazes de manipular os seus próprios resultados eleitorais para que fossem eleitas ou vice-versa.

Portanto, confere-se a existência de uma diferença estatisticamente significativa no ponto de corte, tendo em vista a distribuição da densidade no intervalo da margem de votos. Não havendo manipulação, garante-se a existência do componente aleatório das eleições, conforme orientado por Lee (2008). Ademais, com a análise desses dois testes, pode-se prosseguir com a estratégia metodológica adotada.

3.4.3 Dados

Para a realização dessa análise, foram reunidas diferentes fontes. A principal fonte utilizada é o repositório de dados eleitorais do TSE, que tem informações detalhadas sobre os resultados eleitorais e sobre as características pessoais dos candidatos(as). Esses dados vêm separados em duas bases, e para uni-los foi utilizado uma chave identificadora.

No que concerne aos dados demográficos referentes ao nível de desenvolvimento do município e tamanho da população, os mesmos foram obtidos, respectivamente, a partir do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Com base nos códigos do IBGE e do TSE, para cada município, uniu-se essas bases de dados, como citado anteriormente.

Por fim, a análise temporal consiste nas eleições de 2000, 2004, 2008, 2012 e 2016. A motivação para essa escolha deve-se por esse período ter as informações de gênero dos candidatos(as), que é fundamental para a realização do presente estudo. Foram empilhados os dados de cada eleição para gerar um maior número de observações e, conseqüentemente, assegurar estimativas mais precisas. Ademais, são consideradas como objeto de estudo as eleições²⁵ municipais que foram disputadas apenas por dois candidatos, sendo que um deles era do sexo masculino e o outro do sexo feminino.

²⁵ A seleção dessa amostra atende a exigência de que não houve manipulação em torno do ponto de corte. Foram testadas eleições com mais de dois candidatos, quando houve uma disputa entre homem e mulher, considerando as duas primeiras colocações. Porém, o resultado do teste de continuidade proposto por Cattaneo *et al.* (2020)

3.5 ANÁLISE DOS DADOS

3.5.1 Análise descritiva

Esse ensaio analisa como o fato de mulheres tornarem-se prefeitas pode influenciar outras mulheres a também participarem da política. Para fins descritivos, faz-se a análise das estatísticas descritivas, tendo como base as variáveis citadas na seção anterior. Nessa averiguação, é comparada a amostra estudada (grupos de controle e tratamento) contra eleições com disputas eleitorais em outros formatos.²⁶

Pelo fato da regressão descontínua ter uma validade externa baixa, isto é, fornecer uma estimativa do efeito médio para uma subpopulação, não permitindo inferir qual o impacto de determinada co-variável para outras amostras (IMBENS e LEMIEUX, 2008), é importante avaliar o quanto a amostra selecionada pode gerar uma validade externa. Conforme Brollo e Troiano (2016), um dos delineamentos para isso é comparar as estatísticas descritivas dos municípios selecionados (tratamento e controle) com outros municípios que não tiveram eleições com disputas mistas de candidatos. Ademais, informa-se que isso não é um teste formal, isto é, não tem validade estatística. Esse procedimento serve apenas para evidenciar como o grupo selecionado de eleições com dois candidatos de sexos diferentes podem ser comparáveis a outros formatos de eleições.

Portanto, na Tabela 3.1 é feita a comparação da média das características dos prefeitos e municípios nas amostras. No conjunto de dados completos, considerando todas as eleições, tem-se uma soma de 74.311 observações. Considerando apenas a especificidade de dois concorrentes com sexo diferentes, tem-se um número de 4.602 observações, isto é, apenas 6,192% do total.

No tocante ao fato do candidato à prefeitura ser político, isto é, exercer algum cargo como vereador, prefeito, deputado federal ou estadual, entre outros, a amostra com disputas de gênero mista tem uma proporção igual a 16,6%, enquanto outros formatos eleitorais apresentam uma proporção igual a 11,4% do total. Isso indica que os candidatos das disputas mistas são mais experientes do que em outros formatos.

Quanto à escolaridade, percebe-se que independentemente do tipo de disputa eleitoral, tem-se que a maioria dos candidatos a prefeito apresentam um nível de escolaridade mais alto,

apresentou descontinuidade estatisticamente significativa próxima ao ponto de corte, isto é, há indícios de manipulação nos resultados eleitorais, o que invalida a aleatorização do grupo de controle e tratamento.

²⁶ Outros formatos englobam disputas eleitorais que tiveram mais de dois candidatos ou dois candidatos, porém, com o mesmo gênero (homem-homem ou mulher-mulher).

Ensino Superior completo. Em disputas mistas, cerca de 49,5% dos candidatos concluíram alguma graduação, enquanto em outras disputas, esse valor foi igual a 46,10%.

Foram encontradas diferenças proporcionais relativas ao fato do candidato à prefeitura pertencer a um dos maiores partidos. Percebe-se que, ao longo do tempo, houve uma proporção maior de candidatos filiados ao MDB em disputas mistas, sendo igual a 19,8%, comparativamente a 16,0% em outras disputas. Além disso, a proporção de candidatos filiados ao PT em eleições mistas foi menor, cujo valor foi igual a 7,2%, enquanto em outras disputas, 10,1%.

Tabela 3.1 - Características dos prefeitos e municípios: disputa eleitoral com diferentes sexos vs outras disputas.

Variáveis	Disputa Mista		Outras Disputas	
	Média	Erro Padrão	Média	Erro Padrão
Político	0,166	0,472	0,114	0,545
Ens. Fund. Completo	0,063	0,619	0,074	0,602
Ens. Médio Completo	0,260	0,340	0,245	0,361
Ens. Superior Completo	0,495	0,007	0,461	0,055
PMDB	0,198	0,427	0,160	0,480
PSDB	0,133	0,519	0,118	0,541
PT	0,072	0,605	0,101	0,564
DEM (PFL)	0,103	0,562	0,086	0,586
IDMH	0,622	0,094	0,647	0,092
População	17.855	222.402	63.676	406.134
Norte	0,059	0,143	0,042	0,135
Nordeste	0,425	0,143	0,302	0,135
Sudeste	0,233	0,143	0,356	0,135
Sul	0,179	0,143	0,212	0,135
Centro-Oeste	0,105	0,143	0,088	0,135
Observações	4.602	4.602	69.709	69.709

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do TSE considerando eleições de 2000 a 2016, do CENSO 2000 e 2010 do IBGE; e dados do PNUD de 2000 e 2010.

Relativo às características dos municípios, tem-se o seu nível de desenvolvimento. Percebe-se que o IDHM nas cidades com disputas mistas é ligeiramente menor, com um valor igual 0,622, enquanto em outras disputas é igual a 0,647. A população dessas cidades também é bem menor, tendo, em média, 17.855 habitantes, em comparação, com uma média de 63.676 habitantes dos municípios que tiveram outros formatos de eleições.

Por fim, em relação às regiões, foi observado que existe uma proporção maior das eleições mistas acontecendo na região Nordeste. Cerca de 42,5% dessas eleições aconteceram na região supracitada, enquanto em outros formatos, o valor foi igual a 30,2%.

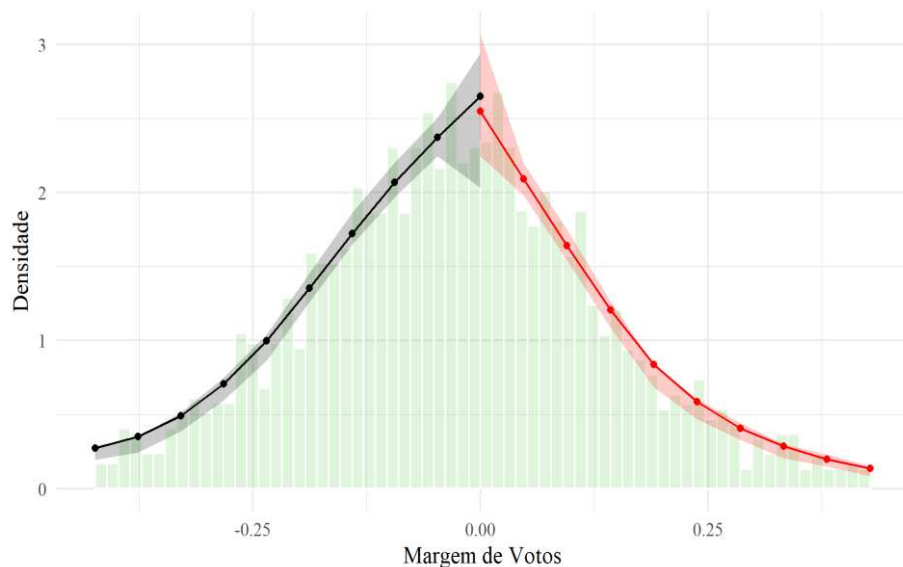
Portanto, diante dos resultados apresentados, confirma-se a dificuldade de extrapolar o resultado do impacto causal da variável de interesse para toda a realidade de outras eleições que não se encaixam no formato proposto do RDD.

3.5.2 Manipulação no ponto de corte

Partindo então para a validade da amostra selecionada, primeiramente foi testado se houve manipulação no ponto de corte, isto é, existência de uma diferença estatisticamente significativa no ponto de corte, considerando o teste proposto por Cattaneo *et al.* (2020).

Segundo Cattaneo *et al.* (2020), esse teste de manipulação serve justamente para averiguar se as observações da amostra divididas em grupo de controle e tratamento, devido ao limite da margem de votos, foram atribuídas de forma aleatória. A seguir, na Figura 3.2, é apresentado um histograma com as observações abaixo e acima do ponto de corte, em companhia com a estimativa da densidade polinomial local, mais os intervalos de confiança corrigidos de viés robusto pontual.

Figura 3.2 - Teste de manipulação sobre a densidade da descontinuidade.



Fonte: Elaboração própria a partir de dados do TSE considerando eleições de 2000 a 2016. Nota: no eixo x, à esquerda do ponto de corte (igual a zero) tem-se os homens que ganharam as eleições (grupo de controle) e à direita do ponto são as mulheres que ganharam as eleições (grupo de tratamento). Os intervalos de confiança foram estabelecidos ao nível de 95%.

Os resultados mostraram que não existem evidências de manipulação nos dados. Dado que a hipótese nula corresponde à não existência de manipulação de dados, isto é, a densidade das observações perto do ponto de corte é contínua e o p-valor do teste deu igual 0,597, não foi possível rejeitar a hipótese. Graficamente, também é visualizado esse resultado, em que os intervalos de confiança cobrem o salto das observações com margem de voto abaixo de zero em comparação com as observações com margem de voto acima de zero, perto do ponto de corte.

3.5.3 Balanceamento das variáveis

Com a finalidade de garantir que a randomização dos grupos de controle e tratamento, haja vista a comparabilidade dos mesmos, realiza-se o teste de balanceamento de covariadas. É analisado se variáveis pré-determinadas por via da regressão descontínua estão ponderadas entre os grupos. Para isso, considera-se cada variável como dependente e estima-se uma

regressão descontínua, conforme indicado na metodologia. Na Tabela 3.2, apresentam-se os resultados das estimativas, conjuntamente com os erros padrões robustos, entre parênteses.

Tabela 3.2 - Estimativas RDD das características dos prefeitos e municípios considerando disputas eleitorais mistas.

Variáveis Dependentes	(1)	(2)	(3)
Político	0,044 (0,030)	0,050 (0,037)	0,051 (0,046)
Ens. Fund. Completo	-0,016 (0,021)	-0,015 (0,025)	-0,003 (0,034)
Ens. Médio Completo	0,052 (0,034)	0,062 (0,041)	0,065 (0,048)
Ens. Superior Completo	-0,038 (0,037)	-0,059 (0,049)	-0,071 (0,058)
PMDB	-0,022 (0,032)	-0,028 (0,038)	-0,034 (0,042)
PSDB	-0,005 (0,027)	-0,010 (0,034)	-0,012 (0,039)
DEM (PFL)	-0,028 (0,021)	-0,022 (0,030)	-0,019 (0,035)
PT	-0,013 (0,022)	-0,023 (0,027)	-0,029 (0,031)
IDHM	0,006 (0,004)	0,006 (0,005)	-0,001 (0,007)
População	-6.268,526* (3.031,163)	-6.397,022 (3.547,586)	-4.508,726 (4.419,578)
Norte	-0,007 (0,013)	-0,003 (0,017)	-0,002 (0,020)
Nordeste	-0,030 (0,032)	-0,024 (0,040)	-0,026 (0,043)
Sudeste	0,016 (0,023)	0,027 (0,030)	0,060* (0,037)
Sul	0,028 (0,024)	0,024 (0,028)	0,019 (0,036)
Centro-Oeste	-0,009 (0,019)	-0,005 (0,022)	-0,028 (0,029)

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do TSE considerando eleições de 2000 a 2016, do CENSO 2000 e 2010 do IBGE, e dados do PNUD de 2000 e 2010. Nota: para obtenção dos resultados estatísticos através de uma Regressão Descontínua foram utilizadas três especificações diferentes: (1) Regressão Linear Local; (2) Polinômio de ordem 2 e (3) Polinômio de ordem 3. Todas as especificações usam Kernel *Triangular* e relativo à largura ótima foi utilizada a opção *mserd*, que é um seletor de largura de banda ideal MSE (*Mean Square Error*) de Cattaneo e Vazquez-Bare (2014). Entre parênteses são apresentados os erros padrão robustos. “*” Estatisticamente significativo a 10%, “**” Estatisticamente significativo a 5%, “***” Estatisticamente significativo a 1%.

No tocante às características dos prefeitos, percebe-se que nenhuma das estimativas apresentaram algum nível de significância, ou seja, não foram encontradas descontinuidades

estatisticamente significantes perto do ponto de corte. Tal resultado é interpretado como que, dentre as características pessoais dos candidatos(as) analisadas, não existem diferenças significativas entre o grupo de controle e tratamento.

Relativo às características dos municípios, duas especificações apresentaram descontinuidades estatisticamente significativas a um nível a 10%: *População*, quando estimada em um formato de regressão linear local e *Sudeste*, quando a regressão descontínua estava especificada como um polinômio de ordem 3.

Apesar disso, segundo Lee e Lemieux (2010), os resultados das estimativas não paramétricas e das estimativas paramétricas devem ser vistos como complementares. Portanto, é recomendado confiar em estimativas que convergem para o mesmo resultado e que apresentam significância estatística na maioria das especificações, o que não foi possível observar. Para as duas variáveis, apenas uma das três especificações apresentou estatística significativa. Portanto, não há robustez suficiente para indicar que não houve aleatorização dos grupos de controle e tratado por causa das características municipais. A julgar os resultados obtidos, tem-se, portanto, a confirmação que o grupo de controle e tratamento dessa amostra são comparáveis.

3.6 RESULTADOS

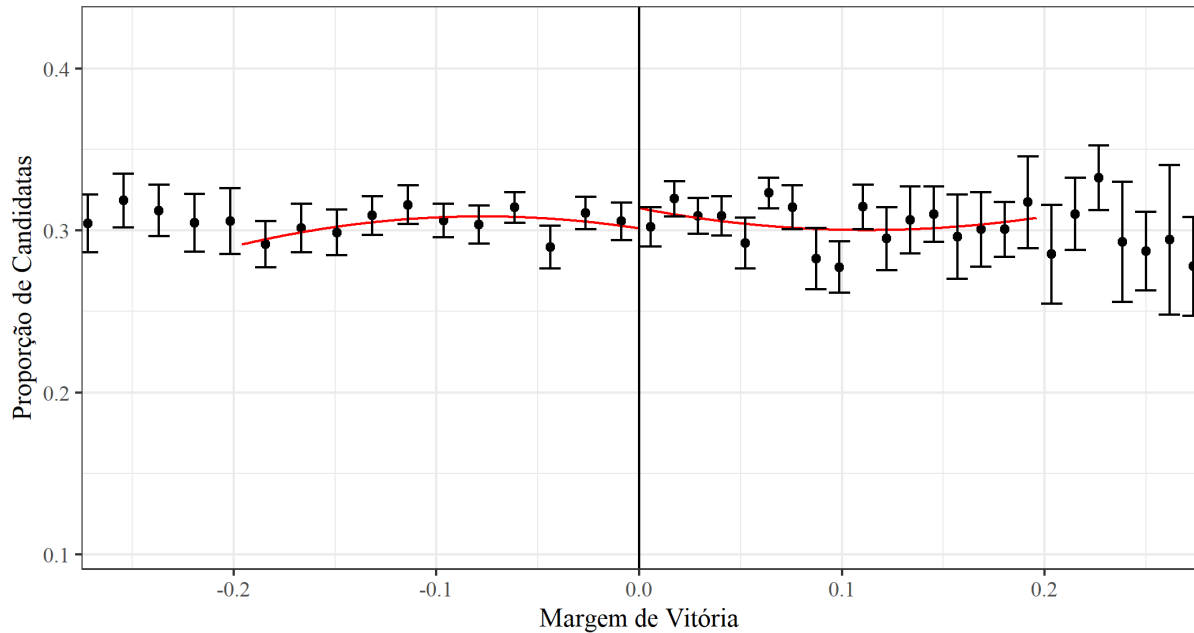
3.6.1 Resultados econométricos

Para avaliar como prefeitas mulheres podem impactar na participação política de outras mulheres em eleições subsequentes, foi estimada a regressão descontínua. De forma a complementar os resultados, primeiramente fez-se uma investigação empírica, a partir da análise gráfica para verificar se existe alguma descontinuidade da variável dependente em torno do ponto de corte. Segundo Lee e Lemieux (2010), a visualização gráfica é importante, pois ela traduz para o leitor, claramente, a ideia do tamanho do salto na variável de resultado no ponto de corte; identifica porque formas diferentes de especificações podem fornecer diferentes resultados; e detecta possíveis outliers, que podem prejudicar a análise da pesquisa.

Portanto, a Figura 3.3 mostra o impacto de uma mulher eleita como prefeita na proporção de candidatas mulheres em relação ao total de candidatos concorrentes ao cargo de vereador em eleições subsequentes. Visualmente é apresentada uma estimativa paramétrica de segunda ordem, partindo de uma função de Kernel, tipo *Triangular* para os dois lados do ponto de corte, conjuntamente com o intervalo de confiança a nível de 95%. A análise gráfica apresenta uma levíssima alteração entre os municípios tratados e não tratados, indicando que

existe uma descontinuidade para cima, isto é, caso as estimativas sejam estatisticamente significantes, onde as mulheres ganharam as eleições houve um pequeno aumento na proporção de candidatas ao cargo de vereadora.

Figura 3.3 - Análise gráfica da RDD inferindo impacto do gênero no cargo de prefeito na proporção de candidatas ao cargo de vereadora.



Fonte: Elaboração própria a partir de dados do TSE considerando eleições de 2000 a 2016. Nota: no eixo x, à esquerda do ponto de corte (igual a zero) têm-se os homens que ganharam as eleições (grupo de controle) e à direita do ponto são as mulheres que ganharam as eleições (grupo de tratamento). Relativo à largura ótima foi utilizada a opção *mserd*, que é um seletor de largura de banda ideal MSE (*Mean Square Error*) de Calonico *et al.* (2019).

Para examinar mais profundamente esse resultado, na Tabela 3.3 apresentam-se os resultados das estimativas, onde nas colunas 1 e 2, tem-se regressão linear local, respectivamente, com largura²⁷ de banda ótima e meia ótima; e nas colunas 3 e 4 são apresentadas as regressões, considerando um polinômio de ordem 2 e 3, tendo em vista o tamanho eficaz de observações das disputas mistas de gênero.

²⁷ A largura da banda corresponde à distância do ponto do corte para a direita e do ponto de corte para a esquerda. Portanto, esse fator define o número de observações próximas ao ponto de corte (margem de votos = 0) que irão ser usados para a estimação.

Tabela 3.3 - Estimativas RDD do impacto do gênero no cargo de prefeito na proporção de candidatas ao cargo de vereadora.

Variável dependente: proporção de candidatas				
Estimativa	0,007	0,004	0,008	0,008
Erro-Padrão	(0,005)	(0,007)	(0,006)	(0,007)
Largura	Ótima	1/2 Ótima	Ótima	Ótima
Especificação	Linear Local	Linear Local	Polinômio de 2º Grau	Polinômio de 3º Grau
Nº efetivo de observações	2.736	1.552	3.268	3.758
Nº de observações	4.906	4.906	4.906	4.906

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do TSE considerando eleições de 2000 a 2016. Notas: Todas as especificações usam Kernel *Triangular*. Relativo à largura ótima foi utilizada a opção *mserd*, que é um seletor de largura de banda ideal MSE (*Mean Square Error*) de Calonico *et al* (2019). Entre parênteses são apresentados os erros padrão robustos. * Estatisticamente significativo a 10%, ** Estatisticamente significativo a 5%, *** Estatisticamente significativo a 1%.

A despeito das estimativas de RDD apresentarem um valor positivo e que se aproxima de zero a favor do grupo de tratamento em todas as estimações, não foram encontrados resultados estatisticamente significantes, apontando então que não há uma descontinuidade no ponto de corte. Dessa forma, pode-se concluir que não há evidências que mulheres nas prefeituras poderiam contribuir para o aumento na proporção de candidatas mulheres à vaga de vereadora em eleições subsequentes. Resultados como esses convergem com os encontrados por Eggers (2011) e Broockman (2014), cujos trabalhos não encontraram existência de uma relação causal entre maior participação feminina quando uma outra mulher é eleita em um pleito anterior.

Embora exista uma ideia de que a participação política de mulheres pode contribuir com a experiência política para que outras avancem nesse mundo, essa questão nem sempre é tão simples assim. Segundo Htun (2002), a política brasileira é dominada pelo culto da personalidade masculina, portanto, mulheres apresentarem um bom desempenho eleitoral (haja vista a vitória para o cargo de uma prefeitura) pode não ser suficiente para gerar uma mobilização de outras mulheres. Diante desse caso complexo, outras estratégias de incentivo (partindo, inclusive, das elites políticas) deveriam coexistir para diminuir a assimetria de participação existente entre homens e mulheres na política.

Apesar disso, prosseguiu-se com análises de outros indicadores de participação feminina. Destaca-se que a Regressão Descontínua é empregada para lidar com a endogeneidade, isto é, consegue controlar explicitamente outros fatores que poderiam diferir entre o grupo de controle e tratamento, como por exemplo: a vitória política de uma mulher estar relacionada com características não observadas, como preferências dos eleitores ou

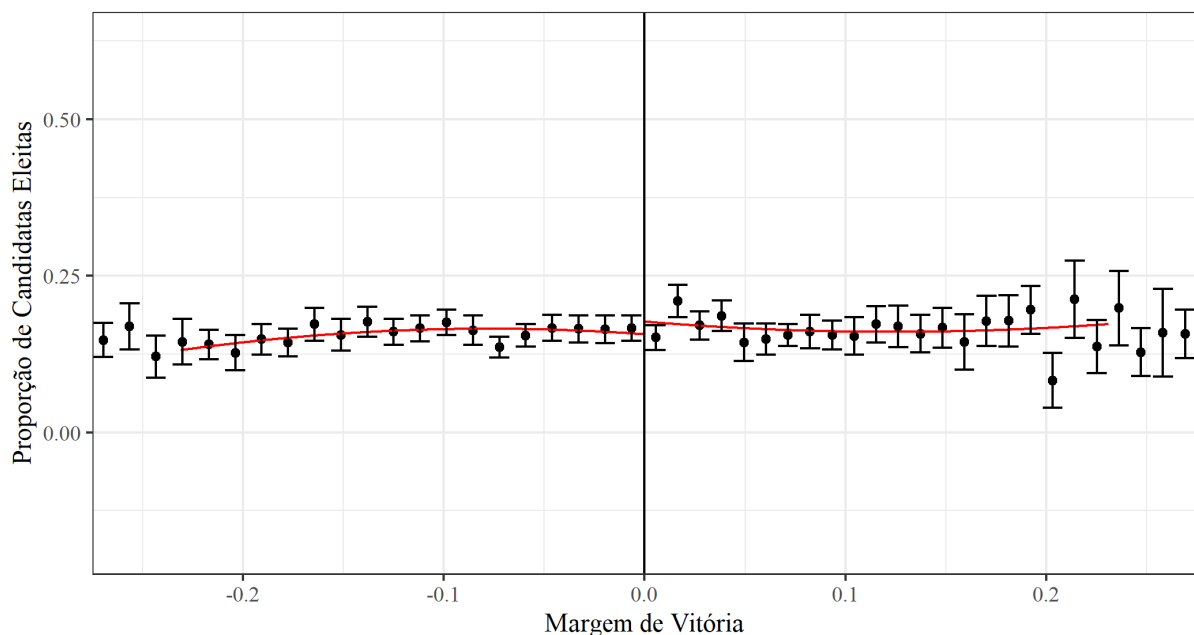
características dos municípios que podem influenciar diretamente, tanto na candidatura quanto na eleição de mulheres (BHALOTRA *et al.*, 2013).

Assim sendo, pensando se que uma prefeita pode diminuir o viés dos eleitores contra candidatas mulheres, conforme o mecanismo explicado no modelo de escolha de candidatas de Casas-Arce e Saiz (2011), investigou-se a proporção de candidatas eleitas ao cargo de vereadora.

A justificativa para isso é que, apesar da exposição de uma mulher política não afetar a oferta de candidatura de outras mulheres em eleições subsequentes, pode-se esperar que essa exposição diminua a desutilidade do eleitor em tornar outras mulheres políticas. Essa variável dependente é diferente da apresentada anteriormente, pois ela indica o sucesso eleitoral daquelas mulheres que se propõem a serem candidatas para o cargo de vereadora.

Na Figura 3.4 apresenta-se a análise gráfica da RDD, substituindo a variável dependente pela proporção de candidatas que foram eleitas para o cargo de vereadora. Ademais, foi adotado o mesmo procedimento econométrico citado anteriormente.

Figura 3.4 - Análise gráfica da RDD inferindo o impacto do gênero no cargo de prefeito na proporção de candidatas eleitas para o cargo de vereadora.



Fonte: Elaboração própria a partir de dados do TSE considerando eleições de 2000 a 2016. Nota: no eixo x, à esquerda do ponto de corte (igual a zero) têm-se os homens que ganharam as eleições (grupo de controle) e à direita do ponto são as mulheres que ganharam as eleições (grupo de tratamento). Relativo à largura ótima foi utilizada a opção *mserd*, que é um seletor de largura de banda ideal MSE (*Mean Square Error*) de Calonico *et al.* (2019).

Graficamente, é percebida novamente uma alteração muito discreta em torno do ponto de corte, indicando que onde mulheres ganharam as eleições, localizados perto do ponto de

corte, houve um pequeníssimo aumento na proporção de candidatas eleitas ao cargo de vereador, caso a estimativa apresente estatística significativa. Para uma investigação mais detalhada, na Tabela 3.4 são apresentadas diferentes especificações para a estimativa de RDD.

Tabela 3.4 - Estimativas RDD do impacto do gênero no cargo do prefeito proporção de candidatas eleitas para o cargo de vereadora.

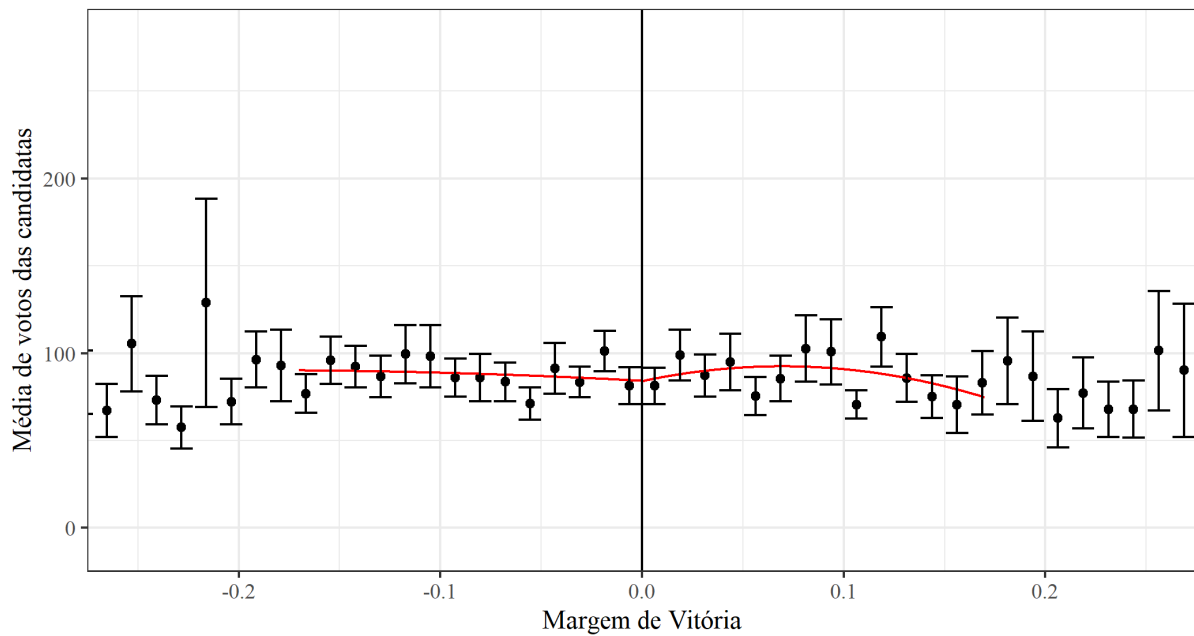
Variável dependente: proporção de candidatas eleitas				
Estimativa	0,014*	0,009	0,018*	0,009
Erros Padrão	(0,008)	(0,011)	(0,010)	(0,012)
Largura	Ótima	1/2 Ótima	Ótima	Ótima
Especificação	Linear Local	Linear Local	Polinômio de 2º Grau	Polinômio de 3º Grau
Nº efetivo de observações	2.780	1.590	3.538	3.636
Nº de observações	4.598	4.598	4.598	4.598

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do TSE considerando eleições de 2000 a 2016. Notas: Todas as especificações usam Kernel *Triangular*. Relativo à largura ótima foi utilizada a opção *mserd*, que é um seletor de largura de banda ideal MSE (*Mean Square Error*) de Calonico *et al* (2019). Em parênteses são apresentados os erros padrão robustos. * Estatisticamente significativo a 10%, ** Estatisticamente significativo a 5%, *** Estatisticamente significativo a 1%.

Em conjunto, os resultados apontaram que o fato de uma mulher ganhar como prefeita não impacta na quantidade de mulheres eleitas para o cargo de vereadora. Duas especificações até apresentaram valores estatisticamente significantes a um nível de 10%, mas o aumento na proporção de candidatas eleitas ocorrido devido ao tratamento corresponderia a no máximo 1,8%, ou seja, um aumento muito limitado. Outros trabalhos, como o de Ferreira e Gyourko (2011), Eggers (2011) e Bhalotra *et al.* (2013), também não encontraram a existência de uma relação causal de uma mulher assumir um cargo político com o sucesso eleitoral de outras mulheres em eleições subsequentes. Por fim, concordante com o sistema eleitoral brasileiro, em que para se eleger um candidato(a) não basta apenas a quantidade nominal de votos recebida por ele(a), mas também, o quociente partidário, foi investigado se poderia existir um impacto na quantidade de votos que as mulheres recebem.

Apesar do fato de uma mulher ser eleita não haver impacto na proporção de candidatas eleitas como vereadoras, é válido investigar se pode contribuir com uma quantidade de votos maior para as candidatas desses cargos, o que poderia auxiliar no seu sucesso eleitoral. A Figura 3.5 apresenta a análise gráfica da RDD, tendo como variável dependente a quantidade média de votos obtida pelas candidatas a vereadoras, que é igual ao número total de votos das candidatas, dividido pelo total de candidatas para cada município. Novamente, foi realizada uma estimativa paramétrica de ordem 2, com uma função Kernel do tipo *Triangular*.

Figura 3.5 - Análise gráfica da RDD inferindo o impacto do gênero no cargo do prefeito na média de votos das candidatas para o cargo de vereadora.



Fonte: Elaboração própria de acordo com os dados do TSE das eleições de 2000 a 2016. Nota: no eixo x, à esquerda do ponto de corte (igual a zero) têm-se os homens que ganharam as eleições (grupo de controle) e à direita do ponto são as mulheres que ganharam as eleições (grupo de tratamento). Relativo à largura ótima foi utilizada a opção `mserd`, que é um seletor de largura de banda ideal MSE (*Mean Square Error*) de Calonico *et al.* (2019).

Como é observado, a análise gráfica indica que não existe uma alteração súbita entre os municípios tratados e não tratados. A ausência do salto em torno do ponto de descontinuidade indica que onde mulheres ganharam as eleições, localizados perto do ponto de corte, não houve aumento na quantidade média das candidatas ao cargo de vereadora. A Tabela 3.5 destrincha os resultados das estimativas de RDD.

Tabela 3.5 - Impacto do gênero no cargo do prefeito na quantidade média de votos das candidatas ao cargo de vereadora.

Média de votos das candidatas				
Estim. de Tratamento	0,909	-1,933	-3,223	-4,032
Erros Padrão	(4,888)	(6,225)	(5,897)	(6,529)
Largura	Ótima	1/2 Ótima	Ótima	Ótima
Especificação	Linear Local	Linear Local	Polinômio de 2° Grau	Polinômio de 3° Grau
N° efetivo de observações	2.350	1.292	2.986	3.538
N° de observações	4.596	4.596	4.596	4.596

Fonte: Elaboração própria de acordo com os dados do TSE das eleições de 2000 a 2016. Notas: Todas as especificações usam Kernel *Triangular*. Relativo à largura ótima foi utilizada a opção *mserd*, que é um seletor de largura de banda ideal MSE (*Mean Square Error*) de Calonico *et al* (2019). Em parênteses são apresentados os erros padrão robustos. * Estatisticamente significativo a 10%, ** Estatisticamente significativo a 5%, *** Estatisticamente significativo a 1%.

Todas as estimativas apresentaram resultados estatisticamente não significativos a 10%. Portanto, não foram encontradas evidências que esses resultados são estatisticamente significativos. Novamente, não é possível estabelecer uma relação de causalidade entre mulheres na prefeitura e maior quantidade de votos para outras mulheres. Considerando a realidade do Brasil, entretanto, olhando para a quantidade de votos de candidatas para o cargo de deputada federal e presidente, Aguilar *et al.* (2015) também não encontraram demonstração significativa de efeito.

Em resumo, tem-se que os resultados não confirmam a hipótese que mulheres poderiam influenciar em métricas que envolvem a participação política feminina, seja via proporção de candidatas, candidatas eleitas e quantidade média de votos recebido pelas candidatas para o cargo de vereadora. Concomitante com a justificativa dada acima, no tocante à dificuldade da sociedade brasileira de incluir mulheres na política, devido ao culto da personalidade masculina, outras interpretações podem caber para esses achados.

Entre elas é que, segundo Wolbrecht e Campbell (2007), os efeitos secundários das mulheres em cargos políticos como fator influenciador de participação feminina, caso existam, provavelmente se dão a longo prazo. Portanto, os resultados encontrados de nenhum efeito podem ter ocorrido justamente pela incapacidade de captar impacto em uma análise temporal tão breve. Dessa forma, possa-se encontrar outros resultados em análises futuras.

Ademais, conforme Eggers (2011), deve-se ter cuidado ao analisar os resultados de uma estimativa de RDD. O projeto de Regressão Descontinua exige regras pragmáticas quanto à escolha das observações que farão parte do grupo de tratamento e controle, sendo que os municípios que foram escolhidos podem não ser representativos para todas as cidades

brasileiras. Portanto, não se pode generalizar e esperar que os resultados apresentados no presente estudo sejam os mesmos considerando outros municípios brasileiros, assim como outros parâmetros de participação política.

Por fim, um impacto limitado na participação política de outras mulheres em eleições subsequentes não diminui a importância da repercussão política de se eleger uma mulher. Beaman *et al.* (2009) mostrou que contribui para uma diminuição nos estereótipos; Jha e Sarangi (2018) mostraram evidências de impacto negativo e sistemático sobre a corrupção; Brollo e Troiano (2016), para a realidade brasileira, forneceram evidências de que cidades com prefeituras têm melhores resultados de saúde e recebem mais transferências federais discricionárias. Portanto, apesar do não estabelecimento de relação causal entre participação de mulheres na prefeitura com maior nível de participação de outras mulheres, não se eliminam os sucessos que as mulheres obtiveram em outros campos ao se tornarem políticas.

3.6.2 Teste de robustez

Esta seção tem como fim testar a sensibilidade dos resultados encontrados anteriormente. Como as estimativas levam a crer que não existe o estabelecimento de uma relação casual entre o fato de uma mulher ser eleita com o aumento na participação política de outras mulheres, espera-se que, novamente, sejam encontradas estimativas de RDD que não foram estatisticamente significantes, ao se considerar outros tipos de funções de Kernel. São empregadas as funções de Kernel do tipo *Epanechnikov* e *Uniform*. Na Tabela 3.6 são apresentados os resultados.

Tabela 3.6 - Teste de robustez: alteração da função de Kernel.

Função Kernel <i>Uniform</i>				
Variável dependente: proporção de candidatas				
	(1)	(2)	(3)	(4)
Estimativa	0,003	0,006	0,006	0,002
Erros Padrão	(0,004)	(0,006)	(0,007)	(0,008)
Nº efetivo de observações	3.016	2.612	2.612	3.172
Variável dependente: proporção de candidatas eleitas				
Estimativa	0,008	0,013	0,020**	0,017
Erros Padrão	(0,007)	(0,009)	(0,010)	(0,012)
Nº efetivo de observações	2.526	1868	3.368	3.554
Variável dependente: média de votos para as candidatas				
Estimativa	1,798	-0,078	-3,044	-6,337
Erros Padrão	(4,485)	(5,847)	(6,072)	(6,919)
Nº efetivo de observações	2.526	1400	2.744	3.250
Função Kernel <i>Epanechnikov</i>				
Variável dependente: proporção de candidatas				
	(1)	(2)	(3)	(4)
Estimativa	0,007	0,002	0,008	0,006
Erros Padrão	(0,005)	(0,008)	(0,006)	(0,008)
Nº efetivo de observações	2.238	1.222	3.062	3.592
Variável dependente: proporção de candidatas eleitas				
Estimativa	0,014*	0,011	0,020**	0,012
Erros Padrão	(0,008)	(0,011)	(0,010)	(0,012)
Nº efetivo de observações	2.720	1.550	3.478	3.694
Variável dependente: média de votos para as candidatas				
Estimativa	1.993	-1,384	-3,251	-5,559
Erros Padrão	(4,792)	(6,247)	(6,005)	(6,714)
Nº efetivo de observações	2.444	1.342	2.898	3.414
<i>Largura</i>	Ótima	1/2 Ótima	Ótima	Ótima
<i>Especificação</i>	Linear Local	Linear Local	Polinômio de 2º Grau	Polinômio de 3º Grau

Fonte: Elaboração própria de acordo com os dados das eleições de 2000 a 2016. Notas: relativo à largura ótima foi utilizada a opção *mserd*, que é um seletor de largura de banda ideal MSE (*Mean Square Error*) de Calonico *et al.* (2019). Entre parênteses são apresentados os erros padrão robustos. * Estatisticamente significativo a 10%, ** Estatisticamente significativo a 5%, *** Estatisticamente significativo a 1%.

Conforme observado, a maioria das especificações foram estatisticamente não significativas, a um nível de 10%. A exceção que ocorreu correspondeu à proporção de candidatas eleitas. Essa estimativa, considerando uma função Kernel do tipo *Uniform* foi estatisticamente significativa a um nível de 5%, coluna 3; e por uma função Kernel do tipo *Epanechnikov* foi estatisticamente significativa a 10%, coluna 1; e a 5%, quando especificada como um polinômio de 2º grau.

Apesar das estimativas serem estatisticamente significantes e positivas, as mesmas são razoavelmente baixas. O resultado máximo de impacto que uma mulher como prefeita poderia gerar na probabilidade das candidatas a vereadoras ganharem a eleição seria de um aumento de 2%. Valor esse que não é muito diferente ao encontrado anteriormente, em que a presença de uma mulher na prefeitura aumentava a probabilidade de uma mulher se tornar vereadora em 1,8%.

Portanto, diante das respostas no teste de robustez, ao se mudar o tipo de função de Kernel, pode-se concluir que os resultados encontrados com RDD, proposto por este estudo, são robustos. Isto é, não existem evidências suficientes para estabelecer uma relação de causalidade entre mulheres na prefeitura com maior participação feminina na política em eleições subsequentes, via proporção de candidatas para o cargo de vereadoras e na quantidade média de votos recebidos por essas candidatas. Em relação à proporção de candidatas eleitas, algumas estimativas chegaram a ser estatisticamente significantes, entretanto, assim como encontrado anteriormente, o valor do impacto é muito reduzido e limitado.

3.7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este ensaio observou se ter uma mulher como prefeita poderia influenciar nos níveis de participação política de outras mulheres, via proporção de candidatas, proporção de candidatas eleitas e a quantidade média recebida de votos das candidatas para o cargo de vereadora. Para controlar a endogeneidade das características dos municípios e pessoais dos prefeitos, sob as candidaturas femininas foi empregada uma regressão descontínua, considerando os dados das eleições de 2000 a 2016.

Neste ensaio, a variável que determinou o tratamento foi a margem de votos, diferença de votos entre uma candidata mulher e um candidato homem, sendo que o ponto de corte é igual a zero. Consequentemente, o grupo de tratamento correspondeu a todas as observações que tiveram margem maior do que zero (mulheres ganharam as eleições) e o grupo de controle foi composto por todas as observações que tiveram uma margem de votos menor do que zero (homens ganharam as eleições).

Foram feitos testes com a finalidade de verificar as condições de validade do RDD, sendo eles: o teste de manipulação do ponto de corte e o balanceamento de variáveis, e os mesmos foram aceitos, inferindo então, que o RDD proposto é válido e que os grupos de controle e tratamento são comparáveis.

Os resultados denotaram que não existem evidências suficientes para se estabelecer uma relação causal entre mulheres em cargos políticos com uma maior participação de mulheres na política em eleições subsequentes, tendo em vista a proporção de candidatas ao cargo de vereadora. Essa afirmação foi verificada através da análise gráfica e estatísticas dos estimadores de RDD.

Apesar do não impacto na proporção de candidatas, foi investigado se o fato de uma mulher poderia influenciar na proporção de candidatas eleitas para o cargo de vereadora, atentando para que a exposição de mulheres políticas poderia contribuir para uma diminuição no viés do eleitor em votar em mulheres. Os resultados encontrados foram que, a depender da especificação, a estimativa foi estatisticamente significativa, mas o valor foi muito baixo. Portanto, conclui-se que se existe algum impacto, ele é baixíssimo e contribuiria muito pouco para mudar a realidade de sub-representação nos municípios brasileiros.

Como para ser eleita necessita-se do cálculo da quantidade de votos nominais ao candidato e a quantidade total de votos recebida pelo partido, foi investigado também se uma mulher prefeita poderia ter influência apenas na quantidade média de votos recebida pelas candidatas. Novamente, não foi encontrado nenhum impacto.

A não existência de evidências para o grupo analisado reforça a complexidade da questão da sub-representação feminina. Portanto, para superar esse problema, necessita-se que a sociedade como um todo, sejam os partidos, mídias sociais, eleitores, políticos, encare-o e esteja disposta a traçar meios para incluir mais mulheres na política e diminuir a assimetria existente.

A contribuição desta pesquisa assenta-se na evidência de que para os municípios brasileiros, apenas uma representação descritiva de mulheres em cargos políticos não é suficiente para engajar e promover maiores níveis de participação. Outros problemas precisam ser superados para diminuir o *déficit* de representação, como culto à personalidade masculina, recrutamento partidário, dificuldade da mulher em conciliar a vida privada com uma vida política, entre outros.

Para mais, estabelecer uma hipótese e encontrar resultados não suficientes para o estabelecimento de uma relação causal também fornece diretrizes para construções de políticas públicas. Dado que a representação descritiva de mulheres na política, via sucesso eleitoral, não é suficiente para engajar maiores níveis de participação política, pode-se pensar em outras formas de aumentar o envolvimento de mulheres na política, como apelar para maneiras que reforcem a mensagem da importância de mulheres políticas nas escolas ou nas mídias e que gerem mobilização, incentivando que mais mulheres concorram cargos políticos.

As principais limitações deste estudo advêm justamente do desenho da Regressão Descontínua. Graças à metodologia, consegue-se ter o estabelecimento de uma relação causal entre o gênero do prefeito para com a participação política de mulheres em eleições subsequentes. Entretanto, o desenho não permite inferir que o resultado encontrado possa ser generalizado para amostras que tenha outros tipos de disputas eleitorais.

Por fim, como agenda futura, sugere-se analisar outras barreiras que possam atrapalhar a construção de uma carreira política para as mulheres. Sabe-se que os partidos têm um papel importantíssimo no recrutamento dos candidatos(as). Portanto, seria interessante entender, com mais clareza, o que impede a participação de mais mulheres nos partidos. Em outras palavras, o quanto as relações intrapartidárias têm responsabilidade na sub-representação feminina no Brasil.

REFERÊNCIAS

- AGUILAR, R.; CUNOW, S.; DESPOSATO, S. Choice sets, gender, and candidate choice in Brazil. **Electoral Studies**, v. 39, p. 230-242, 2015.
- ATKESON, L. R. Not all cues are created equal: The conditional impact of female candidates on political engagement. **The Journal of Politics**, v. 65, n. 4, p. 1040-1061, 2003.
- BEAMAN, L.; CHATTOPADHYAY, R.; DUFLO, E.; PANDE, R.; TOPALOVA, P. Powerful women: does exposure reduce bias? **The Quarterly journal of economics**, 124(4), 1497-1540, 2009.
- BEAMAN, L.; DUFLO, E.; PANDE, R.; TOPALOVA, P. Female leadership raises aspirations and educational attainment for girls: A policy experiment in India. **Science**, 335(6068), 582-586, 2012
- BHALOTRA, S. R.; CLOTS-FIGUERAS, I.; IYER, L. Path-breakers: how does women's political participation respond to electoral success? **IZA DP**, n. 7771, 2013.
- BROLLO, F.; TROIANO, U. What happens when a woman wins an election? Evidence from close races in Brazil. **Journal of Development Economics**, v. 122, p. 28-45, 2016.
- BROOCKMAN, D. E. Do female politicians empower women to vote or run for office? A regression discontinuity approach. **Electoral Studies**, v. 34, p. 190-204, 2014.
- CALONICO, S. M. D.; CATTANEO, F. M. H.; TITIUNIK, R., rdrobust: Robust Data-Driven Statistical Inference in Regression-Discontinuity Designs. **R package version 1.0.1**. <https://CRAN.R-project.org/package=rdrobust>, 2021.
- CALONICO, S.; CATTANEO, M. D.; FARRELI, M. H.; TITIUNIK, R. Regression discontinuity designs using covariates. **Review of Economics and Statistics**, 101(3), 442-451, 2019
- CASAS-ARCE, P; SAIZ, A. Women and power: Unwilling, ineffective, or held back?. **IZA**, 2011.
- CATTANEO, M. D.; JANSSON, M.; MA, X. rddensity: Manipulation Testing Based on Density Discontinuity. **R package version 2.1**. <https://CRAN.R-project.org/package=rddensity>, 2020.
- CATTANEO, M. D., M. JANSSON, and X. MA. Manipulation Testing based on Density Discontinuity. **Stata Journal**, 18(1): 234-261, 2018.
- CATTANEO, M. D.; JANSSON, M.; MA, Xinwei. Simple local polynomial density estimators. **Journal of the American Statistical Association**, v. 115, n. 531, p. 1449-1455, 2020.
- CATTANEO, M. D.; VAZQUEZ-BARE, G. The choice of neighborhood in regression discontinuity designs. **Observational Studies**, v. 2, n. 134, p. A146, 2016.
- CHATTOPADHYAY, R; DUFLO, E. Women as policy makers: Evidence from a randomized policy experiment in India. **Econometrica**, v. 72, n. 5, p. 1409-1443, 2004.

CHENG, M. Y.; FAN, J.; MARRON, J. S. On automatic boundary corrections. **Annals of Statistics**, XXV, 1997.

DOLAN, K. The impact of gender stereotyped evaluations on support for women candidates. **Political Behavior**, v. 32, n. 1, p. 69-88, 2010.

EGGERS, A. C.; FOWLER, A.; HAINMUELLER, J.; HALL, A. B.; SNYDER JR, J. M. On the validity of the regression discontinuity design for estimating electoral effects: New evidence from over 40,000 close races. **American Journal of Political Science**, 59(1), 259-274, 2015.

EGGERS, A. Is female political participation self-reinforcing? Evidence from French municipal politics. 2011.

FERREIRA, F.; GYOURKO, J. Does gender matter for political leadership? The case of US mayors. **Journal of Public Economics**, v. 112, p. 24-39, 2014.

GERTLER, P. J.; MARTÍNEZ, S.; PREMAND, P.; RAWLINGS, L. B.; VERMEERSCH, C. M. Avaliação de impacto na prática. **World Bank Publications**, 2015.

HTUN, Mala. Puzzles of women's rights in Brazil. *Social Research: An International Quarterly*, v. 69, n. 3, p. 733-751, 2002.

IMBENS, G. W.; LEMIEUX, T. Regression discontinuity designs: A guide to practice. **Journal of econometrics**, v. 142, n. 2, p. 615-635, 2008.

JHA, C. K.; SARANGI, S. Women and corruption: What positions must they hold to make a difference?. **Journal of Economic Behavior & Organization**, v. 151, p. 219-233, 2018.

KANTHAK, K.; WOON, J. Women don't run? Election aversion and candidate entry. **American Journal of Political Science**, v. 59, n. 3, p. 595-612, 2015.

LAWLESS, J. L. Female candidates and legislators. **Annual Review of Political Science**, 18, 349-366, 2015.

LAWLESS, J. L.; FOX, R. L. *It Still Takes A Candidate: Why Women Don't Run for Office*. New York: Cambridge University Press, 2010.

LEE, D. S. Randomized experiments from non-random selection in US House elections. **Journal of Econometrics**, v. 142, n. 2, p. 675-697, 2008.

MEIRELES, F. Carreiras Políticas na Câmara dos Deputados: Uma Análise Quase-Experimental. **Dados**, v. 62, n. 4, 2019.

MEIRELES, F.; RUBIM ANDRADE, L. V. Magnitude eleitoral e representação de mulheres nos municípios brasileiros. **Revista de Sociologia e Política**, v. 25, n. 63, p. 79-101, 2017.

WOLBRECHT, C.; CAMPBELL, D. E. Leading by example: Female members of parliament as political role models. **American Journal of Political Science**, v. 51, n. 4, p. 921-939, 2007.

CONCLUSÕES

O presente trabalho teve como objetivo investigar fatores relacionados à sub-representação feminina na política, tanto sob a perspectiva de demanda de candidatas, quanto de oferta de candidatas. Para tal, foram propostos dois ensaios.

O primeiro explorou a existência de um viés discriminador dos eleitores brasileiros contra as mulheres quando as mesmas disputam o cargo de vereadora em eleições municipais, empregando a decomposição de Oaxaca-Blinder para captar as diferenças de votos entre os homens e mulheres. Para entender o comportamento dos atributos e das características dos candidatos ao longo do tempo, foram considerados os resultados eleitorais das eleições de 2004, 2008, 2012, 2016 e 2020.

Constatou-se que existe uma grande diferença de votos entre mulheres e homens, sendo que a partir de 2012 as diferenças aumentam consideravelmente em favor dos candidatos homens. Foi decomposta a diferença total entre componente explicado, atributos possíveis de serem verificados e componente não explicado, atributos não-observáveis dentre os quais, possível discriminação por gênero.

Relativo ao componente explicado, ao longo das quatro primeiras eleições, ele foi baixo e positivo, enquanto nas eleições de 2020, ele também foi baixo, mas contribuiu negativamente para a diferença de votos de homens e mulheres. A mudança do sinal é basicamente devida à variável receita de campanhas. Durante os anos de 2004, 2008, 2012 e 2016, existia uma diferença substancial de valores recebidos por homens e mulheres, em que o primeiro grupo recebia mais capital para gastar com as suas campanhas. Porém, em 2020, tem-se uma equiparação de valores recebidos entre homens e mulheres, e a diferença no componente explicado se torna negativa. Tal resultado indica que ao se destinar os mesmos valores para mulheres e homens, a explicação referente ao componente explicado passa a mostrar que se dependesse dos atributos considerados no modelo, mulheres receberiam mais votos do que os homens. Ademais, diante aos valores baixos obtidos no componente explicado, seja ele positivo ou negativo, tal componente não consegue explicar boa parte da diferença de votos entre os gêneros.

Referente ao componente explicado, ele foi alto e contribuiu de forma majoritária para o hiato de votos, favorecendo os candidatos homens. Justamente em 2016, foi observado o maior valor apresentado, cuja eleição foi a seguinte após o *impeachment* da ex-presidente Dilma

Rousseff. Supõe-se que tal resultado está associado à penalidade dos eleitores para com outras mulheres políticas.

Para mais, à vista que esse componente é o mais importante para explicar a diferença de votos de entre homens e mulheres e sublinhando que variáveis importantes, em um contexto eleitoral, não foram consideradas no modelo, conclui-se, com ressalva, a possibilidade de discriminação dos eleitores contra as candidatas.

O segundo ensaio, através de uma abordagem de regressão descontínua e considerando pleitos para a prefeitura nos quais uma mulher concorreu contra um homem, estimou o efeito causal de uma mulher ser eleita para o cargo executivo na participação política de mulheres em eleições subsequentes. Foram considerados os resultados eleitorais das eleições de 2000 a 2016.

Foram investigadas três métricas de participação feminina em eleições subsequentes: proporção de candidatas ao cargo de vereadora, proporção de candidatas eleitas para o cargo de vereadora e quantidade média de votos nominais das candidatas à vereadora. A estimativa da primeira e terceira métrica foram estatisticamente não significativas. A segunda, proporção de candidatas eleitas, apresentou resultados estatisticamente significantes a 10%, em algumas especificações. Apesar disso, o valor do impacto de gênero é muito limitado, indicando então, que o fato de uma mulher assumir a prefeitura pouco influencia na probabilidade de uma mulher ser eleita.

Testes de robustez foram executados e os resultados continuaram não sendo estatisticamente significantes ou gerando um baixíssimo impacto referente à questão de proporção de candidatas eleitas. Ademais, ressalta-se que essas evidências identificam um efeito médio local de tratamento. Portanto, os resultados encontrados com eleições com margens apertadas podem não se aplicar para outros formatos de eleições.

Em todo o caso, os resultados dos dois ensaios indicam que é preciso um novo delineamento de políticas que considerem, primeiramente, um viés de gênero por parte dos eleitores; e planos que promovam engajamento na sociedade para instigar a participação de mulheres na política, dado que a representação descritiva de mulheres na política, por si, não é capaz de promover um aumento de participação.

Para trabalhos futuros, sugere-se investigar outros fatores que possam estar relacionados com a sub-representação feminina na política, como estereótipos, relações intrapartidárias e qualidade de candidatas. Construir evidências com dados brasileiros seria o melhor caminho para uma construção de uma política pública mais efetiva. Por fim, diante da complexidade de atenuar a sub-representação, dado que vários fatores estão relacionados a esse problema, sugere-se que instituições brasileiras encarem essa questão com mais seriedade. Necessita-se

de mais envolvimento das elites políticas e dos eleitores para com a causa. Afinal, reduzir esse déficit é uma responsabilidade que os brasileiros têm consigo e que representará a construção de uma democracia mais representativa e plural.